



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

KARINA B. SOUSA QUIROGA

**NATUREZA E AGRICULTURA EM ITU:
A CONCEPÇÃO DE CARLOS ILIDRO DA SILVA (1860 – 1864)**

Londrina
2011

KARINA BARBOSA SOUSA QUIROGA

**NATUREZA E AGRICULTURA EM ITU:
A CONCEPÇÃO DE CARLOS ILIDRO DA SILVA (1860 – 1864)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social de Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientação: Prof. Dr. Gilmar Arruda.

Londrina
2011

Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Q8n Quiroga, Karina Barbosa de Sousa.
Natureza e agricultura em Itu: a concepção de Carlos Ilidro da Silva (1860-1864)/ Karina Barbosa de Sousa Quiroga. – Londrina, 2011.
114 f.

Orientador: Gilmar Arruda.
Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2011.
Inclui bibliografia.

1. Agricultura – Teses. 2. Natureza – Teses. 3. Itu – Teses. I. Arruda, Gilmar. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

CDU 981.61

KARINA BARBOSA SOUSA QUIROGA

**NATUREZA E AGRICULTURA EM ITU:
A CONCEPÇÃO DE CARLOS ILIDRO DA SILVA (1860 – 1864)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social de Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Profº Gilmar Arruda
UEL – Londrina – PR

Profª Regina Horta Duarte
UFMG – MG

Profº Jozimar Paes de Almeida
UEL – Londrina – PR

Londrina, 28 de Abril de 2011.

A Fernando

O AGRICULTOR PAULISTA.



Agricultura deve, mais que todas as outras cousas, fixar a attenção do homem d'estado.

VOL. I.

YTU, ABRIL 30 DE 1860.

N. 8.

Prados artificiaes.

CONSIDERAÇÕES GERAES.

O assumpto que nos vai occupar tem a maior importancia em agricultura, absolutamente fallando, e ainda offerece uma especialidade em relação ao estado actual dos nossos transportes.

Folhêo-se qualquer obra, ou escripto sobre phisiologia agricola, e hade encontrar-se em toda a parte o mesmo seguinte pensamento — *não ha agricultura sem estrume, nem estrume sem gado, e nem gado sem prados*: d'aqui nasceu o velho proverbio — *quem tem feno tem pão*.

Concebe-se que não temos em vista fazer substituir os prados ou pastagens permanentes n' terras, ou feitos a braço, pelos prados temporarios que Olivier de Serres impoz o nome de prados artificiaes: nome que conserva na Europa.

Precisamos sem duvida alguma melhorar muito a cultura dos nossos pastos permanentes, não só em relação ao amanho ou tractamento, e muito especialmente a respeito da escolha das grammas que devem ser preferidas, e terras que devem ser destinadas para semelhante genero de cultura.

Seria porém um desatino aconselhar o abandono do velho systema de prados permanentes ou naturaes em nosso bello paiz. A planta a verdura espontanea que cobre naturalmente nossas terras, excede talvez em

beleza e luxo de vegetação aos famosos prados da Normandia, da Hollanda, e da verde Irlanda.

Mas por isso mesmo que temos a inestimavel prerogativa de não ser necessario supprir pelos custosos e trabalhosos meios que a industria tem criado, a completa difficencia de pastagens que experimentão os paizes onde o inverno é rigoroso, e o estio quente e secco, devemos procurar tirar partido das grandes vantagens, que nossa brihante natureza nos offerece, e obter lucros extraordinarios que nossa incuria tem feito abandonar.

Admi-a-se na Europa as magnificas pompas da America, e sobre tudo a prodigiosa variedade de grammas espontaneas, que se encontram no Brasil, e que os Botânicos tem elevado a mais de 400 especies.

Ao passo porem que na Alemanha onde apenas descobrirão 250 especies de grammas espontaneas, cultivão com todo o cuidado suas melhores especies, nós que possuímos aquelle prodigioso numero, que contém magnificas especies, como sejão o capim mimoso, e outros muitos que mais tarde designaremos, teremos o desacordo de importar com o negro Africano, o capim d'Angola, linhoso, e que peiora todas as raças de animaes!

Já não é tempo de simplesmente lamentar-se o completo desprezo em que tem estado entre nós os mais commoços e essenciaes precitos d'agricultura, e cumprir remediar os males que originario possa peneza situação.

AGRADECIMENTOS

Durante os dois anos em que estive realizando essa pesquisa foram muitas as pessoas e instituições que colaboraram para que ela fosse concluída. Devo muito ao meu orientador, Gilmar Arruda, pelas palavras e sugestões que ajudaram a elaborar essa dissertação e pelo apoio que possibilitou que essa pesquisa tomasse forma. Agradeço aos professores Marco Antonio Neves Soares, Paulo Alves, Silvia Cristina Martins, Jozimar Paes de Almeida, Anicleide Zequini, Maria Amélia M. Dantas, Mirian Dolhnikoff e Mônica Dantas pelos debates, sugestões e correções que influenciaram o andamento desse trabalho.

O apoio das instituições foi também de grande valia para a construção desse texto. A CAPES apoiou financeiramente parte dessa pesquisa. O Museu Republicano de Itu forneceu todo o material disponível referente à cidade de Itu e documentos sobre viajantes. O IEB – Instituto de Estudos Brasileiros possibilitou a consulta aos periódicos *O Agricultor Paulista* e *O 25 de Março*. A Biblioteca da UEL forneceu grande parte da bibliografia de apoio utilizada no trabalho. O Arquivo do Estado de São Paulo disponibilizou o acervo do *Correio Paulistano*. Agradeço a todos aqueles que, de certo modo, tornaram mais prazeroso e facilitado o meu trabalho.

Agradeço a Deus por estar sempre comigo; ao meu marido Fernando, pelo amor e carinho; aos meus pais Célia e Antonio Carlos, por acreditarem em mim e me incentivarem sempre; aos meus irmãos Rodrigo e Rafael, pelas longas e produtivas conversas; às minhas amigas Helena, Karen e Ercília, por terem aberto suas casas e me cedido um espaço nos momentos em que estive em Londrina e às minhas queridas amigas Ana, Niusa e Larice por terem sempre boas palavras e me ouvirem.

Agradeço à Prefeitura da Estância Turística de Salto, ao Secretário de Educação Wilson Caveden, a todos os meus colegas de trabalho, companheiros de desafios diários e aos meus alunos, alvo principal de grande parte das minhas expectativas.

QUIROGA, Karina Barbosa Sousa. **Natureza e agricultura em Itu**: a concepção de Carlos Ilidro da Silva. 2011. 114 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

RESUMO

O escopo dessa dissertação é resultado de uma necessidade da época, ou seja, do momento em que as preocupações em torno do desenvolvimento sustentável ou dos impactos gerados pelas ações humanas se tornam cada vez mais presentes em debates científicos e, conseqüentemente em iniciativas políticas. Nossa proposta é compreender as ideias a respeito da natureza e da agricultura que se desenvolveram em Itu entre os anos de 1860 e 1864 pelo agricultor Carlos Ilidro, considerando as relações que o mesmo mantivera com instituições do período que tiveram como objetivo pensar sobre progresso agrícola do país. Como fonte utilizamos três periódicos desde 1860, *O agricultor Paulista*, *25 de Março* e *o Correio Paulistano*. Os dois primeiros foram editados em Itu por iniciativa de Carlos Ilidro da Silva, agricultor interessado em reformar os métodos de cultivo praticados até aquele momento. No último jornal, editado na cidade de São Paulo, o agricultor passou a escrever uma coluna quinzenal, na qual discorria sobre as mesmas práticas que, para ele, deveriam ser superadas e os meios para tal. Baseando-nos em suas ideias procuramos identificar como natureza e agricultura se coadunam, no sentido de compreender uma face de um movimento mais amplo vivido no país, qual seja, o crescimento de uma sensibilidade em relação ao mundo natural no século XIX.

Palavras-chave: Agricultura. Natureza. Itu.

QUIROGA, Karina Barbosa Sousa. **Natureza e agricultura em Itu**: a concepção de Carlos Ilidro da Silva. 2011. 114 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

ABSTRACT

The scope of this dissertation is the result of a need of the time, ie the time when the concerns about sustainable development or the impacts of human actions become increasingly present in scientific debates, and consequently in the political initiatives. Our proposal is the need for understanding the ideas that were developed in Itu on the nature of the end of the century XIX. As sources, we used three newspapers edited since 1860 – *O Agricultor Paulista*, *O 25 de Março* and *Correio Paulistano*. The first two were published on the initiative of Carlos Ilidro da Silva, a farmer interested in reforming the methods of cultivation practiced so far. In the last newspaper, published in São Paulo, the farmer went on to write a biweekly column in which discoursed on the same practices that should will be overcome and the means to do so. Drawing on his ideas we tried to identify how nature and agriculture were concurrent, to understand one face of a broader movement lived in the country, namely the growth of a sensitivity to the natural world in the nineteenth century.

Keywords: Agriculture. Nature. Itu.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A HISTÓRIA AMBIENTAL E A CRÍTICA AMBIENTAL NO BRASIL	13
2 NATUREZA E A AGRICULTURA EM ITU	33
2.1 ASPECTOS DA GEOGRAFIA E DO MEIO NATURAL	33
2.2 NATUREZA EM ITU NO SÉCULO XIX	39
2.3 PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM ITU	46
2.4 REFLEXÕES SOBRE A NATUREZA NO SÉC XIX	54
3 O PENSAMENTO E AS PROPOSTAS DE CARLOS ILIDRO DA SILVA	60
3.1 A PROPOSTA DA FAZENDA MODELO	60
3.2 RAZÕES DO MAU ESTADO DA AGRICULTURA NO BRASIL	71
3.2.1 O Suprimento de Braços para a Lavoura	71
3.2.2 A Instrução Agrícola	78
3.3 MEIOS PARA SUPERAR O MAU ESTADO DA AGRICULTURA NO BRASIL	81
3.4 A PRESERVAÇÃO	99
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	110

INTRODUÇÃO

O tema central dessa pesquisa refere-se ao ideário de Carlos Ilidro da Silva, no que tange a alternativas para revigoramento do solo desgastado pelos anos de culturas sucessivas. Agricultor, nascido em Araçariguama, formado em Direito, viveu em Itu entre os anos de 1860 e 1867 e desenvolveu nesse município uma escola agrícola, mantida em funcionamento em sua *Fazenda Modelo*, fundada em 1860. A criação da Fazenda teve como finalidade instruir os agricultores da região sobre os métodos mais modernos de cultivo e trabalho com o solo, sobre a utilização de maquinários aratórios e também a respeito da importância da utilização de adubos e a necessidade de conservação das matas para a agricultura. Fazia parte das suas propostas editar um periódico – *O Agricultor Paulista* – fonte primária dessa pesquisa, no qual discorria sobre os mais variados gêneros agrícolas e a respeito dos melhores meios para o aproveitamento dos terrenos e obtenção de boas colheitas. O agricultor editava paralelamente a ele um jornal quinzenal – *O 25 de Março* – cuja finalidade era discutir assuntos ligados diretamente ao município e tecer alguns comentários pontuais sobre a atuação de alguns políticos que influenciavam diretamente suas ações.

O periódico *Agricultor Paulista* era publicado quinzenalmente e todas as pessoas interessadas em lançar notícias referentes à agricultura deveriam procurar o escritório do agricultor localizado na rua Direita, nº 45 em Itu. Para os assinantes residentes em Itu era cobrado um valor de 12U000¹ réis por ano e para os demais, residentes em outras cidades, cobrava-se um valor de 13U000 réis por ano. Pela curta durabilidade da publicação – um ano – percebemos que o número de assinantes deveria ser pequeno. Entretanto, não podemos afirmar o mesmo em relação ao número de pessoas que tiveram contato com as informações contidas no periódico. Sua diagramação era simples e não contava com imagens, com exceção da imagem de abertura, cuja composição incluía instrumentos agrícolas e plantações.

O periódico continha informações referentes à agricultura e aos meios pelos quais, segundo Ilidro, os agricultores poderiam usufruir melhor produtividade de suas terras. Nesse sentido, seus artigos procuravam instruir seus leitores a respeito dos melhoramentos aplicáveis à lavoura, evidenciando o aproveitamento de matérias orgânicas para a recuperação de terras esgotadas.

No IEB – Instituto de Estudos Brasileiros – encontramos 22 números publicados do *Agricultor Paulista* e poucos números do *25 de Março*. Os números do

¹ Doze réis.

Agricultor Paulista estão em boas condições e já passaram por processo de restauração. Já as publicações do *25 de Março* estão um pouco comprometidas, com muitas folhas amassadas e rasgadas, além da coleção estar incompleta. A consulta foi feita manualmente, sendo que alguns artigos foram lidos no local em que se encontram e outros foram fotografados para leitura posterior.

Também procuramos nessa pesquisa perceber as reflexões de Ilidro a respeito da natureza e o observar como seus apontamentos estiveram perfilados a um conjunto de ideias lançadas por outros pensadores que debateram os problemas agrícolas associados ao problema da devastação.

Fez parte desse trabalho discorrer sobre o contexto em que se inseria o agricultor, associando-o às dificuldades enfrentadas por ele para implementar o seu projeto. Não tivemos como objetivo pensar sobre sucesso ou fracasso das suas iniciativas, mas percebê-las num conjunto de discussões que estavam sendo lançadas naquele contexto – década de 1860, quais sejam: o problema da mão-de-obra, sentido a partir da Lei Eusébio de Queirós e a instrução agrícola, cujo objetivo seria dialogar com os agricultores sobre os métodos aperfeiçoados de produção.

A ideia de estudar o pensamento de Carlos Ilidro surgiu a partir do momento em que notamos a ligação do mesmo com intelectuais da época que procuraram refletir sobre a natureza e seus recursos, sobre métodos considerados rotineiros e alternativas para o progresso agrícola do Brasil. No limite, a maior parte desses pensadores pertencia ao círculo institucional do Império, através do qual lançavam suas observações. Nesse sentido, procuramos apresentar em que medida o contato de Ilidro com esses intelectuais favoreceu a disseminação da crítica além dos espaços institucionais de discussão sobre a utilização dos recursos naturais, associada ou não ao escravismo, latifúndio e à ideia de preservação.

O campo de estudo em que se insere o nosso debate é a história ambiental, no qual o objetivo central é analisar as sociedades humanas em relação ao mundo natural e perceber de que maneira eles se afetam. Por isso, no primeiro capítulo, optamos por fazer uma reflexão sobre o campo de atuação da história ambiental, seus métodos, objetivos e desafios. No mesmo capítulo lançamos mão de apontamentos de como a historiografia desse domínio vem construindo suas análises a respeito da forma de ocupação do espaço pela agricultura.

Não podemos deixar de mencionar a grande contribuição para o desenvolvimento desse trabalho da obra de José Augusto Pádua – *Um sopro de destruição*, sem a qual as análises desenvolvidas aqui estariam deslocadas. Através dessa obra referencial

podemos notar a importância das ligações mantidas por Carlos Ilidro, as quais contribuíram para a formação do seu ideário.

No segundo capítulo apresentamos aspectos do meio natural de Itu, bem como enfatizamos elementos referentes ao desenvolvimento agrícola na região. Para tanto, utilizamos relatos de alguns viajantes que estiveram em Itu no século XIX e deixaram sobre a natureza da região algumas impressões relevantes. Para tratarmos do desenvolvimento agrícola na região buscamos referência em algumas releituras atuais sobre o tema. O objetivo ao estabelecer esta ordem de discussão foi relacionar natureza e agricultura ao ideário de Carlos Ilidro da Silva. Além disso, procuramos discutir como as impressões e sensibilidades em relação à natureza foram se alterando ao longo das gerações e influenciaram críticos do período estudado – década de 1860 – que procuraram refletir sobre o estado da agricultura em relação aos recursos naturais.

No último capítulo, tratamos das reflexões de Carlos Ilidro sobre a agricultura e a natureza. Considerando os aspectos tratados no capítulo anterior, buscamos estabelecer relações entre as ideias desenvolvidas pelo agricultor a respeito do estado da agricultura e o contexto no qual se inseria. Para isto, discorreremos sobre a conjuntura da criação da *Fazenda Modelo*, bem como alternativas lançadas pelo agricultor para superar o atraso em que se encontravam os agricultores, considerando a importância assumida pela natureza nas suas observações. Outro aspecto relevante desse capítulo foi apresentar as ligações mantidas pelo agricultor² com outros intelectuais que refletiam naquele momento sobre a escravidão, os métodos agrícolas considerados rotineiros, a importância da natureza para a agricultura e alternativas para a apropriação dos recursos naturais. Essas ligações foram ressaltadas em muitos dos apontamentos lançados por Ilidro no seu periódico e revelam a existência de um movimento mais amplo existente no país, evidenciando que as preocupações em torno da natureza não são recentes. Apesar de bastante pontuais, e de certo modo isoladas, as reflexões desses críticos apontam uma continuidade das ideias que já estavam sendo debatidas no Brasil desde o século XVIII.

Desse modo, nossa pesquisa revela que a ligação entre esses pensadores não estava restrita ao ambiente institucional do Império. Apesar de não existir em São Paulo nenhum órgão voltado para o aperfeiçoamento da agricultura, algumas iniciativas, como a de Ilidro, demonstram a amplitude das reflexões elaboradas a respeito do estado da agricultura no país e a consequente relação com a natureza. Apresenta, desse modo, um avanço nos

² Lavrador. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Básico da Língua Portuguesa**. São Paulo: Ed. Nova Fronteira, 1995. p. 24.

limites das discussões que até então foram, em grande medida, abordadas no escopo institucional.

1 A HISTÓRIA AMBIENTAL E A CRÍTICA AMBIENTAL NO BRASIL

Nossa pesquisa se insere no campo das reflexões da história ambiental que estão crescendo no Brasil das últimas décadas. No que se refere ao nosso objeto de pesquisa, ou seja, as reflexões lançadas pelo agricultor Carlos Ilidro da Silva a respeito do avanço das técnicas e do progresso da indústria agrícola no país, cumpre ressaltarmos a atualidade de um debate que já se percebia dinâmico em 1860. As preocupações em relação ao desgaste do solo, aos métodos rotineiros de cultivo, às queimadas, à efemeridade com que os agricultores lidavam com os recursos naturais, percebidas e analisadas por Ilidro, possibilitam uma reflexão importante sobre a participação dos agricultores no debate ambiental do século XIX, os quais procuraram discorrer sobre a relevância da natureza, seja pela importância dos seus recursos, pela salubridade a ela associada ou pelo prazer decorrente de sua beleza.

Tomamos o cuidado em não transpormos conceitos e definições atuais para a análise das fontes, procurando, desse modo, apresentar os termos da forma como foram lançados pelo agricultor, a fim de que pudéssemos compreender qual era o debate proposto na época em relação à natureza e à agricultura.

Nosso principal objetivo nesse capítulo é apresentar as definições do domínio de análise da história ambiental, bem como dialogar com algumas das suas principais contribuições no Brasil dos últimos tempos, destacando entre elas a ideia de que o surgimento de sensibilidades em relação ao mundo natural não é algo recente no Brasil. Desse modo, ao refletirmos acerca da crítica ambiental e do progresso técnico no mundo rural do século XIX, levamos em conta essa perspectiva.

A história ambiental possui um campo de atuação vasto, porém relativamente novo. Os historiadores dessa área, nas palavras de Donald Worster³, enxergam a experiência humana a partir das restrições naturais. Seu objetivo principal é entender como os seres humanos foram afetados pelo seu ambiente natural e como inversamente o afetaram. Isso implica em necessariamente atribuir aos componentes naturais a capacidade de condicionarem a sociedade e a cultura humanas.

Para a história ambiental a natureza assume o estatuto de agente definidor da sociedade na proporção em que a cultura humana age sobre o meio físico se apropriando do que ele oferece para o seu uso.

³ WORSTER, Donald, Para Fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

Para Donald Worster, a importância da história nesse tipo de análise, que consiste em perceber de que maneira cultura humana e natureza se afetam, reside no fato de poucos cientistas terem encarado o homem como parte integrante dos ecossistemas, fato que outorga aos historiadores a tarefa de unirem esses dois elementos, que convencionalmente foram analisados separadamente. O historiador que lida com o domínio da história ambiental, portanto, deseja saber que papel a natureza teve na moldagem de métodos produtivos e os impactos que tais métodos exerceram sobre a natureza.

Donald Worster afirma que podemos identificar na história ambiental também um trabalho de análise cultural, pois estuda percepções e valores de pessoas em relação ao mundo não humano, ou seja, percepções de como uma cultura percebeu e avaliou a natureza.

É importante, para um trabalho cujo propósito é avaliar a concepção de natureza adotada por um agricultor, ressaltarmos de que maneira a natureza é percebida atualmente, bem como apresentarmos a alteração de certas percepções ao longo do tempo. Para José Augusto Pádua⁴, com o qual concordamos, a natureza deve ser vista pelo historiador como uma história, em um constante processo de construção e reconstrução ao longo do tempo. Desse modo, poderemos perceber que ao longo das gerações humanas emergiram incontáveis exemplos de percepções culturais referentes ao mundo natural. Clarence Glacken⁵, ao estudar as percepções em torno da natureza entre os antigos, constatou que a preocupação em perceber como a natureza influenciava a história humana permaneceu até o século XVIII.

Aristóteles⁶ definiu as coisas naturais como aquelas que existem em si mesmas e possuem em si mesmas os princípios de movimento e repouso, incluindo matérias, configurações e formas que se apresentam à percepção humana como natureza. Para Raymond Williams⁷ a palavra natureza é a mais complexa da linguagem humana e carrega consigo as maiores variações do pensamento humano. Do latim – *Natura*, a palavra está ligada a ideia de nascer, surgir e manifestar.

Ainda de acordo com Pádua a ideia de natureza é uma espécie de eixo conceitual que oferece sentido ao entendimento do universo, além de fundamentar e dar

⁴ PADUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, nº 24, 2010.

⁵ GLACKEN *apud* PADUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, nº 24, 2010, p. 81.

⁶ ARISTOTELES *apud* PADUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, nº 24, 2010, p. 86.

⁷ WILLIAMS *apud* PADUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, nº 24, 2010, p. 86.

coerência à existência do mundo em que vivemos. Assim, ressalta que a imagem do ser humano e da história humana se construiu em grande parte em oposição à natureza: arte X natureza, sociedade X natureza, técnica X natureza. Essas oposições procuram demarcar a especificidade do fenômeno humano em relação à natureza.

Atualmente para aqueles que têm a natureza como objeto de estudo, ela não mais é vista como algo estático e permanente, uma espécie de referencial frente à agitação do viver humano, mas como algo em permanente construção e reconstrução.

Para Pádua, a experiência de historiadores, antropólogos, economistas etc, que hoje trabalham com a dimensão ambiental, demonstra a necessidade de buscar formas menos dualistas de estudo das relações entre cultura e natureza, o que não implica considerar que o mundo biofísico se apresenta de forma positiva e imediata à percepção humana. Essa análise requer o reconhecimento do culturalismo, ou seja, dos sentidos e compreensões a respeito da natureza, que se alteram ao longo do tempo.

No sentido de romper o dualismo cultura humana X natureza, as pesquisas contemporâneas procuram cada vez mais avaliar a presença da história humana nas paisagens naturais ao mesmo tempo em que se nota a diversidade das percepções culturais do mundo biofísico e sua relação com a vida humana.

Contribuindo com as análises de Worster e Pádua, Marcos Lobato Martins sugere que a preocupação da história ambiental é colocar as sociedades humanas na natureza.

Dito de outra forma, ela quer conferir às forças da natureza o estatuto de agente condicionador ou modificador da cultura, atribuir aos componentes naturais 'objetivos' a capacidade de influir significativamente sobre os rumos da história.⁸

Marcos Lobato Martins esclarece que nossa ambição deve ser a de compreender de que modo sociedade e natureza se coadunam, procurando fugir de reducionismos geográficos e biológicos e estabelecendo uma análise que considere uma série de fatores, como a geografia, a tecnologia, a demografia e as exigências sociais e políticas.

Um marco de referência nesse modelo de abordagem foi a Escola dos Annales, a qual através das ideias de estrutura e longa duração superou tanto o determinismo do darwinismo social quanto o pensamento sobre a necessidade de superação das forças da natureza como meta das civilizações prósperas.

⁸ MARTINS, Marcos Lobato. **História e Meio Ambiente**. São Paulo: Annablume, 2007, p. 22.

Com Braudel, a reflexão sobre a história é também uma reflexão sobre o meio ambiente, na qual o meio ambiente não é nem um determinante absoluto nem um simples cenário passivo e estático em que se dá a trajetória humana. O meio ambiente na perspectiva braudariana é ativo e dinâmico, é determinante e determinado, é espaço natural e espaço construído, move-se embora lentamente.⁹

Como apontamos anteriormente, nesse domínio histórico buscamos encontrar a natureza na vida humana e compreender as conseqüências ecológicas das ações humanas no meio natural.

Do mesmo modo, Martins percebe que a história ambiental promove um diálogo com a história econômica, pois ambas enfatizam as condições materiais da existência das sociedades, que se instituem como tema fundamental de ambos os domínios da história. A natureza também é analisada como fonte de valores que nutrem as artes, as religiões e os saberes. Portanto, a imagem produzida sobre ela é uma construção cultural, que depende, para ser preservada, da construção coletiva de um conjunto de valores.

Dessa maneira, os estudos histórico-ambientais permitem entender quais são os custos ambientais de certas políticas e modelos econômicos para pensar algumas direções para o futuro desenvolvimento tecnológico da humanidade, as quais, pelo que indicam os debates mais atuais, tendem a causar menores danos ao meio natural. Segundo Martins, ao estudioso “cabe perceber que as sociedades buscam equilíbrios globais, que são sempre bastante precários e não se podem manter sem constantes reajustamentos ante os choques da história”.¹⁰

Segundo Drummond¹¹, para um país como o Brasil, cuja economia foi e continua sendo estreitamente atada à exploração em curto prazo dos recursos naturais, a história ambiental pode contribuir para uma revisão da história colonial e independente do Brasil a partir da crítica ecológica.

Quanto ao plano teórico, a história ambiental busca nas ciências naturais aquilo que pode ser pertinente a cada pesquisa. A epistemologia deve, portanto, ser flexível o bastante para responder às exigências de cada objeto de estudo. Como sugere Martins:

⁹ MARTINS, Marcos Lobato. **História e Meio Ambiente**. São Paulo: Annablume, 2007. p.21.

¹⁰ *Idem*, p.25.

¹¹ DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental; temas, fontes e linhas de pesquisas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol.4, nº8, 1991, p.177-197.

No decurso da pesquisa, à medida que se constrói o método em direção ao seu objeto, emergirão as oportunidades para os diálogos com os saberes acumulados pelas disciplinas das ciências naturais e das ciências humanas¹².

Quanto aos métodos utilizados para a pesquisa em história ambiental, Marcos Lobato Martins sugere ao historiador encarar as sociedades e a natureza do ponto de vista holístico, de modo que possam proporcionar a observação de múltiplas variáveis ambientais e sociais, além de elaborar um inventário o mais completo possível dessas relações, considerando o repertório de técnicas, instrumentos e equipamentos de que dispõem a sociedade estudada ou, dito de outro modo, o meio pelo qual os homens adquirem da natureza as matérias-primas e a energia que necessitam. O historiador deve tomar o espaço e o meio ambiente como dados físicos e naturais, e também como dados sociais e culturais, realizando trabalhos de campo como forma de se inserir no conjunto de relações que procura compreender. Dialogar com a demografia, sociologia, geografia, climatologia, ecologia, geologia, paleontologia e biologia também faz parte do trabalho do pesquisador.¹³

Dora S. Correa, ao estudar o processo social que favoreceu o desaparecimento da mata de Itapeva, definiu aspectos a serem considerados no que se refere ao plano teórico que define o estudo da história ambiental. Em sua tese, considera que seria um engano encarar a história ambiental como o conjunto de estudos que tem como temática o meio ambiente. Isto por que as obras dos historiadores têm apontado enfoques bastante divergentes. Algumas apresentam o homem como personagem central da narrativa, enquanto outras enxergam a natureza como protagonista. Como exemplo dessa divergência de enfoque a autora analisou as abordagens de Keith Thomaz e Warren Dean.

Para Keith Thomas, o mundo natural e o homem compõem uma realidade apenas dentro de uma história humana, enquanto Warren Dean destaca a natureza de um mundo humano, como se fossem duas forças antagônicas, sempre numa relação de destruição. Enquanto a primeira se reconhece enquanto história social e não foge das fronteiras das ciências humanas, a outra se apresenta como uma especialidade totalmente nova, penetrando na ecologia. É esta última tendência que constitui a história ambiental e seus promotores se intitulam historiadores ambientais¹⁴.

Portanto, percebemos que a abordagem entre os historiadores ambientais ocorre a partir de enfoques diversos e, por vezes, antagônicos.

¹² MARTINS, Marcos Lobato. **História e Meio Ambiente**. São Paulo: Annablume, 2007, p.51.

¹³ *Idem*, p. 51.

¹⁴ CORREA, Dora S. **Paisagens sobrepostas**. Índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723 – 1930). Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo, 1993, p. 38.

A história ambiental parte do pressuposto de que toda ação humana provoca alterações na natureza, que gera um impacto sobre a mesma e afeta reciprocamente a humanidade. Nesse sentido, os críticos¹⁵ desse domínio da história apontam que ela está amparada na ideia de uma consciência universal e que, portanto, esconde a diversidade dos homens no tempo e no espaço.

Ainda segundo Dora. S. Correa, há uma certa fragilidade da história ambiental quando se mudam os protagonistas tradicionais da ciência humana, substituindo pela natureza, num processo de personificação da Natureza. O problema consiste na conclusão a que chegam essas análises, pois ao final, mesmo quando se referem aos índios ou aos industriais, conclui-se que houve algum grau de impacto e devastação. Nesse sentido é importante que as novas abordagens considerem a possibilidade de reflexão maior sobre o objeto a ser trabalhado para que essa fragilidade possa ser superada.

É importante, portanto lançar mão de elementos de pesquisas recentes no campo da história ambiental que buscam superar essas fragilidades. Nossa perspectiva entende que a preocupação com o mundo natural não é algo recente. Pretendemos demonstrar nesse trabalho como natureza, agricultura, técnica e homem se integraram num período e local específicos do século XIX, partindo da análise documental. Além disso, temos observado que trabalhos recentes como o de José Augusto Pádua¹⁶ têm demonstrado superar essas fragilidades mencionadas por Dora S. Correa, pois buscam perceber as projeções humanas sobre a natureza. Desse modo, a visão de que a humanidade estaria em choque permanente com a natureza tem sido substituída por um procedimento que busca perceber de que maneiras os homens se relacionaram com a natureza e qual visão construíram sobre o mundo natural. Esse é o foco da nossa análise.

Uma contribuição singular de análise da história ambiental é o trabalho de Keith Thomaz, *O Homem e o Mundo Natural*, no qual o autor procurou analisar na Inglaterra do período Moderno o surgimento de novas sensibilidades em relação ao mundo natural. Segundo Keith Thomaz¹⁷, essas sensibilidades foram apresentadas em diversas linguagens e representaram uma releitura da natureza distante da antiga interpretação das escrituras bíblicas, que a destacavam como obra divina criada para servir ao Homem. Assim, sugere o autor:

¹⁵ Destacam-se nessa referência crítica os autores SAUNDERS e MARSTON. *Idem*, p. 47.

¹⁶ PADUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

¹⁷ THOMAZ, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

[...] O começo do período Moderno gerou sentimentos que tornaria cada vez mais difícil os homens manterem os métodos implacáveis que garantiram a dominação de sua espécie. Por um lado eles viram um aumento incalculável do conforto, bem-estar e felicidade materiais dos seres humanos, por outro lado, davam-se conta da impiedosa exploração de outras formas de vida animada¹⁸.

Para ele, em relação às árvores e florestas, a guinada de preservação na Inglaterra pode ser vista como decorrência da obra de John Evelyn – *Sylva*, escrita devido ao problema de escassez de madeira em 1664. Entretanto, analisando outras obras desse período, Thomaz esclarece que as matas não cultivadas ainda eram vistas como obstáculo ao progresso humano.

No séc. XVIII as árvores passaram a ser vistas na Inglaterra como símbolos de encanto e prazer. O cultivo de árvores adquiriu a motivação aristocrática e patriótica misturada a um senso estético crescente, mas também da busca de lucro em longo prazo. Dessa forma, “havia um conflito entre a silvicultura comercial, que exigia o abate regular, e as necessidades de ornamento, agrado e ostentação”.¹⁹

Keith Thomaz percebe que nesse momento as árvores passaram a ser cada vez mais amadas e denotavam um curioso vínculo com a eternidade, na medida em que se consolidavam como símbolos dos ancestrais de uma família.

Os homens amavam suas associações, sua antiguidade, seu vínculo com o passado. Um anelo de continuidade, um convite à imortalidade familiar e uma tendência a investir as árvores de atributos humanos foram fatores importantes.²⁰

Dessa maneira, ao final do período moderno, a relação e sensibilidade do homem com a natureza tornaram-se mais harmoniosas e intensas.

Tais aspectos eram apenas aspectos de uma modificação muito mais ampla na relação dos ingleses com o mundo da natureza. Faziam parte de um complexo conjunto de mudanças que, em fins do séc. XVIII, contribuíram para destronar muitas concepções estabelecidas e criar novas sensibilidades, de um tipo que desde então foi se tornando mais intenso.²¹

¹⁸ *Idem*, p. 358.

¹⁹ THOMAZ, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p.256.

²⁰ *Idem*, p. 266.

²¹ *Ibidem*, p. 269.

No que se refere a gênese da sensibilidade ecológica no período moderno no Brasil, o trabalho de José Augusto Pádua²² é bastante significativo. Para ele o surgimento dessa sensibilidade não está relacionado apenas às consequências da transformação urbano-industrial, mas também à expansão colonial européia, que esteve associada à exploração dos recursos naturais das colônias, fato que gerou um enorme impacto ecológico nas mesmas. Entretanto, seria um equívoco acreditar que anteriormente à industrialização inglesa, a relação entre homem e natureza era mais harmoniosa.

O caso brasileiro apresenta elementos próprios, pois até onde pudemos perceber, os enfoques foram essencialmente agrários e utilitários até o século XIX. Dessa forma, os debates a respeito da natureza e seus recursos no Brasil dos séculos XVIII e XIX são um marco no processo de formação do pensamento referente aos dilemas ambientais, que apenas hoje são percebidos em ampla perspectiva.

Ainda assim, as referências à relação homem e natureza não são uma singularidade da historiografia dos últimos anos. Sérgio Buarque de Holanda²³ em *Raízes do Brasil* apontou um olhar enriquecedor sobre o impacto no meio natural durante a colonização portuguesa. Procurando entender a estrutura agrária e patriarcal da sociedade brasileira enxergou na formação da sociedade portuguesa, elementos para justificar a estrutura social estabelecida no Brasil. Em relação à adaptação ao meio ambiente brasileiro, a regra instaurada pelos colonos portugueses foi buscar novas terras a cada ciclo de desgaste do solo, instituindo, em grande escala, a transitoriedade da terra, herdada de costumes indígenas. Como não ocorria a ideia de revigorar os solos gastos, faltava estímulo a melhoramentos dessa ordem.

Desse modo, Holanda observa que a tradição colonial do Brasil se distinguia pelo muito que os colonos pediam a terra e o pouco que lhe davam em retribuição. A imensidão de terra disponível para o avanço da produção minimizava a importância do cuidado ambiental. A abundância da biomassa florestal e a lógica imediatista de exploração de uma colônia como o Brasil, além da adaptabilidade dos portugueses às práticas indígenas nos permitem entender a mentalidade dos exploradores ao longo do processo de colonização.

O meio ambiente também obteve um papel relevante nas obras de Capistrano de Abreu, Gilberto Freire e Caio Prado Júnior. Mas entre os anos de 1950 e 1980 os debates historiográficos trataram o meio ambiente apenas como cenário onde se davam os

²² PADUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

²³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

acontecimentos. Warren Dean²⁴ aponta esse esquecimento como resultado da incorporação da ideologia desenvolvimentista que se impôs no pós-guerra, desorientando o debate sobre a natureza no Brasil, pois opôs a ideia de preservação à de desenvolvimento econômico.

As obras *Casa Grande e Senzala, Nordeste e Rurbanização, que é?* foram estudadas por J. M. Froehlich²⁵, o qual pôde extrair os elementos para discutir os fundamentos ecológicos de Gilberto Freyre.

J. M. Froehlich afirma que em 1933, quando Freyre escrevia *Casa Grande e Senzala*, o mesmo o fazia com o cuidado de frisar o condicionamento da área ou região geológica, botânica ou físico-geográfica, fugindo do determinismo biológico-cultural tão em voga no início do séc. XX. Já em *Nordeste*, escrito em 1937, a temática é especificamente ecológica, tendo como centro de interesse o homem e suas relações com a terra, águas, plantas animais e outros homens. Tratar-se-ia, desse modo, de uma ecologia social, nos termos do próprio Gilberto Freyre.

De acordo com o pesquisador, em *Casa Grande e Senzala* nota-se a presença de diversos elementos ecológicos, como são exemplos as reflexões em torno da derrubada de florestas, da monocultura e do clima, com o objetivo de ampliar a compreensão do panorama social da formação da sociedade brasileira. É, por exemplo, a partir do clima que Freyre aborda o confronto entre ambiente e civilização, tema bastante presente nas ciências sociais desde aquele momento.

Ao salientar as dificuldades inerentes a um clima tropical como o do Brasil, Freyre procura ressaltar o esforço civilizador português dentro de condições físicas bastante adversas, combatendo ideias que concluem pela superioridade dos brancos, dólico-louros [...] sobre outras raças.²⁶

Segundo o autor, a crítica da monocultura da cana aparece relacionada à da derrubada das matas, gerando conseqüências para a sociedade colonial, como as crises violentas de fome que a assolaram em períodos diversos. Nesse sentido, Freyre conclui que o afã pelo açúcar não respeitava nem mesmo as normalizações da coroa portuguesa, que sugeriam que se cultivassem roças de mandioca e que se deixassem faixas de floresta entre os canaviais para abastecerem de lenha tanto a subsistência quanto aos engenhos.

²⁴ DEAN, Warren. **A ferro e fogo**. São Paulo: Cia das letras, 1998.

²⁵ FROEHLICH, J. M. **Gilberto Freyre, a história ambiental e a rurbanização**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. VII (2), jul.-out. 2000.

²⁶ *Idem*, p. 06.

Para J. M. Froehlich, em *Nordeste* o foco do estudo é socialmente ecológico. Nele, Freyre retoma a crítica à monocultura canavieira, ponto de partida para diversas relações entre fatores ecológicos e sociais existentes na região nordeste, quais sejam, a terra, a mata, a água, os animais e o homem. Nesse livro, o canavial aparece como símbolo de devastação, pois teria sido capaz de destruir amplas áreas de biodiversidade florestal. Ele é também apontado como fator de desequilíbrio, visto que demonstra reflexos no clima, na hidrografia e na amplitude térmica. Além disso, aparece como responsável pela erosão do solo, o que corrobora com o seu esgotamento e assoreamento dos rios.

Atualmente, ao contrário da tendência em considerar as discussões sobre a natureza e seus recursos, a historiografia vem retrocedendo em alguns séculos a cronologia desse debate, que ocorria no Brasil desde o século XVIII.²⁷ Esses debates ficaram evidentes com a atuação do estadista José Bonifácio, que reafirmou no Brasil a preocupação com a preservação dos recursos naturais e a importância da crítica ao colonialismo predatório e à destruição do ambiente natural como preço do progresso.

José Augusto Pádua procurou relacionar os discursos desses pensadores, e notou apesar do distanciamento temporal houve uma certa continuidade, perceptível em remissões e citações desses autores. O que percebemos é que o sentimento de preocupação em torno da natureza encontra suas raízes já no pensamento de Bonifácio e nos debates posteriores que procuraram dialogar entre si.

Assim, Pádua procura redefinir um capítulo da história do pensamento ambiental brasileiro, cujo início remonta ao final do séc XVIII, mas que esteve alijado das reflexões ambientalistas contemporâneas. Ele afirma o caráter minoritário dessa reflexão, que comprovadamente não alcançou grande aplicabilidade política e acabou se restringindo ao plano das ideias, apesar de muitos dos críticos daquele período terem exercido funções privilegiadas no palco político brasileiro. A esse respeito, Pádua argumenta:

A discussão permaneceu restrita ao plano das ideias. Seus participantes não lograram promover ou influenciar políticas públicas que impulsionassem o enfrentamento da destruição ambiental, a não ser em alguns poucos casos, como no excepcionalmente bem-sucedido processo de restauração da floresta da Tijuca, entre 1861 e 1874²⁸.

²⁷ PADUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

²⁸ *Idem*, p. 31.

Desse modo, foi a partir da disseminação dos movimentos iluministas para além da Europa que a exploração indiscriminada do meio ambiente passou a ser questionada. Em Portugal esses indícios apareceram de maneira mais clara no séc XVIII, após o fortalecimento do Reformismo Ilustrado em Portugal, cujo expoente maior foi Marquês de Pombal, enquanto no Brasil eles ficaram evidentes na atuação de José Bonifácio, no século seguinte.

Dessas primeiras discussões o que vale ressaltar é o caráter essencialmente político, cientificista, antropocêntrico e progressista enraizado no iluminismo português que esteve presente como denominador comum entre os primeiros críticos ambientais em Portugal e no Brasil. “O valor do mundo natural, dessa forma, repousava principalmente na sua importância econômica e política”.²⁹ Desse modo, é evidente o viés progressista dominante na postura dos primeiros críticos ambientais.

Na agenda de discussão foram colocados hegemonicamente os temas agrários e florestais. Em parte, essa opção refletia a própria realidade histórica em questão, mas era essencialmente um modelo teórico. O modelo de sociedade passava pela ideia de modernização a ser atingida com a introdução de máquinas e fertilizantes. Pádua esclarece: “Essa agricultura modernizada não era vista como fonte de destruição ambiental, mas sim como o caminho mais direto para a salvação do território e para a construção de um país efetivamente civilizado”.³⁰

Segundo Pádua, percebendo a lógica destruidora e imediatista da colonização, José Bonifácio inaugurou no Brasil a reflexão ambiental direcionada para a construção do projeto de estruturação do Brasil independente³¹. Durante sua longa permanência na Europa, teve o primeiro contato com a ciência florestal que se desenvolvia na Alemanha e com a mineralogia, que estudou na Dinamarca.

Seguiram-se interferências pontuais de alguns críticos, influenciados pelas idéias de Bonifácio, que se preocuparam em direcionar um olhar para os métodos de cultivo, devastação desmedida e para a associação da escravidão e do latifúndio à agricultura predatória.

O debate, entretanto, evidenciava uma visão essencialmente utilitarista dos recursos naturais, como explica Pádua: “As florestas plantadas traziam grandes rendas ao

²⁹ *Ibidem*, p. 13.

³⁰ *Ibidem*, p. 19.

³¹ Como sugere Emília Viotti da Costa, Bonifácio não imaginava para o Brasil a concretização da independência, apenas abraçou o projeto quando esse se tornou inevitável com o apelo das Cortes de Lisboa que propunham o retorno do Brasil à condição de Colônia. DA COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República**. Momentos decisivos. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

estado, garantido seu poderio militar... Uma sólida base florestal assegurava maior autonomia no comércio internacional”.³²

O projeto de Bonifácio para o Brasil independente passava “essencialmente pela superação do modelo agrícola implantado pelo sistema colonial, calcado no latifúndio, na monocultura e na destruição florestal. Esse modelo deveria ser transformado através de uma reforma agrária e da difusão de métodos agrônômicos modernos e ambientalmente equilibrados”.³³

Dessa forma, seu pensamento estava voltado à construção do Brasil enquanto nação e recaía sobre os modelos de exploração em destaque até aquele momento. Para Bonifácio, a visão utilitarista e o imediatismo dos portugueses, incorporados pelos brasileiros, dificultavam a implementação de medidas de proteção aos recursos naturais e possibilitavam a destruição de grande parte da diversidade de recursos do país.

Bonifácio, portanto, entendia que a construção do Brasil enquanto nação deveria superar esse modelo econômico calcado em instituições arcaicas e predatórias, que poderia levar o Brasil a se tornar um grande deserto, como era visível no Oriente Médio.

Na leitura de Pádua sobre Bonifácio, compreende-se que como parte desse modelo arcaico haveria a presença do sistema escravista, uma vez que os escravos não estabeleciam uma relação pessoal com a terra, já que os frutos do seu trabalho não lhes pertenciam. O descaso com a produtividade do solo, somado ao fato de os escravos não terem pátria efetiva, favorecia o processo de degradação que acompanhava a história de exploração do Brasil. A escravidão, portanto era algo a ser superado, assim como o latifúndio e os métodos de trabalho com a terra.

Entretanto, com o afastamento de Bonifácio do cenário político brasileiro após a independência, ocorreu uma diminuição das discussões sobre questões ambientais, mas não deixaram de estar presentes entre alguns intelectuais e políticos brasileiros. Com a criação da SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, dos IHG – Institutos Históricos e Geográficos e dos Museus de História Natural ao final do século XIX houve um impulso decisivo para proteção à natureza, uma vez que esses novos intelectuais passaram a agir em instâncias coletivas. O IHGB e a SAIN constituem dois exemplos desse novo arranjo institucional.

³² PADUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 140.

³³ *Idem*, p. 147.

Essa nova forma de organização do trabalho intelectual influenciou consideravelmente a crítica ambiental brasileira, estabelecendo caminhos mais institucionais para uma tradição de pensamento que até então havia dependido essencialmente de iniciativas individuais.³⁴

Além das instituições citadas acima, as publicações e atuação do Museu Nacional contribuíram para a divulgação da ideia de preservação da natureza.

Como foi mencionado, certas instituições vinham se tornando cenário de preocupações com a proteção ao mundo natural. A principal delas foi o Museu Nacional. Ao desenvolver pesquisas voltadas para o estudo da História Natural e da Antropologia, os cientistas e professores desta instituição logo despertaram para o problema da destruição do patrimônio natural pelo homem. Vários deles se dedicaram a uma atuação e à formulação de um pensamento voltado para a proteção da natureza.³⁵

No que tange a uma outra importante contribuição no campo da história ambiental, ressaltamos o trabalho de Warren Dean³⁶, no qual o autor procurou esboçar os resultados das ações humanas na mata atlântica brasileira, sobretudo, a partir do avanço da cafeicultura na região e de que maneira a agricultura extensiva favoreceu no rápido desaparecimento de uma imensa diversidade florestal.

Desse modo, para o nosso trabalho, cujo foco de análise é o pensamento do agricultor Carlos Ilidro da Silva, que em 1860 já lançava mão de críticas ao sistema agrícola brasileiro, inclusive ao modelo adotado pelos cafeicultores e à agricultura extensiva, o trabalho de Dean apresenta-se como um contraponto, ou seja, é um olhar essencial da historiografia a respeito do avanço da produção do café no Brasil. Desse modo é uma leitura que propicia uma relação importante para a interpretação do pensamento de Carlos Ilidro.

Dean esclarece que não foram os portugueses os primeiros a modificar o cenário da mata atlântica. Pelo menos 50% dessa região já havia sofrido modificações através do contato com os povos nativos. Não podemos dizer, entretanto, que estes haviam destruído metade da área natural, mas que já se podia encontrar no Brasil do séc. XVI áreas de floresta secundária, as chamadas capoeiras, resultado do contato com os índios tupis.

Em suas estimativas, apenas no primeiro século de exploração do pau-brasil, cerca de seis mil quilômetros quadrados da mata atlântica foram afetados e cerca de dois milhões de árvores foram necessárias para satisfazer o mercado.

³⁴ *Ibidem*, p. 173.

³⁵ FRANCO, José Luiz de Andrade. **Proteção à Natureza e Identidade Nacional: 1930-1940**. Brasília: 2002. p. 36.

³⁶ DEAN, Warren. **A ferro e fogo**. São Paulo: Cia das letras, 1998.

A cultura da cana-de-açúcar, a mineração e a política de terras no Brasil também foram responsáveis pela deterioração e má apropriação dos recursos naturais, mas nenhuma delas foi capaz de destruir em um curto intervalo de tempo mais do que a cultura do café.

Para Dean, o valor nulo atribuído a terra foi uma das maiores causas de destruição da mata atlântica.

Uma causa importante da destruição da Mata Atlântica foi que o governo não dava nenhum valor à terra que concedia tão gratuitamente. Tendo consumido toda a floresta primária mais promissora em dada sesmaria, um donatário costumava vendê-la por uma ninharia e pedia outra, que normalmente obtinha sem dificuldade.³⁷

Segundo o autor, no Brasil independente iniciou-se o processo de adoção de políticas que permitiam acelerar a exploração dos recursos naturais, intensificando a economia extrativista colonial, que contava com duas novas características: o livre comércio e a agricultura racionalizada. Desse modo, o Estado transferia aos grandes proprietários de terra o direito continuarem convertendo a floresta em dinheiro o mais rápido possível.

Dean considera que no Brasil era confirmada a ideia de que o solo era um recurso descartável que poderia ser substituído sem custo algum para os proprietários. A constante remoção dos indígenas de suas terras era outra facilidade encontrada pelos proprietários para a aquisição de novas terras. As leis elaboradas no sentido de impedir a escravização dos índios eram uma preocupação constante desde o período colonial, mas as fissuras legislativas permitiam a captura de índios considerados canibais e resistentes. Findado o controle dos jesuítas sobre as aldeias durante o séc. XVIII, a coroa portuguesa passou a designar pacificadores para as áreas de conflito. Entretanto, as campanhas de pacificação envolviam assassinatos e crueldades, favorecendo assim a dizimação das populações nativas.

Assim, durante o séc. XIX, para evitar atrasos nas posses de áreas cobiçadas, tornou-se comum a prática de destruição total de aldeias. Segundo Dean:

Começava a surgir a profissão de caçador de nativos e a expressão “matar uma aldeia” estava passando a ter as implicações contratuais de qualquer outra tarefa necessária para se iniciar uma fazenda, como limpar um campo ou construir um engenho.³⁸

³⁷ DEAN, Warren. **A ferro e fogo**. São Paulo: Cia das letras, 1998, p. 162.

³⁸ *Idem*, p. 173.

Para Warren Dean, a legislação florestal, existente desde os tempos iniciais da colonização, era um outro obstáculo a ser superado pelos agricultores, pois negava os direitos de domínio pleno de propriedade, com a proibição do corte do pau-brasil e madeiras de lei usadas para a construção naval. De qualquer modo, apesar da preocupação da coroa, a legislação era fácil de burlar.

Para Dean, o tráfico de produtos da mata atlântica também favorecia um comércio bastante lucrativo, o que levou algumas espécies à extinção durante o séc. XIX.³⁹ As madeiras de lei eram, sem dúvida, o produto mais valioso dos extrativos da mata, de modo que os 300 anos de corte já haviam tornado raras muitas das espécies cobiçadas.

Entretanto, mesmo considerando todas as práticas mencionadas anteriormente, para Dean a cultura do café foi a principal responsável pela grande destruição da mata atlântica. Esse fato se deveu à falta de capacidade dos proprietários de terra e do governo na aclimatação e desenvolvimento das culturas tropicais.

Tal como o século XVIII havia sido para o Brasil o século do ouro, o século XIX seria o século do café. Para a mata atlântica, entretanto, a introdução dessa planta exótica significava uma ameaça mais intensa do que qualquer outro evento dos trezentos anos anteriores.⁴⁰

Segundo o autor, o gênero etíope fora cultivado e comercializado nas mesmas condições que o cultivo de açúcar. O maior fator de destruição da mata atlântica foi a crença de que o café deveria ser plantado em solo coberto por floresta virgem. A escassez de capital e de mão-de-obra favorecia o abandono das velhas plantações e incorporação de novas faixas de floresta.

O café é uma planta perene – leva quatro anos para atingir a maturidade e pode permanecer produtiva por trinta anos – e assim podia-se imaginar que uma vez implantado, representaria um regime agrícola de perspectivas estáveis e conservadoras. Mas não era assim. Nas plantações do Rio de Janeiro, plantações velhas não eram replantadas, mas abandonadas, e novas faixas de floresta primária eram então limpas para manter a produção. O café avançou pelas terras altas, de geração para geração, nada deixando em seu rastro além de montanhas desnudadas.⁴¹

³⁹ Necessitados da variada farmacopéia dos nativos, as espécies salsaparrilha, cinchonas falsas, ceras, bálsamos e ipecacuanha eram as maiores fontes de medicamentos oferecidas pela floresta. Entretanto, o tráfico não sobreviveria por muito tempo aos coletores clandestinos. DEAN, Warren. **A ferro e fogo**. São Paulo: Cia das letras, 1998, p. 177.

⁴⁰ *Idem*, p. 193.

⁴¹ *Ibidem*, p. 196.

De acordo com Dean, os fazendeiros não prezavam nem a qualidade nem a produtividade, mas apenas a economia de trabalho e capital. Ao invés de preservarem parte do dossel nativo, toda a floresta era destruída, revelando a pouca noção de como se plantava o café. A queimada e a derrubada eram a maneira mais barata de iniciar a produção e o bastante para justificá-la e o fogo constantemente fugia do controle durante as estações secas.

Segundo Dean, a densidade do plantio também era baixa, fator que facilitava o crescimento exagerado da planta, dificultando a colheita e facilitando a invasão de capim. Se o plantio denso tivesse sido a opção, a derrubada da floresta poderia ter sido reduzida.

As técnicas empregadas para a colheita eram também desastrosas. Os escravos não poupavam os frutos verdes da pelagem, conferindo ao café produzido no Brasil uma qualidade inferior.

A produtividade dos pés de café começava a decair num prazo de vinte anos de maturidade dos pés, de modo que a extensão da plantação era o menor fator de riqueza se comparado à disponibilidade de terras para o cultivo.

Fazendo um balanço do primeiro século de produção do café e o respectivo impacto causado à mata atlântica, segundo as estimativas de Dean, percebemos a dimensão dos danos.

O primeiro século de cultivo comercial do café na região da mata atlântica – 1788 a 1888 – foi também o último da escravidão. Durante esse período, o Brasil produziu cerca de 10 milhões de toneladas de café, quase todas passando pelos portos do Rio de Janeiro e Santos. Supondo que 700 quilos fossem o rendimento médio por hectare, e supondo-se que o cafezal médio fosse economicamente produtivo durante vinte anos, então foi necessário desmatar para esse fim uns 7200 km² de floresta primária, o equivalente a trezentos milhões de toneladas de biomassa florestal consumida em fumaça.⁴²

Para Warren Dean, se o plantio do café tivesse sido realizado com mais cuidado, poderia estar sendo cultivado nas áreas onde fora introduzido primeiramente e grande parte da mata atlântica poderia ter sido poupada da destruição. Os métodos de cultivo fundamentados na queimada e no pouco comprometimento com o solo levaram ao seu esgotamento num espaço curtíssimo de tempo. O primeiro exemplo foi o Vale do Paraíba, que desde os anos de 1890 apresentava sinais de decadência. Ao declínio do café seguiu-se o declínio das cidades.

⁴² *Ibidem*, p. 203.

Entretanto, havia o Oeste Paulista e posteriormente o Noroeste, com suas terras roxas, que exerciam sobre os agricultores um enorme fascínio, pois era necessário menor investimento na incorporação dessas novas áreas à agricultura se comparado ao que seria utilizado para recuperar o solo do Vale do Paraíba. Foi a partir desse fascínio que segundo Marcelo L. Mahl⁴³ muitas das fazendas surgiram no Oeste Paulista durante o séc. XIX.

Warren Dean aponta, além da plantação de cafezais, outros instrumentos de devastação da mata atlântica no séc. XIX. Podemos concluir que foram derivados da prosperidade do comércio do café. A expansão da área de plantação favoreceu o crescimento demográfico, a urbanização, a industrialização e a implantação de ferrovias. Essas consequências indiretas exerceram pressões sobre uma área considerável da mata atlântica, provocando danos irreversíveis ao meio ambiente. Segundo Dean: “A taxa de crescimento demográfico no Sudeste durante o século XIX superou a do século XVIII, tão rico em ouro e diamante”.⁴⁴

Em relação às ferrovias, Dean afirma que ao mesmo tempo em que facilitava o escoamento de produções distantes do porto, favorecia o estabelecimento de fazendas de café em áreas cada vez mais distantes, o que contribuía para o a destruição de áreas de mata nativa.

A ferrovia foi um imenso avanço na paisagem desembaraçada de quaisquer rastros além dos pés humanos e cascos de gado e montaria. Embora estes tivessem necessariamente evitado caminhos dentro da floresta a locomotiva era indiferente: procurava apenas os declives mais planos e os traçados mais diretos; a derrubada de floresta era uma despesa menor. A mata atlântica estava, pois diretamente na trilha do que era tomado como progresso no século XIX.⁴⁵

Entretanto, longe de representarem o progresso, aos olhos de alguns intelectuais as ferrovias representavam a aceleração da destruição da floresta e facilitava sobremaneira a perpetuação da agricultura extensiva e itinerante.

Euclides da Cunha mostrou-se crítico severo das vias de transporte ferroviário instaladas no país. Segundo ele, nenhuma das estradas de ferro construídas no país atacava o problema fundamental da nossa fatalidade geográfica, ou seja, elas não se direcionavam ao centro, buscando o estímulo das fontes potenciais da riqueza do país. Pelo

⁴³ *Ibidem*, p. 203.

⁴⁴ DEAN, Warren. **A ferro e fogo**. São Paulo: Cia das letras, 1998. p. 207.

⁴⁵ *Idem*, p. 226.

contrário, sua expansão era ditada pela agricultura extensiva de exportação, cujo avanço para o interior era antes um resultado do processo contínuo de esgotamento e consequente abandono das terras, que deixava para trás o rastro de degradação do patrimônio natural do país.⁴⁶

Ainda assim, até 1940, como sugere Marcelo Lapuente Mahl, as ferrovias estariam ligadas à expansão da produção cafeeira e à destruição das florestas do entorno.

Ao ligar a cidade de Jundiaí a Campinas, em 1872, a Cia Paulista, fundada para ocupar espaço aberto pela São Paulo Railway, que não havia se interessado pelo projeto, construiu não só o primeiro lance do sistema ferroviário paulista, assim como possibilitou o início de sua expansão, abrindo caminho para uma série de outras empresas que estenderam trilhos até as mais longínquas regiões do estado... Portanto, pelo menos até a década de 1940, continuava existindo o paralelismo entre a distribuição da produção cafeeira e a expansão da rede ferroviária.⁴⁷

A relação, portanto, entre a aceleração da destruição da floresta nativa e a ampliação do sistema ferroviário é lógica, mas não única. O crescimento da população aumentava a demanda por gêneros alimentícios e outros elementos produzidos pelos métodos tradicionais, que exerciam grande pressão sobre a mata.

Tanto os habitantes da cidade quanto os do campo eram grandes consumidores de lenha. A lenha era utilizada para cozinhar, para aquecer a água do banho, para aquecer o ambiente, etc. Com base nos dados lançados por Dean, era necessário um quilo de lenha para cada quilo de comida produzida, e acrescenta: “estimativas recentes sugerem que as famílias rurais consumiam anualmente pelo menos uma tonelada de lenha per capita [...]”.⁴⁸

De acordo com Dean, além das utilidades domésticas, a lenha era utilizada para material de construção, mobílias, ferramentas etc. Desse modo, a destruição da floresta prejudicava os pequenos produtores que necessitavam de lenha e jamais consideraram a alternativa de plantar árvores úteis. A escassez de lenha, portanto foi a causa para o abandono de áreas, favorecendo a posse concentrada da terra. Assim, percebemos que mesmo entre os pequenos produtores, a terra era tida como recurso transitório.

⁴⁶ MURARI, Luciana. **Tudo mais é paisagem**. Representações da Natureza na cultura brasileira. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2002.

⁴⁷ MAHL, Marcelo Lapuente. **Ecologias em terra paulista (1894-1950)**: as relações entre o homem e o meio ambiente durante a expansão agrícola do Estado de São Paulo. Assis: 2007, p. 45.

⁴⁸ DEAN, Warren. **A ferro e fogo**. São Paulo: Cia das letras, 1998, p. 210.

Dora S. Correa aponta outra relevante interpretação para o avanço ao sertão paulista. A lei de terras de 1850 explica em grande parte o avanço do café sobre as matas paulistas, principalmente nos primeiros trinta anos após sua promulgação. A terra foi, a partir dessa lei, transformada em mercadoria, sendo que as áreas devolutas foram apropriadas ilegalmente pela população, pois o estado não era eficiente para agir contra os interesses de uma elite capaz de contratar capangas, emitir títulos falsos, grilar e subornar juizes.⁴⁹

Nesse sentido, a partir da metade do séc. XIX não houve apenas um estímulo à expansão do café, mas também à expansão geográfica como um todo. A terra passou a representar uma importante reserva de capital e como reflexo, a invasão ao sertão tornou-se intensa. Entretanto, segundo Correa, até 1870, a invasão dos planaltos e florestas paulistas não se encontrava relacionada diretamente ao café (a cafeicultura não ultrapassava regiões com estrutura já montada para o cultivo da cana-de-açúcar), mas justamente à transformação da terra em mercadoria.

A partir da década de 1870 as transformações técnicas, sobretudo com a implantação das estradas de ferro, as terras a oeste se valorizaram, pois esse meio de transporte as deixava próximas ao porto. A partir daí elas deixaram de ser apenas uma reserva de capital.

A racionalização da produção, ao contrário do que se poderia deduzir, também favoreceu a exploração sistemática da região Oeste de São Paulo, os cafezais se alastraram rapidamente, contribuindo assim para a destruição da floresta. Conforme aponta Mahl⁵⁰, já no ano de 1890 a região Noroeste do estado, com solos propícios ao café, também seria incorporada à zona de produção.

Nossa proposta, desse modo, é perceber se entre os debates da década de 1860 havia de algum modo a preocupação de refletir a respeito da expansão incontrolada das áreas de cultivo do café ou ainda observar as reflexões de Carlos Ilidro a respeito do escravismo, da monocultura e da importância de se manter áreas de floresta preservadas.

Portanto, análises como as desenvolvidas por Dean e Mahl refletem o posicionamento assumido pela grande parte da historiografia ambiental dos últimos tempos. Se esse modelo de análise contribui para refletirmos sobre os custos ambientais de certas

⁴⁹ CORREA, Dora S. **Paisagens sobrepostas**. Índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723 – 1930). Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo, 1993.

⁵⁰ MAHL, Marcelo Lapuente. **Ecologias em terra paulista (1894-1950)**: as relações entre o homem e o meio ambiente durante a expansão agrícola do Estado de São Paulo. Assis: 2007.

políticas e modelos de desenvolvimento, por outro lado, não nos ajuda na compreensão de como essas práticas foram debatidas e questionadas.⁵¹

Partimos da hipótese de que a agricultura, a mineração, as ferrovias e tantas outras práticas humanas que afetaram diretamente o mundo natural, não ocorreram sem que houvesse, inclusive por parte de agricultores, propostas para que as práticas fossem alteradas.

No caso de Carlos Ilidro da Silva, esses problemas estiveram constantemente em pauta. Suas propostas podem não ter ganhado uma dimensão expressiva, mas refletiram a necessidade de aproveitamento diferenciado dos recursos naturais e a relação estabelecida entre a agricultura e a necessidade de buscar um melhor aproveitamento desses recursos.

⁵¹ A história peca nesse momento, pois acaba se perdendo naquilo que ela mais domina: a crítica documental e a noção de historicidade. Na medida em que se apoia em outras ciências, ela acentua sua leitura positivista da documentação, amparada na idéia de uma consciência universal. Os discursos não são contextualizados, e a diversidade dos homens no tempo e no espaço é camuflada. CORREA, Dora S. **Paisagens sobrepostas. Índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723 – 1930)**. Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo, 1993, p. 45.

2 NATUREZA E A AGRICULTURA EM ITU

2.1 ASPECTOS DA GEOGRAFIA E DO MEIO NATURAL

Em um trabalho, cujo foco de análise se insere no domínio da história ambiental, os aspectos do meio natural são muito importantes. Desse modo nossa proposta é explicitar características dos meios físico e natural onde se encontra o município de Itu, bem como elementos da ocupação dessa área pela agricultura, procurando perceber em que medida as ideias de Carlos Ilidro guardam relações com certas concepções de natureza e agricultura e sua proposta de criação de uma *Fazenda Modelo*.

Itu é um município brasileiro do estado de São Paulo localizado a uma latitude 23°15'51" sul e a uma longitude 47°17'57" oeste, estando a uma altitude de 583 metros. O município está localizado a 102 km da capital do estado e possui uma área de aproximadamente 640km². Em relação à toponímia da área existem duas explicações. A primeira e mais amplamente difundida é a de que Itu provém de nome de origem Tupi, que significa Cachoeira ou Salto. A segunda indica o nome de uma árvore da espécie das leguminosas.⁵²

Sobre a composição geológica da região, data-se do período terciário. A cidade situa-se em terreno ondulado que decai para os lados em direção a dois pequenos rios, que lhe serviram desde o princípio do povoado de limite e fonte de abastecimento de água.⁵³ O rio Tietê atravessa grande parte desse território, sendo este banhado por grande número de ribeirões: “Pirapitingui, Pirahy, Itaim, Pinhal, Guaraú, Caiacatinga, Apotribú, Cajurú, Coragomes, Braiaia, Ingá e outros”.⁵⁴

O município assenta-se em parte sobre solos pouco profundos, moderadamente drenados oriundos da decomposição do granito. Nessa área a cobertura vegetal é geralmente constituída por floresta latifoliada tropical – atualmente praticamente desaparecida. Na depressão periférica encontramos os latossolos originários de varvitos e folhetos, cuja área é composta pela vegetação do campo-cerrado. Os terrenos montanhosos e

⁵² TRINDADE, Jaelson; TOSCANO, João Walter. **Diagnóstico Geral da Cidade de Itu para a implantação de um programa de ação cultural**. Vol. II. São Paulo: CONDEPHAAT, s/d.

⁵³ Já no início do século XIX a falta d'água tornou-se um grave problema pra a cidade. Para soluçona-lo, conta-nos Nardy, foram construídos dois chafarizes entre 1820 e 1821 por iniciativa do padre Antonio Pacheco da Silva. Com o passar dos anos pouca ou nenhuma atenção foi dada a esse problema. A partir da dec. de 1850 o tema passou a estar na pauta das reuniões da Câmara. As tentativas foram vãs até o ano de 1886, quando se iniciou a construção da primeira caixa d'água da cidade. NARDY FILHO, Francisco. A cidade de Itu. vol. 1. Itu: Ottoni, 2000, p. 209 – 226.

⁵⁴ *Idem*, p. 62.

com afloramentos de granito em grande quantidade formam verdadeiros mares de pedra, dificultando enormemente o trabalho agrícola. O clima é mesotérmico e úmido, não oferecendo problemas quanto a pluviosidade, cerca de 1200 mm anuais, com um pequeno período de seca nos meses de junho, julho e agosto.⁵⁵

Os geógrafos brasileiros costumam dividir o Estado de São Paulo em quatro regiões geográficas: a Planície costeira, o Planalto Cristalino, a Depressão Periférica e o Planalto Ocidental. Cada uma dessas regiões possui características próprias a partir dos diversos elementos que a compõem, como topografia, hidrografia, flora e fauna.

Dentro dessa divisão clássica do quadro geográfico e geomorfológico do Estado de São Paulo, Itu ocupa uma posição de transição entre o Planalto Cristalino e a Depressão Periférica. As características de cada uma dessas regiões foram apontadas por Ab'Saber em 1954. Segue abaixo uma breve descrição do que as diferenciam.

A primeira região caracteriza-se por um relevo vigoroso, que forma o chamado 'mar de morros'. Tal topografia é reflexo direto da estrutura geológica pertencente ao complexo cristalino do escudo Atlântico. Bastante trabalhado e modelado pelos processos erosivos do passado e de tempos atuais, Ab' Saber (1954, 44) inclui essa região na província criptozóica. Por outro lado temos a depressão periférica integrante da província fanerozóica (Ab'Saber, 1954, 33) onde a topografia se apresenta mais suavizada. Os vales abertos são separados por interflúvios tabulares com cotas altimétricas de 600 a 700 metros. Esse relevo é resultado da exumação do assoalho atual da Depressão Periférica deixando expostas as séries geológicas Passa Dois, Tubarão e Itararé. Trata-se, de modo geral, de material rochoso pouco resistente e facilmente decomponível, originando solos que se caracterizam pela textura arenosa. Estas séries geológicas compreendem material de origem e trabalho glacial, destacando-se sob este aspecto os Varvitos.⁵⁶

Itu localiza-se na zona de contato entre essas duas regiões. Estudos históricos e geográficos apontam que essa posição de contato teria sido preferida pelos colonizadores porque oferecia alternativas entre as áreas serranas cobertas de florestas, de onde se extraíam recursos para a sobrevivência; e áreas planas ou suavemente onduladas com vegetação de campo-cerrado próprios para a criação de animais.⁵⁷

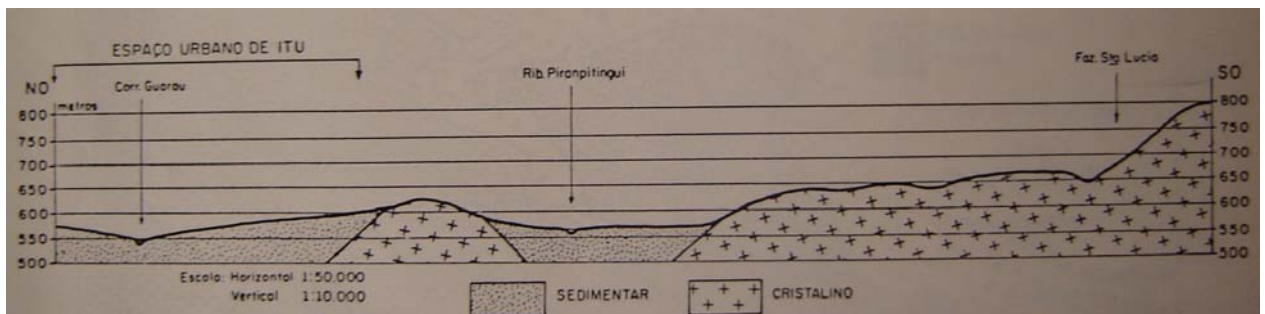
Numa escala mais restrita de análise podemos indicar as características do relevo, clima, solo e ecologia de Itu. No que tange ao relevo, Ab'Saber o caracterizou em pleno estágio de maturidade no Planalto Cristalino, com topos retilíneos variando de 800 a

⁵⁵ SADER, Maria Regina C. de Toledo. **Evolução da paisagem rural de Itu num espaço de 100 anos.** Dissertação de Mestrado, s/d, p. 13.

⁵⁶ AB'SABER *apud* TRINDADE, Jaelson; TOSCANO, João Walter. **Diagnóstico Geral da Cidade de Itu para a implantação de um programa de ação cultural.** Vol. II. São Paulo: CONDEPHAAT, s/d, p. 06.

⁵⁷ *Idem.*

1000 m de altitude, abrangendo as serras de Paranapiacaba, Ituberaba, Cristais e Mosquitos. Em direção ao Norte o relevo diminui gradativamente de altitude até chegar na Depressão Paleozóica, com terrenos suavemente ondulados e altitude variando entre 500 e 600 m, como se verifica abaixo:

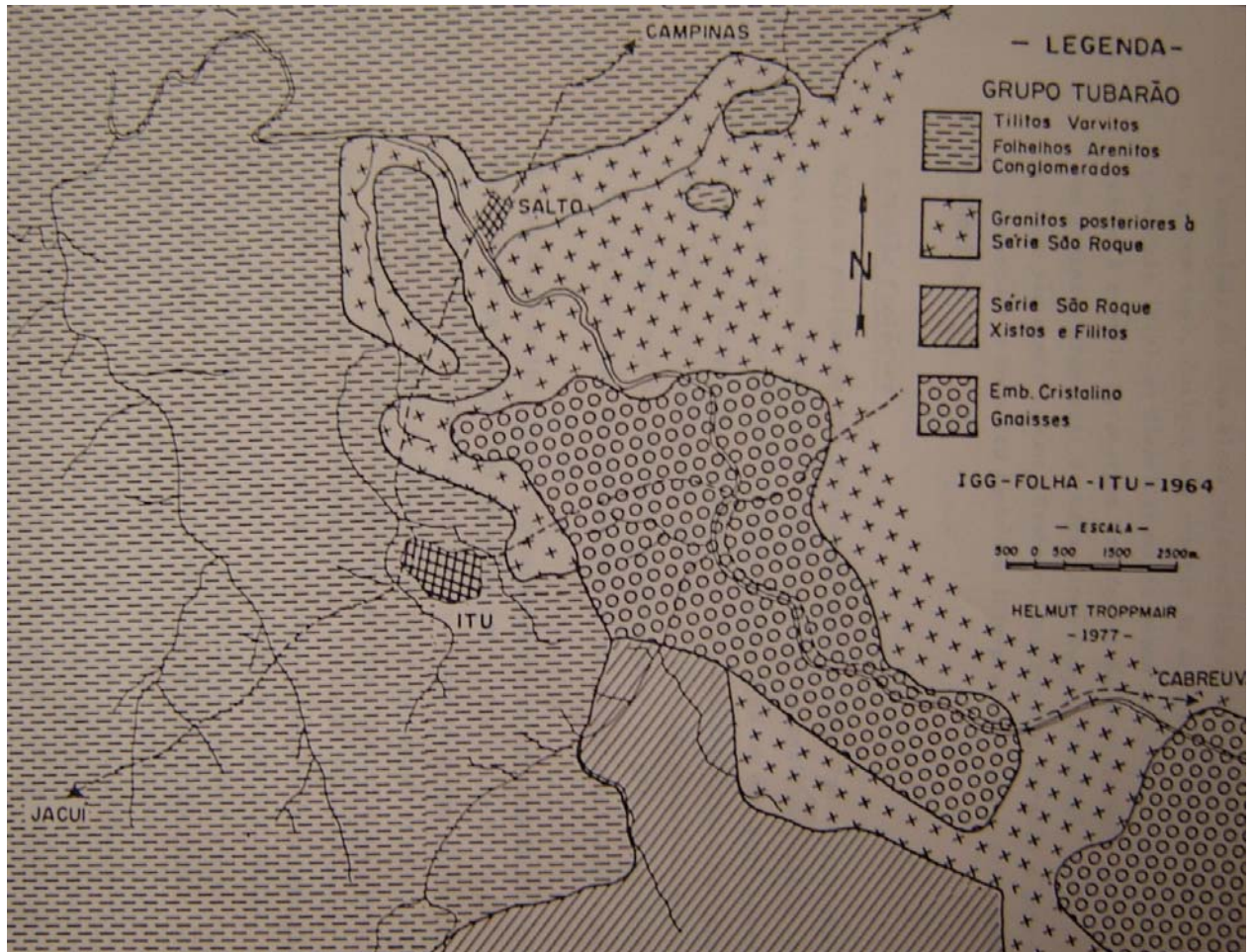


Perfil topográfico e geológico de Itu. SADER, Maria Regina C. de Toledo. **Evolução da paisagem rural de Itu num espaço de 100 anos.** Dissertação de Mestrado, s/d.

O clima na região se diferencia entre Meridional permanentemente úmido ao Sul e ao Norte um predomínio de período seco. A massa polar atua durante 50 % do ano na porção Sul, enquanto na porção Norte a massa tropical atua com a mesma porcentagem.

Os solos têm como material de origem as mais variadas rochas, que formam um mosaico, no qual podem ser encontrados “junto às áreas serranas ao Norte, o Podzólico Vermelho-Amarelo Orto e o Latosol Vermelho Raso, no Centro o Podzólico com Cascalho, e no Sul o Latosol Vermelho Escuro Orto [...] Latosol Vermelho Amarelo ocorre na área de Depressão Paleozóica”.⁵⁸

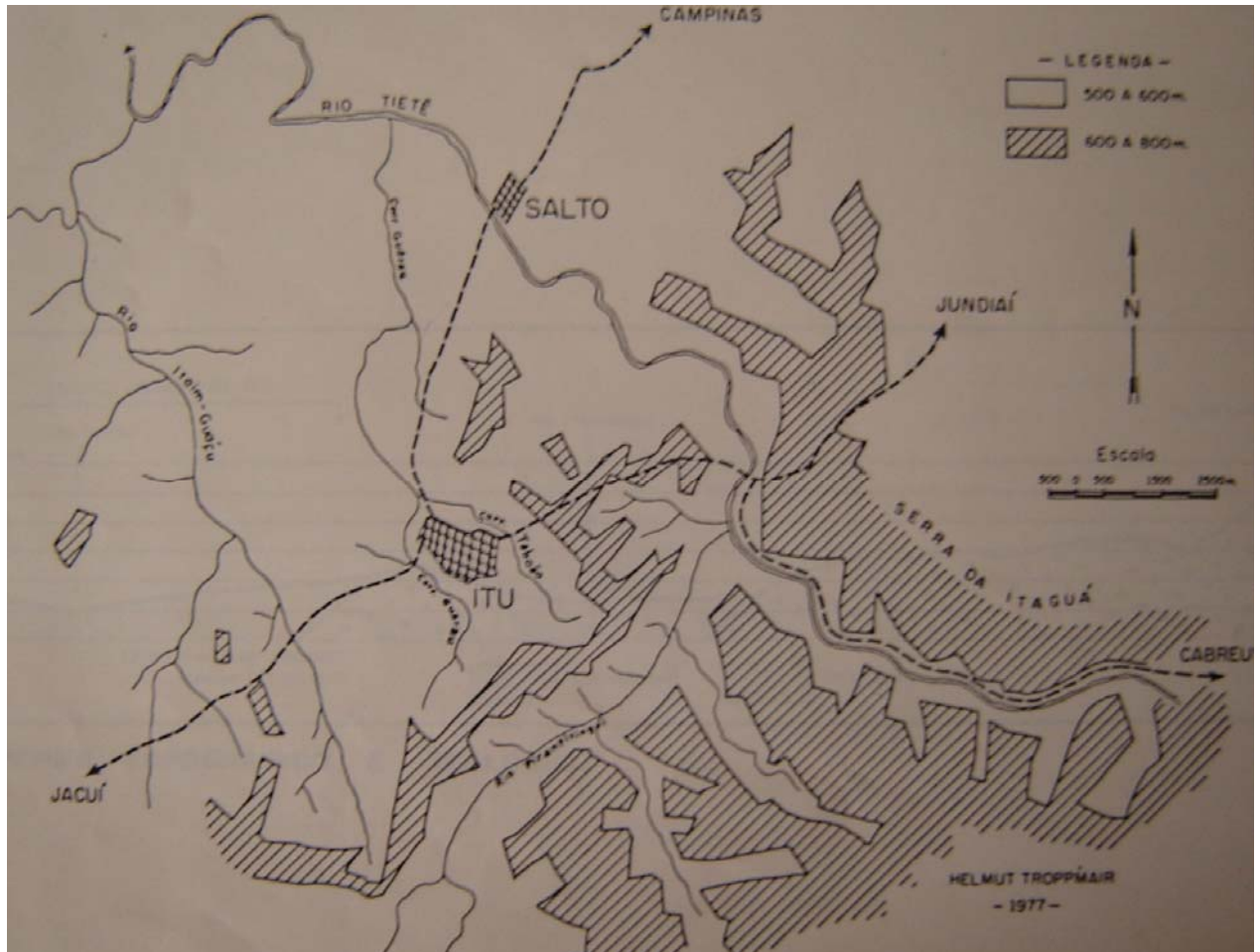
⁵⁸ *Idem*, p.12.



Geologia. SADER, Maria Regina C. de Toledo. **Evolução da paisagem rural de Itu num espaço de 100 anos.** Dissertação de Mestrado, s/d.

O que esses solos apresentam em comum é bastante curioso e nos leva a refletir sobre a agricultura desenvolvida na região de Itu. Hoje é identificado que todos eles possuem uma baixa fertilidade com ocorrência de erosão, sendo que nas áreas serranas há pouca profundidade. O Instituto agrônomo de Campinas classificou a região da Depressão em Itu numa classe para agricultura anual e perene, sujeita à erosão laminar e areolar com sulcos severos. Já na região serrana, onde se registraram declives acentuados de 40% e erosão moderada, as culturas indicadas foram as de cana-de-açúcar, banana, citricultura, abacaxi, soja, girassol e amendoim. Entretanto, do ponto de vista pedológico, as condições são inadequadas para todos os tipos de cultura, visto a declividade moderada e forte, fertilidade baixa, relevo ondulado e fortemente ondulado, restrição severa à mecanização e problemas complexos de preservação do solo. Desse modo, podemos hoje afirmar que o município de Itu

possui características pouco favoráveis à agricultura, o que se verifica quando analisamos a fase extremamente rápida da alta produção açucareira e posteriormente cafeeira.⁵⁹



Topografia de Itu. SADER, Maria Regina C. de Toledo. **Evolução da paisagem rural de Itu num espaço de 100 anos.** Dissertação de Mestrado, s/d.

Nas regiões serranas ao Sul é visível a cobertura vegetal primitiva – a mata latifoliada tropical, onde é possível encontrar algumas araucárias isoladas. Entretanto, na Depressão Paleozóica o solo pobre favoreceu a ocorrência de campos limpos, em parte substituídos por reflorestamento e cultura de cereais. Os cerrados e campos limpos concentram-se na Depressão Periférica e representam 2,5% da cobertura primitiva do Estado de São Paulo.⁶⁰

⁵⁹ *Ibidem*, p. 14.

⁶⁰ SADER, Maria Regina C. de Toledo. **Evolução da paisagem rural de Itu num espaço de 100 anos.** Dissertação de Mestrado, s/d, p. 15.

A cultura cafeeira, as indústrias de móveis, olarias e cerâmicas e as locomotivas a vapor favoreceram o quase total desaparecimento da mata tropical do Estado de São Paulo, que abrange hoje cobertura inferior a 5 % e concentra-se nas encostas da Serra do Mar.

O município de Itu possui uma reserva preservada ao longo do rio Tietê no caminho para Cabreúva, que acompanha o rio por 6 Km de extensão, onde podem ser encontradas numerosas espécies de madeiras de lei como Cabriúva, Jequitibá, Canela, Jacarandá e outras. Nesse sentido, essa reserva representa um refúgio ecológico na região, uma vez que nela podemos perceber a presença de várias espécies de pássaros e outros animais já extintos no Estado de São Paulo.

Iniciativas de ONGs vêm trabalhando na reconstituição de áreas com espécies vegetais nativas da mata atlântica. S.O.S. Mata Atlântica tem contribuído, desse modo, para esse fim com o fornecimento de sementes espécies variadas a serem plantadas em áreas com mais de três hectares.

Aliás, o trecho entre as duas cidades é uma beleza extraordinária. O vale profundamente encaixado a mais de 200 metros, com encostas cobertas pela densa mata tropical latifoliada, a gruta natural pelos matacões, são aspectos naturais de extrema beleza de que o município de Itu se pode orgulhar e deve preservar.⁶¹

É importante refletir sobre a relação estabelecida entre as características do meio físico e natural da região de Itu e o conjunto do ideário de Carlos Ilidro da Silva. Provavelmente o conjunto do seu pensamento, o qual versava, sobretudo, a respeito de alternativas para melhorar a produção em terras de segunda ordem, através do emprego de instrumentos aratórios e outras técnicas, estivesse relacionado às dificuldades encontradas pelos agricultores, devido à baixa produtividade do solo e relevo excessivamente ondulado e com grandes restrições à mecanização.

O conhecimento dessas barreiras por parte de Carlos Ilidro provavelmente o influenciou na aplicação e adaptação de modelos importados de máquinas agrícolas, numa tentativa de superar a baixa produtividade esperada para a região.

Ou seja, em parte, as condições naturais influenciaram o surgimento de muitas de suas propostas, principalmente no que tange aos métodos para superação de entraves para a agricultura. Por outro lado, cabe o seguinte questionamento: Por que diante de

⁶¹ *Ibidem*, p.24.

tantas dificuldades, como mencionamos no início do capítulo, o agricultor Carlos Ilidro teria optado pela permanência na região e não seguiu, como muitos o fizeram, em busca de terras em regiões que oferecessem menor risco à sua produção?

Sem pretensão de esgotarmos o tema, sugerimos duas hipóteses. A primeira delas, a que percebemos mais sugestiva, diz respeito à vocação científica do agricultor. Sua fazenda tornou-se uma *Fazenda Modelo* justamente pelo fato de servir aos demais agricultores como laboratório para novos experimentos em agricultura. Desse modo, o agricultor realizava experimentos que iam da aclimação das melhores tipos de sementes para a região, como fez com o chá verde e preto, até adaptações aos arados importados dos Estados Unidos e Europa. A proposta do agricultor era menos interessada nos lucros que ele poderia adquirir com suas produções, do que no reconhecimento que poderia obter com suas pesquisas. Obviamente os bons resultados dessas pesquisas culminariam em boa produtividade, a ponto de em vários momentos os dados quantitativos serem apresentados em comparação aos métodos tradicionais.

A segunda hipótese, que parece complementar à primeira refere-se ao aparato institucional ao qual o agricultor esteve vinculado. Sobretudo através de sua associação a SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria nacional ele teria tido contato com algumas ideias que nortearam seu pensamento referente à natureza e à agricultura.

2.2 NATUREZA EM ITU NO SÉCULO XIX

Um dos primeiros europeus a realizar uma descrição de aspectos naturais de Itu foi Hercules Florence, em 1825. Entretanto, a descrição realizada pelo viajante foi bastante econômica em relatos sobre a diversidade de espécies de plantas e animais da região. Nesse sentido, retiramos poucos elementos desse documento, que nos oferece apenas uma simples descrição da cachoeira de Itu.

Parti para Porto Feliz. Vi o salto de Itu. Embora célebre na província, e mesmo no Rio de Janeiro, essa queda do Rio Tietê não pode emparelhar-se com as grandes que vi depois no interior do país. Nossa atenção, no entanto, se empolga por todas as cenas desse gênero. O Tietê tomba fragorosamente, entre rochas a pique, transformando em espuma que se entrecocam ou embatem, com estridor, nas rochas flutuantes e submersas, e isto acontece até alguma distância, quando o rio, pouco a pouco retoma sua serenidade.⁶²

⁶² FLORENCE, Hercules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas pelas províncias brasileiras de São Paulo, Mato Grosso e Grão Pará.** (1825-1829). São Paulo: Museu de arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 1977, p.05.

Saint Hilaire, por outro lado, teve por objetivo recolher e catalogar um variado número de espécies de plantas das províncias que percorreu. Nesse sentido, ao permanecer em Itu por alguns dias, pode observar e descrever com maiores detalhes e sensibilidade a natureza daquele período.

No período em que percorreu a província de São Paulo, no início do século XIX, as áreas florestais eram ainda abundantes no Estado e as florestas cobriam grande parte da província. As Serras do Mar e da Mantiqueira eram também cobertas por matas, não se diferenciando do que ocorria no planalto.

Em relação às matas dos arredores de Sorocaba, Saint-Hilaire afirmou que apresentavam vegetação exuberante, mas não com a mesma imponência das florestas primitivas do Rio de Janeiro. Ainda assim, acrescentou que apenas um naturalista que se dispusesse a fixar-se na região poderia realizar um estudo pormenorizado das árvores dessas matas e estabelecer a que gêneros pertenciam. Seu trabalho, entretanto, se limitou ao estudo de plantas encontradas nos campos. De 132 espécies de plantas recolhidas no Estado de São Paulo ele realizou uma comparação com o mesmo número de espécies recolhido em Goiás. As espécies de São Paulo foram agrupadas em 40 famílias e as de Goiás em 46. Apenas sete grupos de São Paulo não se incluíam na flora da França, ao passo que 15 grupos de Goiás eram desconhecidos daquele país. Em relação à *Araucária angustifolia*, da família das coníferas, descreveu como “a mais bela e mais útil de todas as árvores do Brasil extratropical” e começava a ser encontrada a nove léguas antes de Itararé. Logo abaixo segue uma descrição das famílias e espécies encontradas no Estado de São Paulo.

As melatomáceas e as malpigiáceas, tão comuns nos trópicos, raramente aparecem entre Sorocaba e Itararé. Por outro lado, em lugar das quatorze papilionáceas que vimos nesse trecho, encontramos apenas seis entre as cento e trinta e duas plantas de Goiás. Às três Labiadas que achamos em São Paulo se sobrepõem nove em Goiás. Todas, porém, pertencentes ao grupo das Hiptidáceas, estranhas à Europa. Dois grupos apenas, as Acantáceas e as Mirtáceas, encontradas na Europa, incluem em Goiás mais espécies que em São Paulo. Nas duas regiões a famílias das Compostas é a que apresenta maior número de espécies.⁶³

Partindo de São Paulo até chegar a Itu, Auguste Saint-Hilaire observou três mudanças no aspecto da região. Ao sair de São Paulo, passando pela chácara Água Branca, o terreno mostrava-se irregular e os campos eram entrecortados por árvores de pouca altura e

⁶³ SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de São Paulo**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976. p. 59.

pastos. Em seguida ele descreveu uma região montanhosa acompanhada de grandes matas virgens e capoeiras. Já próximo à Itu, percebeu campos iguais àqueles visitados por ele em Minas e em Goiás. Sobre essa mudança brusca de vegetação, Siant-Hilaire afirmou: “No decorrer de todas as minhas viagens, não me lembro de ter encontrado em nenhuma outra ocasião um trecho de terreno tão pouco extenso e com diferenças tão grandes na sua vegetação primitiva”.⁶⁴

Aproximando-se de Itu, acerca de 12 léguas, o terreno apresentava-se bastante montanhoso e a vegetação mudava de aspecto, sendo perceptível uma extensa floresta substituindo os pequenos grupos de árvores que entrecortavam os campos. Percorrendo o curso do rio Tietê a temperatura aumentava. A três léguas de Itu o viajante descrevia a vegetação de cerrado, uma vegetação de exceção presente no local.

A três léguas de Itu, a aproximadamente 23°27', tornamos a encontrar um campo onde se erguem, no meio das gramíneas e dos subarbustos, algumas árvores raquíticas e em grupos compactos, de casca suberosa e folhas duras e quebradiças. Ali voltaremos a ver ainda as espécies que viemos encontrando desde 14°, em terras semelhantes tais como a Gutífera e uma Leguminosa amigas dos climas quentes, bem como o pequi, de fruto comestível [...], algumas *Qualea* e até mesmo o boralé (*Brosimum*) dos sertões setentrionais de Minas Gerais.⁶⁵

Nos arredores de Itu, Saint-Hilaire notou que:

As terras se tornam mais planas, o solo menos fértil. Eu entrava na região dos campos. Em seu conjunto, a vegetação me pareceu a mesma encontrada na maioria das regiões descampadas que eu havia percorrido por longo tempo em Goiás e Minas Gerais. Vêm-se sempre as mesmas árvores baixas e muito juntas no meio dos subarbustos e do capinzal.⁶⁶

No mês de Dezembro em que estive percorrendo a região, relatou sentir ali um calor sufocante, além de perceber variações de temperatura bem acentuadas, fenômeno que procurou justificar através desigualdades do terreno e das diferenças entre as matas e o campo e regiões ainda virgens, presentes ali.

Ainda assim, destacou que na região que circundava a cidade eram visíveis apenas capoeiras e árvores de pequeno porte, cobrindo o que antes fora repleto de matas virgens. No caminho que levava à cachoeira o cenário não era diverso. “Percorri uma região

⁶⁴ *Idem*, p. 158.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 58.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 155.

outrora coberta de matas virgens, mas na qual só se vêem capoeiras, atualmente. Vi vários engenhos de açúcar pelo caminho”.⁶⁷

Em relação à cachoeira, segue a descrição do viajante, sobre a qual lançaremos algumas observações.

Não querendo deixar Itu sem ver a cachoeira à qual a cidade deve o seu nome, dirigi-me até lá acompanhado do meu tropeiro, José Mariano. Num trecho de cerca de uma légua até a beira do Tietê, que corta a estrada de Itu a Campinas, percorri uma região outrora coberta de matas virgens, mas na qual só se vêem capoeiras atualmente. Vi vários engenhos de açúcar pelo caminho.⁶⁸

Em todo o discurso proferido por Saint-Hilaire a descrição sobre a vegetação dos arredores de Itu parece coincidir em um ponto: o de que grande parte da vegetação observada na ocasião de sua visita não era composta por matas primitivas. Nesse sentido, mesmo sem iniciar a reflexão sobre as causas prováveis para o desaparecimento da mata original, o autor afirma a existência de engenhos próximos, o que justifica em parte a presença de capoeiras em lugar de florestas primárias.

Chegando ao rio Tietê [...] o rio se desdobra, formando várias ilhas, as quais como o próprio rio, são orladas de pedras negras que parecem empilhadas ordenadamente, compondo uma espécie de muro de arrimo. Moitas de árvores e de arbustos de pitoresco efeito cobrem as ilhas, e tufo de orquídeas, crescendo entre as pedras, desabrocham em soberbos buquês de grandes flores purpurinas. Nas duas extremidades da ponte há uma venda e um pequeno rancho, e um pouco mais abaixo da direita do rio, vê-se a capela de Nossa Senhora da Ponte, tendo ao lado a casa do capelão. Todo esse conjunto compõe uma paisagem muito bonita.⁶⁹

Vale também ressaltarmos o apontamento de Saint-Hilaire a respeito da baixa fertilidade do solo da região, corroborando com a ideia apresentada anteriormente, de acordo com estudos mais recentes que levam em consideração à composição geológica.

Adiante segue a descrição da cachoeira, peixes e andorinhas que compunham a paisagem, para a qual a qual o viajante contou com relatos de moradores locais.

Depois de serpear celeremente por entre as pedras amontoadas, o rio lança-se de repente por um estreito canal, cercado de ambos os lados por uma

⁶⁷ *Ibidem*, p. 172.

⁶⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de São Paulo**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976. p. 175.

⁶⁹ *Idem*, p. 175.

muralha de pedras a pique, e dali se precipita de uma altura de 25 ou 30 pés com uma impetuosidade inconcebível e um estrondo suficientemente forte para ser ouvido na cidade de Itu. [...] A fim de ter tempo de examinar a vontade esse belo espetáculo eu tinha pedido ao capelão de Nossa Senhora da Ponte para guardar os meus burros em sua propriedade, com o que ele concordou amavelmente. Esse padre contou-me que, quando viera para ali havia quarenta anos, a rocha de onde o rio se despeja se projetava para a frente e era escavada como se fosse uma calha; a água ao cair descrevia um arco, e as andorinhas costumavam passar em revoada sob ele, para cá e para lá. Vi ainda um grande número de andorinhas ao redor da cachoeira. Antes da queda d'água só se encontravam no Tietê peixes de espécies pequenas, mas abaixo dela pescam-se peixes de tamanho considerável, como dourados, etc.⁷⁰

Percebendo que o relato do viajante não se pautava apenas naquilo que ele presenciou, mas também em memórias narradas daqueles que viveram nesse local em época anterior à sua visita, alguns processos descritos pelos moradores revelam em alguma medida transformações do ambiente no decorrer de algumas décadas, evidenciando a ideia de movimento e transformação da natureza, sobre a qual discorreremos no capítulo anterior.

Em 1860, anos depois da viagem de Saint Hilaire, Emílio Augusto Zaluar percorreu a província de São Paulo. Segundo o relato de Taunay, Zaluar nasceu em Lisboa no ano de 1825 e faleceu no Rio de Janeiro em 1882.

Durante sua viagem em 1860, permaneceu alguns dias na cidade de Itu, sobre a qual nos legou registros importantes sobre a natureza, incluindo anotações preciosas sobre o rio Tietê, vegetação e pássaros, além de uma descrição breve da topografia e do clima local.

Baseando-se naquilo que observava durante sua viagem e em poucas pesquisas sobre os locais visitados, Zaluar levava em conta as publicações de viajantes precedentes que estiveram por onde ele passou. Nesse sentido, as recorrências à Saint-Hilaire, que estivera durante a década de 1820 em muitos dos locais visitados por ele, inclusive em Itu, são perceptíveis nessa obra.

Seguindo uma breve descrição da cidade, de suas construções, ruas, igrejas, conventos, colégios, hospitais e população, Zaluar fez menção à grande produtividade açucareira que ainda se fazia sentir em Itu, ao lado da produção de café, que dava naquele momento seus primeiros passos. Além desses gêneros, o autor menciona a produção de gêneros alimentícios, chá e fumo, não incluindo, entretanto, a produção de algodão, que chegaria poucos anos mais tarde à região.

⁷⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de São Paulo**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976. p.176.

O clima, para ele, era agradável e nos campos ao redor de Itu cresciam muitas plantas medicinais e uma grande quantidade de frutas indígenas, ao lado de frutos e plantas aclimatados da Europa, sobre os quais não faz nenhuma menção específica.

Sem dúvida a descrição mais interessante feita pelo viajante refere-se ao rio Tietê e a sua cascata, sobre a qual escreveu também Saint-Hilaire. A cascata foi considerada uma verdadeira maravilha da natureza por ambos os escritores e seus arredores apresentavam um aspecto agradável e pitoresco. No caminho entre ela e a cidade, os terrenos eram desiguais e cobertos por capoeiras, apesar de terem sido em outros tempos cobertos por mata virgem, ideia também descrita por Saint-Hilaire.

Imagine-se agora que foi ao sol posto que contemplamos êste espetáculo! As águas, atirando-se do alto dos penhascos em três grandes rolos, confundiam-se nos ares, levantando uma poeira brilhante onde se viam refletir todas as cores do arco-íris. Os últimos raios do sol, dourando ainda alguns pontos da paisagem, pareciam imprimir o beijo da despedida no seio dos parasitas solitários, e aveludar de sombra os tapetes de musgo dos rochedos, ocultando de outro lado, no crepúsculo, as espessuras do arvoredo e as grutas recônditas das florestas.⁷¹

A sugestão lançada por Zaluar é a de que nos arredores da cachoeira achava-se uma grande diversidade de espécies de árvores e animais, que imprimiam aos olhos dos observadores uma beleza inexaurível, a qual era também contemplada por todos aqueles que o acompanhavam. A narrativa de Zaluar não diferiu em muitos aspectos das narrativas idílicas a respeito da natureza do Novo Mundo, que desde os descobrimentos foram recheadas de adjetivos de admiração pelos viajantes estrangeiros. Entretanto, Zaluar pareceu se impressionar com um episódio que o levou a lamentar a presença humana naquele cenário.

Ao avistar entre os rochedos um bando de taperás, ave já extinta na região e conhecida principalmente através do hino da atual cidade de Salto, um dos companheiros de Zaluar lançou contra o bando dois tiros, os quais atingiram algumas aves. Segue abaixo a descrição feita pelo autor sobre o encontro com os taperás.

Lançando os olhos ao horizonte, vímos vir lá de seus extremos uma espécie de nuvem negra e compacta, que se avança com rapidez nos ares, mudando apenas ligeiramente de forma. Era um imenso bando dessa espécie de andorinhas a que se dá aqui o nome de *taperás*.

Quando pairou acima de nossas cabeças aquela massa escura, abrindo-se pelo meio, formou-se um círculo de largas dimensões, e começou a girar

⁷¹ ZALUAR, Augusto Emílio. **Peregrinação pela Província de São Paulo. (1860-1861)**. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954. p. 186.

vertiginoso até que voltando outra vez à sua forma primitiva, tornou a afastar-se tão alto e tão longe que a perdemos de vista. Pouco depois voltou, fez a mesma evolução e tornou a retirar-se, repetindo ainda mais umas duas ou três vezes este movimento aéreo.

Como, porém, a noite se aproximasse, e nós continuássemos em nossa posição imóvel sobre os rochedos, as taperás começaram a cortar com um vôo oblíquo o espaço que as separava da terra, e a esconder-se nas fendas escuras das rochas que formam o parapeito oposto do outro lado do rio. Parecia na violência e silvo uma chuva de setas, que, disparadas de um arco invisível, se cruzavam sobre nossas cabeças.

Era-nos precisa a pena do célebre naturalista americano Audubon para podermos dar uma idéia desse quadro.

Quando as fendas dos rochedos estavam já cheias de taperás, o que tornava ainda mais escuros os interstícios das pedras denegridas, um dos nossos companheiros, apontando a espingarda de dois canos, carregada de tariva, à fenda onde havia maior porção dessas aves, disparou dois tiros, um após outro, cujo estampido foi reboando lugubrememente de penedo em penedo até se perder no fragor das águas.

Senti nesse momento confrager-se-me coração. As avezinhas que escaparam ao chumbo levantaram vôo apavoradas e as que ficaram mortas ou feridas, caindo na correnteza, foram enoveladas na espuma, aparecendo de vez em quando boiando à tona d'água, para depois sumirem-se de todo, sepultadas no abismo.

Pobres taperás, antes não fôssemos perturbar a sua existência inocente!⁷²

Esta passagem revela um exemplo da realção entre o homem e a natureza na região, fato que provavelmente foi fator determinante para a extinção da espécie dos taperás. A natureza tida como inocente e o homem visto como perturbador, na visão de Zaluar, não parece evidenciar um ponto comum entre ele e aqueles que o acompanharam nesta visita. As aves são mencionadas no seu diminutivo, o que confere ao texto um tom misericordioso em relação a elas. A narrativa é sem dúvida belíssima e de um tom quase poético sobre o vôo dos taperás, e talvez, o desfecho final tenha sido uma licença do autor diante dos comentários ouvidos a respeito do que se sucedia às tais aves. Ainda assim, deixando de lado nossas deduções, é bem provável que esses trágicos encontros entre taperás e homens fossem comuns em Itu, visto não ser possível mais avistar os pássaros.

Os registros dos autores mencionados são indícios de como se relacionavam homem e natureza no século XIX. Zaluar e Saint-Hilaire estiveram por pouco tempo na região, mas suas narrativas apresentam elementos importantes para a compreensão do ambiente em que se desenvolveram as análises de Ilidro.

⁷² ZALUAR, Augusto Emílio. **Peregrinação pela Província de São Paulo. (1860-1861)**. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954. p.187-188.

2.3 PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM ITU

É convincente a ideia de que Itu fora local de aldeamento de índios carijós⁷³, ideia sugerida por fontes escritas e materiais. Na ata da Câmara de São Paulo de Junho de 1591 é relatado que “houve um encontro de índios carijós e uma patrulha paulistana nos campos de Pirapetingui”.⁷⁴ Também em escavações feitas na atual praça D. Pedro foram encontradas urnas funerárias indígenas.⁷⁵

A cidade era ponto de passagem da rota das monções que partiam do Porto de Araritaguaba, atual Porto Feliz. Desse fato fundou-se o povoado inicialmente chamado de Utu-Guaçu, erigido em 1610. Ao que tudo indica, o sertanista Domingos Fernandes, o qual teria em sua genealogia ligação com João Ramalho, foi o seu fundador. Daquele é possível saber da história através da coleção *A Cidade de Itu*, na qual Nardy explica a fundação da cidade do seguinte modo:

Não mais o paulista audaz desce o Anhembi em demanda das minas de Cuiabá, ele agora procura o sertão para nele se estabelecer, formar sua fazenda. Deixou ele o aluvião de mineiro pelo machado do derrubador. O explorador e conquistador de minas cede lugar ao povoador de aldeias.⁷⁶

Octavio Ianni⁷⁷ afirma que Itu era um importante ponto de apoio a uma vasta rede organizada para a preação de índios, busca de ouro e pedras preciosas e abastecimento dos núcleos de mineração.

Nesse sentido, a fundação desse povoado veio acompanhada naturalmente do machado e da constituição de fazendas. No caso de Itu, é interessante notar que mesmo no momento de descobertas de importantes minas de ouro, o povoado se manteve e prosperou com a chegada de novas famílias à região. Essa prosperidade se fez sentir quando o povoado foi elevado à categoria de vila em meados do séc. XVII. Ainda sobre a fundação de Itu, escreve Francisco Nardy:

E assim esse sertão, tão triste, tão escuro, tão cheio de mistério e pavor, vai se clareando, vai se tornando habitado, e o valor e a tenacidade dos ituanos vão erguendo fazendas, erigindo capelas, fundando aldeias, e, desse trabalho abençoado brotam, como por encanto, cidades que hoje se

⁷³ NARDY FILHO, Francisco. *A cidade de Itu*. v. 1 e v. 5. Itu: Ottoni, 2000.

⁷⁴ *Idem*, p. 33.

⁷⁵ *Ibidem*.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 11.

⁷⁷ IANNI, Octavio. **Uma cidade antiga**. São Paulo: Ed. Da Unicamp, 1988.

ostentam belas e louças, mas cujo princípio foi engenho, uma pequena ermida erguida pelos esforços e piedade de um ituano⁷⁸.

O tom ufanista do texto encontra ressonância em alguns escritos analisados do final do XIX, nos quais o sertão despovoado é triste, escuro, pavoroso e misterioso, a cidade é apresenta-se bela e fruto de um trabalho abençoado e piedoso dos homens, cujos feitos são dignos do título de heroísmo. O fruto é a cidade, que para o autor é motivo de orgulho.

Assim, na sociedade criada se formaram roças, criações; fixaram-se famílias e gerações, meio ligadas aos movimentos das bandeiras e monções, meio ligadas à terra, à casa, às roças e criações.⁷⁹

Sérgio Buarque de Holanda afirma que em relação à sociedade que se formou no planalto paulista, manteve-se por um longo tempo uma situação de instabilidade ou imaturidade, que possibilitava uma grande reciprocidade social com a população indígena.⁸⁰

O nomadismo, a dependência do índio manso para o trabalho produtivo, e do índio bravo para negociar em outras partes da colônia, o crescente convívio com os indígenas, o aproveitamento das técnicas e soluções nativas nas atividades econômicas, a assimilação lingüística, muitos foram os elementos que serviram de base à singular sociedade que se formou em Itu e em outras partes do planalto paulista.⁸¹

Foi no início do século XVIII, concordam Ianni e Buarque, que se instalou na sociedade o princípio do provisório, da aventura e do movimento. Esse princípio podia ser identificado também na fartura da terra disponível, das vastas sesmarias doadas, onde pessoas podiam instalar seus sítios e fazendas.

Ao final do séc XVII e começo do XVIII houve uma progressiva consolidação do núcleo urbano de Itu. Fixaram-se as bases da aristocracia regional, pois todas as iniciativas estavam diretamente ligadas às mais prósperas famílias dos negócios das monções ou das fainas da terra.⁸²

Segundo Dora S. Correa⁸³, o início do séc. XVIII foi marcado pela decadência geral da agricultura em São Paulo. O caminho aberto entre Minas o Rio de Janeiro

⁷⁸ NARDY FILHO, Francisco. **A cidade de Itu**. v. 1 e v. 5. Itu: Ottoni, 2000. p. 12.

⁷⁹ IANNI, Octavio. **Uma cidade antiga**. São Paulo: Ed. Da Unicamp, 1988. p. 17.

⁸⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2004. p. 12.

⁸¹ IANNI, Octavio. **Uma cidade antiga**. São Paulo: Ed. Da Unicamp, 1988. p. 21.

⁸² *Idem*, p. 23.

⁸³ CORREA, Dora S. **Paisagens sobrepostas**. Índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723 – 1930). Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo, 1993.

em 1733 favoreceu o comércio do Rio, prejudicando os paulistas, que a princípio forneciam cereais, carne, sal, açúcar e produtos manufaturados para a zona das minas. Nas décadas de 1730 e 1740 São Paulo passou a fornecer animais para o transporte dos minérios e alimentos, enquanto a agricultura era produzida apenas para a subsistência. O comércio de tropas e as monções de comércio que partiam do Tietê viabilizaram o enriquecimento dos comerciantes envolvidos nessas atividades. A riqueza, entretanto, era notada apenas em poucos centros urbanos onde se efetivavam os negócios: Porto Feliz, Sorocaba, São Paulo e Santos. A autora não faz menção à cidade de Itu como centro visível de riqueza. Nesse sentido, conclui que os fazendeiros continuavam descapitalizados.

Apesar de não ser nossa principal intenção nesse capítulo apresentar um debate profundo sobre as ideias de estagnação e decadência de São Paulo no séc. XVIII é importante relatar que as visões sobre o tema são amplas e controversas. Atualmente, alguns autores, como Maria Luiza Marcílio, Carlos de Almeida Prado Bacellar, Lhana Blaj, Kátia Abud e Silvana A. Godoy, longe de afirmarem uma imagem de estagnação e decadência de São Paulo, apontam um avanço inusitado na província provocado pela mineração.

As teses de despovoamento da província em decorrência da descoberta do ouro nas Gerais e em Cuiabá vêm cedendo lugar, desde a década de 1980, para aquelas que apontam para São Paulo como centro abastecedor da região do ouro. Nesse sentido, Alice Canabrava⁸⁴ afirma que a capitania paulista teria sido responsável por grandes rotas de comércio visando o abastecimento das Gerais.

Maria Luiza Marcílio⁸⁵, em estudo que polemizou a questão do despovoamento de São Paulo em decorrência dos fluxos migratórios ocasionados pela mineração, afirmou que longe da imagem de estagnação, a mineração gerou o estímulo para que as populações paulistas se organizassem para atender o abastecimento de uma região nova. Além disso, a região sul do país se tornava uma região especializada na pecuária para o corte e para o transporte. Para São Paulo esse processo teria favorecido a monetarização e o início da formação de uma categoria de negociantes, de grandes fazendeiros de criação e de agricultores de cereais para o comércio interno.

Para Ilana Blaj⁸⁶, o comércio e a produção agrícola da região em fins do séc XVII superava o estágio de subsistência. As reclamações dos moradores de São Paulo

⁸⁴ CANABRAVA, Alice P. **O Algodão em São Paulo. (1861-1875)**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1984.

⁸⁵ MARCILIO *apud* GODOY, Silvana Alves. **Itu e Ararituaba na rota das Monções**. Dissertação de mestrado. Campinas, 2002. p. 27.

⁸⁶ BLAJ, Lhana *apud* GODOY, Silvana Alves. **Itu e Ararituaba na rota das Monções**. Dissertação de mestrado. Campinas, 2002. p.30.

estavam ligadas ao preço dos mantimentos e não à sua escassez. A carestia de alimentos na província, outra polêmica referente ao período mencionado, não teria ocorrido pela falta dos mesmos, mas pelo efeito inflacionário que o comércio interprovincial teria gerado.

A tese de Blaj indica a continuidade de uma questão que já vinha sendo tratada por Jonh Monteiro⁸⁷, a qual inclui a capitania de São Paulo em processos mais amplos, e afirma que um dos problemas da historiografia foi a identificação da riqueza a partir de capitais acumulados com a exportação de produtos coloniais. Embora Blaj assuma a ocorrência da pobreza paulista, não aceita a ideia de penúria absoluta somente por não contar com a exportação de gêneros coloniais rentáveis como ocorria no Nordeste.

Entretanto, a ideia corrente é que em 1765 foi restituída a autonomia administrativa de São Paulo, que estava submetida ao Rio de Janeiro desde 1748. Segundo Correa⁸⁸, a capitania encontrava-se em estado de pobreza, exportando muito pouco. Para Silvana Alves Godoy, entretanto, a imagem de pobreza absoluta da província de São Paulo, reproduzida nos discursos de Morgado de Mateus⁸⁹, esteve sempre associada ao nordeste açucareiro, latifundiário e escravista.

Já Marcelo L. Mahl⁹⁰ afirmou em sua tese que a estrutura fundiária em São Paulo entre os anos de 1789 e 1828 foi a princípio a da pequena propriedade, tendo a mão-de-obra livre como seu motor. Apenas 30% do trabalho agrícola era feito por escravos e a economia ainda não era suficientemente rentável para o investimento em escravos negros.

⁸⁷ MONTEIRO, John. **Negros da Terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁸⁸ “Quando em 1765, após a restituição da autonomia administrativa da capitania de São Paulo, foi nomeado governador D. Luiz A. de Souza Mourão, o Morgado de Matheus escreveu que São Paulo encontrava-se em estado de pobreza. Com uma agricultura dirigida principalmente dirigida para o mercado doméstico, exportando muito pouco. Esse funcionário da Coroa portuguesa executou a mando do Marquês de Pombal, ministro de D. José, uma política de restabelecimento econômico da capitania, como meio de aumentar a arrecadação do estado e de proteção ao extremo sul da colônia, ameaçado pelos espanhóis. Com ele iniciou-se uma série de obras que favoreceram o escoamento da produção do planalto para o porto de Santos”. CORREA, Dora S. **Paisagens sobrepostas**. Índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723 – 1930). Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo, 1993. p. 58.

⁸⁹ “A presença de uma agricultura voltada para a exportação em solos paulistas só acontecerá com a política desenvolvida pelo governador da capitania, D. Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus”. Esse governador teria sido o primeiro a assumir o governo da capitania após a restituição administrativa da mesma em 1765. GODOY, Silvana Alves, p. 30

⁹⁰ “A estrutura fundiária principal desse primeiro avanço agrícola paulista foi a pequena propriedade, tendo como mão-de-obra fundamental a do trabalhador livre. Entre os anos de 1789 e 1828, somente 30% do trabalho agrícola em São Paulo era feito por escravos, sinal de que essa economia de fornecimento de gêneros alimentícios ainda não era suficientemente rentável para atrair os recursos necessários à utilização ampla do escravo negro. Esta só foi possível com o desenvolvimento da produção de cana-de-açúcar em território paulista, no final do século XVIII”. MAHL, Marcelo Lapuente. **Ecologias em terra paulista (1894-1950)**: as relações entre o homem e o meio ambiente durante a expansão agrícola do Estado de São Paulo. Assis: 2007. p. 19.

Retomando características da economia em Itu no século XVIII, percebemos que em 1765 a cidade ocupava o 5º lugar dentre as 19 câmaras que ocupavam a capitania de São Vicente. O perímetro da cidade era ainda muito pequeno, como segue na descrição abaixo.

Uma das ruas que contava a vila Ituana era a rua da Palma, chamada das baratas, em virtude de morarem nessa rua, em umas casinhas baixas, próximas do Bom Jesus, umas piedosas senhoras, que, como era de costume, andavam embiocadas em grandes mantilhas e só saíam de casa para ir à igreja. O extremo dessa rua era uma das saídas para o caminho de São Paulo, rua Direita, rua do Carmo, rua do Comércio⁹¹, chamada rua do Ouvidor: começava na atual rua de São Francisco e ia até o pátio do Carmo; o seu prolongamento na parte alta foi feito em 1830.⁹²

A população estava assim dividida: 2.758 livres e 1397 escravos, num total de 3988 habitantes. A água que abastecia o município era proveniente dos dois córregos limítrofes: “Para sua serventia e lavagem de roupas, aproveitava o povo da água dos dois córregos. Para beber servia-se da fonte do cercado dos franciscanos e da existente à saída do caminho dos matos”.⁹³

De fato, com o desenvolvimento da produção da cana-de-açúcar ao final do século XVIII começou se firmar na região de Itu a economia de *plantation*, responsável por integrar a lavoura paulista no cenário econômico brasileiro.

O crescimento da demanda internacional, no último quarto do séc XVIII, e os estímulos dos governos provinciais paulistas aliaram-se ao interesse, cada vez maior, dos paulistas em procurarem na terra não somente o seu sustento, mas também o lucro e o desenvolvimento de uma economia forte e competitiva.⁹⁴

Foi perceptível nesse momento, a expansão da lavoura açucareira em Itu, onde houve um significativo aumento da mão-de-obra escrava nas fazendas que se localizavam ao redor da capital, sem, todavia, atingir aquelas que apresentavam uma pequena produção, as quais continuavam a ter sua produção tocada por poucos escravos.

⁹¹ Ao que o autor indica, associando o posicionamento das igrejas e das praças, as ruas Direita, do Carmo e do Comércio são atualmente as ruas do Patrocínio, dos Andradas e Floriano Peixoto.

⁹² NARDY FILHO, Francisco. A cidade de Itu. v. 5. Itu: Ottoni, 2000. p. 29.

⁹³ *Idem*, p. 31.

⁹⁴ MAHL, Marcelo Lapuente. **Ecologias em terra paulista (1894-1950)**: as relações entre o homem e o meio ambiente durante a expansão agrícola do Estado de São Paulo. Assis: 2007. p. 19.

Após as monções veio o ciclo da cana; grandes latifundiários tais como os sargentos-mores Antonio Ferraz de Arruda e Antonio Pacheco da Silva montaram seus engenhos, estenderam seus canaviais, no que foram seguidos por outros, e Itu se tornou o maior centro produtor de açúcar da Capitania e daí ser considerada a vila mais próspera, populosa e rica.⁹⁵

De acordo com Otávio Ianni, a recuperação e reestruturação da agricultura paulista ao final o séc. XVIII foi paralela ao renascimento da agricultura de exportação do Brasil como um todo, devido, sobretudo, a uma desorganização do mercado mundial gerada pela Revolução do Haiti, pela Independência Americana e pela Revolução Francesa. A Revolução Industrial também impôs novas relações de mercado e trabalho, que não deixaram de alterar a oferta e a procura de bens.

Desse modo, no início do século XIX Itu estava no auge de sua produção açucareira e sua grande produtividade já era sentida desde o final século anterior. Em 1789 chegou-se a produzir na cidade um terço (66,5 arrobas⁹⁶) do total de açúcar fabricado na província de São Paulo.

Era a vila de Itu, pelo tempo a que vamos a referir-nos, 1788 a 1796, um dos mais importantes, senão o mais importante centro agrícola da Capitania de São Paulo, tanto assim que o capitão-general governador D. Bernardo José de Lorena, em seu relatório, apresentado em 1793, ao governo da metrópole, diz: ‘...só a vila de Itu faz mais de cinquenta mil arrobas de açúcar por ano e vai em aumento’.⁹⁷

Inicialmente Itu e posteriormente o quadrilátero Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiáí, davam sinais de mudança, com a evidência da produção agrícola para a exportação.⁹⁸

Maria Tereza S. Petrone⁹⁹ reuniu um conjunto de dados sobre a produção açucareira em Itu entre os anos de 1750 e 1850. No recenseamento de 1776, constam 25 engenhos em Itu. Em 1789, Francisco José de Lacerda afirmava que a maior parte do açúcar consumido em São Paulo provinha de Itu. Em 1797 a produção de açúcar do município chegava a 50 mil arrobas e contava com 65 mil arrobas e 107 engenhos no ano seguinte. Em

⁹⁵ NARDY *apud* IANNI, Octavio. **Uma cidade antiga**. São Paulo: Ed. Da Unicamp, 1988. p. 26.

⁹⁶ No Brasil uma arroba equivale a quinze quilogramas.

⁹⁷ NARDY FILHO, Francisco. *A cidade de Itu*. v. 5. Itu: Ottoni, 2000. p. 14.

⁹⁸ “Na década de 1830 Daniel Pedro Muller registrou São Paulo em mutação. Para começar, a clássica divisão entre marinha e planalto, que definia também uma distinção do tipo de produção – o primeiro para exportação e o segundo para mantimentos a serem comercializados por via terrestre em lombo de burro – dava mostra do início de mudança com Itu”. CORREA *apud* MÜLLER, 1997. p.66.

⁹⁹ PETRONE, Maria Thereza S. **Lavoura canvieira em São Paulo**: expansão e declínio (1765 – 1851). São Paulo: Difel, 1968.

1789 o número de engenhos passou a 113 com uma produção de 73 mil arrobas. Martim Francisco em 1803 afirmou a existência de 130 engenhos com produção aproximada de 80 mil arrobas de açúcar. Em 1836, nos 98 engenhos existentes a produção chegava a aproximadamente 92 mil arrobas de açúcar, o equivalente a um sexto da produção da província de São Paulo, mas o número de engenhos diminuía para 98. Nesse momento a produção de café era ainda bem pequena, cerca de 1.052 arrobas. Em 1854 encontravam-se em Itu 164 engenhos com uma produção de 159 mil arrobas. Ainda segundo Petrone, em 1854 o café não ocupava lugar de destaque em Itu, com produção de 16 mil arrobas apenas.

Apesar do predomínio da cana na agricultura local em 1854, o café continuava em ascensão e começava a ser mais lucrativo.¹⁰⁰

Ao longo dos anos 1850-1930, a economia agrícola de Itu deixou a fase açucareira, teve um curto período de expansão algodoeira e ingressou amplamente na cafeicultura... Ao mesmo tempo desenvolveu-se a cidade, Itu, com suas exigências econômicas, políticas e culturais. Realizou-se a Convenção Republicana, fundaram-se colégios, desenvolveu-se a música. A cultura material e espiritual, em sentido lato, parece ter-se tornado mais próximas da economia e da política sem perder seus vínculos com a religião.¹⁰¹

Segundo a estatística de 1866, Alice Canabrava ressalta, entretanto, que a produção de café era ainda insignificante se comparada às produções de açúcar e de algodão, que no momento crescia rapidamente devido a questões conjunturais externas. A produção de algodão era de 46.740 arrobas, a de açúcar era de 50 mil arrobas e a de café, após os desmembramentos de Indaiatuba e Cabreúva, em 1868, era de apenas 20 mil arrobas. Nesse mesmo ano a produção de algodão caiu expressivamente e se limitou a 14 mil arrobas, enquanto a produção de açúcar foi de 40 mil arrobas.

Nessa época, não desfrutava o município de Itu de grande prosperidade. Era reconhecida a decadência do município, assim como a de Sorocaba, seja por causa do esgotamento de suas terras, como também em consequência do declínio do comércio de mares.¹⁰²

Progressivamente o café foi ganhando terreno e fez com que os produtores abandonassem o interesse pelo algodão, que sofria com as variações do mercado nacional e estrangeiro.

¹⁰⁰ IANNI, Octavio. **Uma cidade antiga**. São Paulo: Ed. Da Unicamp, 1988, p. 39.

¹⁰¹ *Idem*, p. 41.

¹⁰² CANABRAVA *apud* IANNI, Octavio. **Uma cidade antiga**. São Paulo: Ed. Da Unicamp, 1988, p. 42.

Estava em curso um processo de transformação da agricultura de Itu e da zona. Depois de uma época de predomínio da cana, ocorreu um período de diversificação, quando se desenvolveram vários ramos agrícolas: cana, algodão, café e outros. Mas o café acabou por impor-se devido à sua lucratividade, demanda no mercado externo e outras características de sua organização e produção.¹⁰³

Em 1886 a produção de café em Itu atingia a produção de aproximadamente 47 mil arrobas.

A decadência produtiva passou a ser sentida no século XX e para Maria Toledo Sader¹⁰⁴ teria ocorrido, dentre outros fatores, devido a um antigo projeto da barragem do Tietê pela Light, que no início do século desapropriou uma extensa faixa de terras que foram arrendadas a terceiros, abrangendo a área de cinco fazendas.

Procuramos traçar um quadro a respeito da ocupação do espaço pela agricultura em Itu, pois acreditamos que essa ocupação guarda relações com o ideário de Carlos Ilidro. Nesse sentido, algumas considerações são relevantes. Primeiramente no que tange às culturas especiais, quais sejam, café e açúcar principalmente, pois seus escritos a respeito dessas culturas revelam que o café ganhava expressividade, mas ainda sabia-se pouco sobre as sementes mais adaptadas e os meios para se obter uma melhor produtividade.

Sem distanciarem-se do que ocorria no restante do país, os agricultores, a cada ciclo de desgaste do solo ou escassez de lenha, abandonavam suas antigas produções. Essa prática, considerada por Ilidro uma prática arcaica, justifica em certa medida a decadência dos engenhos no século XIX e a progressiva introdução do café na região de Itu e também o crescente distanciamento do litoral das novas fazendas.

Por outro lado, cabe refletirmos sobre a importância atribuída por Ilidro a outros gêneros de produção, como o chá, o tabaco, o milho, o trigo, os legumes etc, ou seja, culturas consideradas alternativas. O agricultor procurou demonstrar que a produtividade de certos gêneros alimentícios seria maior e mais eficaz se fossem levados em conta o clima, o tipo de solo e a qualidade dos terrenos a serem plantados.

Sua crítica recaía sobre o avanço para o interior do Estado, sem que houvesse a preocupação por parte dos agricultores para a recuperação dos solos desgastados. A criação da *Fazenda Modelo* e os periódicos analisados refletem esses dilemas, os quais serão abordados nos próximos capítulos.

¹⁰³ IANNI, Octavio. **Uma cidade antiga**. São Paulo: Ed. Da Unicamp, 1988, p. 44.

¹⁰⁴ SADER, Maria Regina C. de Toledo. **Evolução da paisagem rural de Itu num espaço de 100 anos**. Dissertação de Mestrado, s/d.

2.4 REFLEXÕES SOBRE A NATUREZA NO SÉC XIX

Apesar de existir no Brasil um debate sobre a natureza e discussões sobre questões ambientais, foi predominante no século XIX a crença do direito total dos homens sobre os recursos naturais. Essa crença majoritária, segundo Marcelo Lapuente Mahl, contribuiu de forma significativa para a destruição e exploração dos recursos naturais de São Paulo a partir do desenvolvimento econômico do Estado.¹⁰⁵

De acordo com Mahl, a natureza mantida intacta era sinal de desleixo e incapacidade do homem de fundar riqueza sobre o que ela oferecia. O progresso, portanto, deveria surgir a partir da exploração do mundo natural e da terra. Era para esse fim que deveria ser dirigido o esforço humano.

A segunda Revolução Industrial, segundo Luciana Murari, fundara um período de ruptura entre o homem e a natureza, favorecendo o crescimento do mundo capitalista de forma inédita. As tecnologias no setor de transporte e comunicação possibilitaram a incorporação de novos espaços à dinâmica do capitalismo, a aceleração dos ritmos de trocas e a ampliação dos mercados proporcionaram a incorporação de todo o planeta ao sistema capitalista. Essas transformações simbolizavam progresso e civilização.¹⁰⁶

Luciana Murari, analisando a “geração” de intelectuais da década de 1870, identificou entre eles a busca de uma transformação intensa no país a partir da incorporação da totalidade do território e conseqüentemente da natureza ao Estado brasileiro. Esse processo de transformação abriu espaço para uma nova organização do espaço, através da construção de linhas telegráficas, ferroviárias e do aprimoramento do controle sobre o território. Essas inovações técnicas foram derivadas do afluxo de capitais externos e da economia do café, borracha e cacau.¹⁰⁷

A tese de que nos anos 1870 surgiram as primeiras ideias de rompimento da visão romântica em torno da natureza foi defendida por Lucia Lippi de Oliveira.¹⁰⁸ A preocupação dos intelectuais dessa geração era repensar a ideia de nação, que não se dissociava das formulações em torno da natureza e do território.

Entretanto, a natureza não era vista como fonte de riqueza apenas, mas também de vida e identidade. Essa dualidade ficou evidente nos discursos dos observadores

¹⁰⁵ MAHL, Marcelo Lapuente. **Ecologias em terra paulista (1894-1950)**: as relações entre o homem e o meio ambiente durante a expansão agrícola do Estado de São Paulo. Assis: 2007.

¹⁰⁶ MURARI, Luciana. **Tudo mais é paisagem**. Representações da Natureza na cultura brasileira. Tese de Doutorado - USP. São Paulo: 2002. p. 14.

¹⁰⁷ *Idem*, p.14.

¹⁰⁸ OLIVEIRA *apud* ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões**. Bauru: Edusc, 2000. p. 103.

das primeiras décadas de modernização. O movimento modernista do século XIX e início do XX foi uma expressão clara de atração e entusiasmo pela modernidade, mas também de crítica e recusa.

Para Gilmar Arruda, em meados do século XIX houve mudanças significativas em determinadas representações da natureza. Nesse momento foi importante o fato das representações em torno da natureza estarem associadas às representações sobre a construção da nação brasileira. A natureza estava ligada a uma existência remota, que era indício de um passado próprio, sendo identificada como um elemento particular entre as demais nações.¹⁰⁹

A busca de uma identidade ou de uma individualização para a natureza que se iria dizer brasileira continuou com a vinda, no início do séc. XIX, de uma leva de viajantes estrangeiros motivados pelos mais diversos interesses. Contribuíram para a formação de um olhar, marcado pela cultura letrada européia, a respeito da natureza. Mas ao contrário das viagens filosóficas do século XVIII, baseadas numa história natural que investia a natureza tropical de índole negativa, esses novos viajantes seguiam de perto as formulações de Alexander von Humboldt, que promovera uma virada na forma de conceber a natureza e a América tropical.¹¹⁰

Essa visão proliferou entre os membros do Instituto Histórico e Geográfico. Para eles era importante reconhecer o passado como natureza, mas valorizar o presente ressaltando as construções humanas.¹¹¹

A natureza, que dominava ainda a maior parte do território brasileiro, distanciava-o do projeto modernizante dos intelectuais brasileiros. Estava em pauta, nesse sentido, a reorganização da vida agrícola do país, a colonização dos territórios ainda desérticos e a exploração de riquezas naturais. Essas questões eram pertinentes ao universo da modernização. “Submeter o vazio dos desertos e o arcaico mundo rural representava a possibilidade de verdadeira superação da herança colonial”.¹¹²

Os intelectuais brasileiros lidavam com a necessidade de produzir novas representações do espaço, divididas entre o lugar da ruína, os resquícios do passado e as paisagens de formação identitária e, por outro lado, os ambientes civilizados onde eram já visíveis as transformações geradas pela modernidade.

¹⁰⁹ ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões**. Bauru: Edusc, 2000, p. 90.

¹¹⁰ *Idem*, p. 91.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 93.

¹¹² MURARI, Luciana. **Tudo mais é paisagem**. Representações da Natureza na cultura brasileira. Tese de Doutorado - USP. São Paulo: 2002, p. 11.

A literatura e o pensamento social brasileiro do período entre o final do século XIX e o início do século XX foram, portanto marcados por essa ambiguidade fundamental entre o futurismo progressista e a nostalgia pela natureza paradisíaca. Segundo Gilmar Arruda: “A natureza já não é mais apenas um componente de identificação ou de individualização de uma determinada nação ou de um espaço, mas sim um recurso para promover ou impedir o progresso, entendido como desenvolvimento econômico”.¹¹³

Dentre os intelectuais da geração pós 1870 analisados por Murari, grande parte encontrou na natureza a fonte de interpretação da singularidade nacional e da formação de sua sensibilidade. Entretanto, essa constante afirmação da grandiosidade do ambiente natural brasileiro, muitas vezes acabou por supor a insignificância da obra humana no novo mundo. Essa geração, portanto, viu-se obrigada a formular uma nova concepção de natureza.

Nesse sentido, o discurso do progresso brasileiro no contexto da economia internacional adquiriu, na segunda metade do séc. XIX, e em especial a partir da dec. de 1870, um significado particular aos olhos da elite modernizadora. O desejo de melhoramento foi incorporado pelo estado imperial por obra da intelectualidade abolicionista, corporificada pela tríade Joaquim Nabuco, André Rebouças e Alfredo Taunay.

Desse modo, Luciana Murari defende que para compreender os significados adquiridos pela ideia de natureza no Brasil pós-1870, é necessário acompanhar o movimento de transformação da vida intelectual brasileira no período. Este processo pode ser percebido a partir do esforço de superação da herança romântica de exaltação do mundo natural.

A visão do ambiente natural se transformou significativamente desde então, não mais apenas fonte de contemplação e depositário privilegiado da imagética nacionalista, mas como contraponto à cultura e à técnica, espaço a ser conquistado pelo desenvolvimento capitalista.¹¹⁴

Nessa nova concepção de natureza, as riquezas naturais não eram nem boas nem más, mas para se tornarem elementos de progresso deveriam estar associadas ao trabalho e à ciência.¹¹⁵

De acordo com Gilmar Arruda, a natureza não era um obstáculo de desenvolvimento do progresso e da civilização, mas os homens com suas práticas não sabiam aproveitar as fontes de riqueza e potencialidades do mundo natural.¹¹⁶

¹¹³ ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões**. Bauru: Edusc, 2000, p. 105.

¹¹⁴ MURARI, Luciana. **Tudo mais é paisagem**. Representações da Natureza na cultura brasileira. Tese de Doutorado - USP. São Paulo: 2002, p. 89.

¹¹⁵ ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões**. Bauru: Edusc, 2000, p. 106.

Murari considera que nas últimas décadas do séc XIX, a imagem paradisíaca da natureza estava já irremediavelmente condenada. O lugar do homem brasileiro na natureza e a viabilidade de sua presença na totalidade de seu território tornaram-se questões correntes na vida intelectual brasileira.

A intelectualidade pós-1870 tendeu a reverter o elogio romântico da paisagem e a utilizar-se dos modelos naturalistas para produzir uma concepção altamente conflituosa das relações entre o meio físico e o desenvolvimento social e material do país. Não havia como se orgulhar de uma natureza que em sua exuberância excessiva e selvageria ameaçadora estorvavam a capacidade de melhoramento do homem.

A abordagem naturalista reverteu a representação romântica da paisagem como campo de expressão da subjetividade, enunciando, ao contrário, a generalizada indiferença do mundo natural em relação aos intuítos humanos.

Nesse momento os determinismos geográficos e biológicos radicalizavam a crença no papel decisivo da natureza sobre as sociedades humanas. O determinismo mesológico pautava-se na convicção de que certas sociedades eram menos desenvolvidas e menos civilizadas devido aos fatores naturais presentes em seus meios.

De acordo com Luciana Murari o determinismo mesológico apareceu no Brasil através dos trabalhos dos ingleses Taine e Buckle. O estudo do meio para Taine consistia na identificação da influência exercida pela geografia e pela paisagem na formação racial do povo em questão. Do mesmo modo, para Buckle existia a influência de aspectos da natureza e das condições climáticas sobre a constituição dos indivíduos e, por consequência, das sociedades. Para ele, a única forma de progresso seria aquela capaz de favorecer ao desenvolvimento das capacidades racionais do homem, portanto, nos locais de clima frio e temperado, onde as restrições do meio estimulariam o aperfeiçoamento do indivíduo e da sociedade. Nos países quentes, ao contrário, a sobrevivência seria facilitada pelos elementos naturais extremamente generosos, de forma que o homem não seria estimulado a desenvolver suas energias individuais e sua capacidade de trabalho.¹¹⁷

O exemplo escolhido por Buckle foi o Brasil. O principal determinante do atraso desse país, onde não florescera nenhuma civilização brilhante era a própria abundância de que o teria dotado a natureza.

¹¹⁶ *Idem*, p. 106.

¹¹⁷ MURARI, Luciana. **Tudo mais é paisagem**. Representações da Natureza na cultura brasileira. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2002, p. 97.

Tais são a efusão e a abundância vitais que distinguem o Brasil entre todos os países do mundo. Porém, no meio dessa pompa, desse esplendor da natureza, não há lugar para o homem. Fica reduzido à insignificância pela majestade que o cerca. Todo o Brasil, apesar das grandes vantagens que parece possuir, tem permanecido sem a menor civilização.¹¹⁸

Nesse contexto, o sublime mundo da natureza era um espaço vazio sob o ponto de vista da civilização, noção também presente em Humboldt, na qual e os progressos da agricultura seriam retardados por impenetráveis matas, e as colheitas destruídas por inumeráveis insetos. O fatalismo naturalista em sua crença no determinismo das condições naturais fortaleceu a ideia de dependência completa e da consequente vulnerabilidade do homem em relação ao meio natural.

Essa discussão não teria sentido caso não encontrássemos paralelo entre elas as reflexões de Carlos Ilidro. Percebemos, desse modo, que a ideia de superação da visão romântica sobre a natureza está presente em seus escritos. Sua abordagem baseava-se na ideia de que o progresso científico seria capaz de conduzir o homem a um certo controle da natureza, que não deixava de ser entendida como recurso para o desenvolvimento. Notamos em seus discursos que a natureza não era dissociada do progresso, mas ao contrário, era elemento essencial para que suas experiências lograssem êxito.

Observamos que a forte atuação de Carlos Ilidro da Silva em Itu, sobre o qual discorreremos adiante, se deu nos anos de 1860, anteriormente aos debates abordados por Murari, que ocorreram na década de 1870. Isto significa que Ilidro foi precursor de uma corrente de pensamento que se intensificaria na década seguinte. Seus escritos versavam sobre o desejo de melhoramento técnico na agricultura e estavam afinados à ideia de que as práticas agrícolas deveriam aproveitar as potencialidades do mundo natural. Desse modo, era visível em relação à natureza, a continuidade da literatura agrícola que se iniciou no Brasil na década de 1830, e desenvolveu uma crítica voltada para os problemas das rotinas destrutivas e do trabalho servil.¹¹⁹

Por intermédio da SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional –, Ilidro recebeu grandes contribuições para o seu periódico na cidade de Itu, com a finalidade

¹¹⁸ BUCKLE, *apud* MURARI, Luciana. **Tudo mais é paisagem**. Representações da Natureza na cultura brasileira. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2002, p. 98.

¹¹⁹ Pádua faz referência a Miguel Calmon e Carlos Taunay que debateram essas questões na década de 1830 e Lacerda Werneck e Guilherme Capanema que deram continuidade nas décadas de 1840 e 1850. Existem muitos pontos em comum entre essa literatura agrícola iniciada em 1830 e os apontamentos lançados por Ilidro, principalmente no que se refere a rotina destrutiva e o problema do desmatamento, além do fato de terem realizado suas críticas do ponto de vista de fazendeiros, que eram os principais agentes das rotinas destrutivas. PADUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 234.

de instruir os agricultores sobre os melhores aparelhamentos a serem aplicados nas lavouras, bem como meios para recuperar terras cansadas, identificando em seus escritos, a falta de instrução e o problema da oferta de mão-de-obra como as razões para o mau estado da agricultura no país.

Podemos, desse modo, aventar que o desejo de melhoramento técnico pode ser observado em iniciativas pontuais como a de Carlos Ilidro, já na década de 1860, tendo suas bases formadas, provavelmente, em momento anterior, sobre o qual não trataremos nessa dissertação.

Através da SAIN, Ilidro obtinha contato com grande número de aparelhamento a ser aplicado nas lavouras, com a finalidade de solucionar o problema da mão-de-obra, dos métodos considerados rotineiros, e conseqüentemente, do aproveitamento das potencialidades dos recursos naturais. Tocava ainda na questão essencial da preservação das matas, conforme destacaremos no próximo capítulo.

3 O PENSAMENTO E AS PROPOSTAS DE CARLOS ILIDRO DA SILVA

3.1 A PROPOSTA DA FAZENDA MODELO

O objetivo desse capítulo é refletir sobre as ideias debatidas e lançadas por Carlos Ilidro da Silva a respeito de alternativas para superação de métodos utilizados pelos agricultores considerados por ele rotineiros. São fontes essenciais dessa pesquisa os artigos dos periódicos *Agricultor Paulista*, 25 de Março e uma publicação do *Correio Paulistano*.

Por se tratar de um trabalho intelectual e prático realizado no município de Itu, e objeto de nosso trabalho, o *Agricultor Paulista* é ponto crucial dessa pesquisa. Nele pretendemos verificar de que maneira agricultura e natureza se coadunam e se apresentam enquanto preocupações e objetivos de Carlos Ilidro.

Carlos Ilidro não era um agrônomo com formação em escola especializada. Era formado em Direito desde 1837, mas destacava-se entre os fazendeiros pelos seus conhecimentos sobre a agricultura, que adquirira em contato constante com publicações estrangeiras e pelas experiências que realizava em sua fazenda com o objetivo de aplicar à lavoura métodos aperfeiçoados e modernos instrumentos agrícolas. “Podemos considerá-lo antes de tudo um grande idealista, um dos pioneiros na Província, da mecanização da lavoura e dos processos de cultura do solo que revolucionaram a agricultura no séc XIX”.¹²⁰

Em 1860 residia em Araçariguama, mas no mesmo ano se transferiu para Itu, onde havia adquirido a *Fazenda São Carlos*, com a ideia de transformá-la em escola prática de agricultura. Itu nessa época, segundo o olhar de Canabrava¹²¹, estava em decadência devido ao esgotamento de suas terras.

Na introdução de *O algodão em São Paulo (1861 – 1875)*, Alice Canabrava afirmou que Carlos Ilidro da Silva testou e renovou métodos tradicionais de revigorar o solo. Nesse sentido, teria sido o maior agrônomo da província de São Paulo de sua época, ou seja, a segunda metade do século XIX.

A autora, ao se referir ao agricultor, revela que o mesmo já era muito conhecido na Província pelos seus escritos sobre os modernos métodos trabalho do solo.¹²² Ele teria revolucionado os métodos agrícolas em Itu e influenciado alguns fazendeiros no sentido de implantar na agricultura novas técnicas e pesquisa nesse campo. Além disso,

¹²⁰ CANABRAVA, Alice P. *O Algodão em São Paulo. (1861-1875)*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1984, p. 38.

¹²¹ *Idem*.

¹²² *Idem*, p. 35.

tornou-se proprietário em 1858 de uma fazenda em Itu – a *Fazenda São Carlos*, também conhecida como *Fazenda Modelo*, a qual servia para experimentos de novas técnicas e equipamentos nas plantações de café.

A lei provincial de 22 de Abril de 1858, o havia designado para a comissão que deveria ser enviada à Europa, Estados Unidos e Cuba, a fim de estudar e colher em suas escolas e estabelecimentos, as ‘noções práticas, e os melhores processos que possam ser aplicados, e utilizados pela lavoura na província’.¹²³

O maior objetivo do agricultor Carlos Ilidro da Silva era realizar experiências sobre novas culturas e ensinar aos fazendeiros os novos métodos agrícolas para que pudessem usufruir melhor das suas terras “delas tirando maiores frutos com menor dispêndio e tornando-lhes conhecidas diversas máquinas e instrumentos agrícolas e modo de usá-los”.¹²⁴

Alice Canabrava, ao analisar a presença do algodão na Província de São Paulo, sugeriu que as atividades realizadas na *Fazenda Modelo* foram intermediadas pela *Associação para o suprimento do algodão de Manchester*. Entretanto, as experiências mais profundas com o algodão se realizariam apenas a partir de 1861, posteriormente a outras iniciativas de Ilidro, como as pesquisas e experiências com o chá.

Francisco Nardy, interpretando o fato de que a partir de 1860 Carlos Ilidro passou a editar um periódico com sugestões e debates em torno da agricultura, sugere também que a fazenda fora adquirida alguns anos antes, provavelmente em 1858 e, a partir de 1860, juntamente com a publicação do periódico, Ilidro iniciou suas primeiras experiências.

Esses ensinamentos prestados pela fazenda modelo do Dr. Carlos Ilidro foram bem aproveitados pelos fazendeiros ituanos, pois pelo relatório apresentado pela Câmara de Itu ao governo provincial, em 25 de Janeiro de 1861, vê-se que, pelos lavradores ituanos, foram adquiridos, no ano anterior – 1860 – além de outros aparelhos agrícolas, 30 charruas Pluchet, mandadas vir de Paris e não poucas norte-americanas adquiridas no Rio de Janeiro.¹²⁵

A introdução de novas técnicas e de equipamentos na agricultura, que eram os objetivos de Ilidro, poderia significar, para Iraci Galvão Salles¹²⁶, mais um recurso para

¹²³ CANABRAVA, Alice P. **O Algodão em São Paulo. (1861-1875)**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1984, p. 35.

¹²⁴ *Idem*, p. 35.

¹²⁵ NARDY FILHO, Francisco. **A cidade de Itu**. v. 1 e v. 5. Itu: Ottoni, 2000.

¹²⁶ SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada**. São Paulo: Huitec, 1986.

umentar a taxa de exploração e a lucratividade econômica dos produtores. Através das máquinas de beneficiamento do café e de outros instrumentos introduzidos na região do Oeste Paulista, como o arado e a máquina carpideira, os agricultores puderam superar o declínio da oferta mão-de-obra escrava. Essa iniciativa, para a autora, foi uma maneira de se poupar trabalho e melhorar a exploração da terra, visto a eminência da abolição dos escravos, pois há uma década o tráfico externo de escravos diminuía significativamente.

Dessa forma, esses recursos técnicos não podem, segundo Salles, ser analisados dissociados da conjuntura política e social do processo de abolição gradativa do trabalho escravo. Nesse sentido, os novos instrumentos incorporados pelos agricultores representavam uma necessidade de inserção do município na dinâmica do mercado internacional do café.

Consideramos que os recursos de Carlos Ilidro da Silva estiveram constantemente associados a ideia de revigoração do solo. Segundo Canabrava, para a compra da *Fazenda São Carlos*, Ilidro empregara todo o seu capital, que era superior a 40:000\$000¹²⁷, sem, no entanto, esperar retorno nos primeiros três anos. Tratava-se de uma terra de segunda ordem, esgotada devido a anos de cultura sem descanso, a qual propunha recuperar de modo a compensar largamente seus gastos na produção.

Desde o início a *Fazenda Modelo* funcionava como uma espécie de escola agrícola, para a qual Carlos Ilidro obteve, pela lei de orçamento de 11 de Maio de 1859, um empréstimo provincial de 15:000\$000, com a finalidade de aperfeiçoar os processos de cultivo do solo e adquirir instrumentos e aparelhos agrícolas adequados para a implementação do projeto apresentado à Câmara. Segundo Alice Canabrava:

Obrigava-se Carlos Ilidro da Silva a “adotar em seu estabelecimento agrícola todos os processos aratórios de moderno uso na agricultura, procurando fazer a aquisição dos instrumentos e aparelhos mais aperfeiçoados e modifica-los, segundo as exigências de suas terras”. Comprometeu-se a ensaiar um sistema completo de afolhamento não só dos vegetais em uso no país, como também de outros de utilidade que procuraria introduzir com aquela finalidade; a promover o tratamento de animais, a fazer experiência com irrigação por todos os meios ao seu alcance e a cuidar do aperfeiçoamento da cultura do café, do chá e acidentalmente de outros produtos para exportação.¹²⁸

¹²⁷ 40 contos de réis.

¹²⁸ CANABRAVA, Alice P. **O Algodão em São Paulo. (1861-1875)**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1984, p. 36.

O projeto apresentado à Assembléia Legislativa em 11 de Maio de 1859, para a concessão do empréstimo contém as normas que deram a característica a *Fazenda São Carlos* de uma escola prática de agricultura.

Canabrava considera que a *Fazenda Modelo*, depois de efetivamente montada, foi franqueada aos lavradores interessados em conhecer modernos processos de cultivo do solo e também esteve aberta a todas as pessoas interessadas em realizar estágio para se instruírem desses modernos métodos de cultivo. Além disso, o agricultor comprometeu-se a publicar um jornal, sem remuneração, e nele divulgar as noções básicas de agricultura ou publicá-las em jornal de maior circulação na Província.

A partir da leitura de Canabrava sabemos que para efetivar seu projeto, Ilidro necessitava da liberação do empréstimo de 15:000\$000, sem juros, pelo prazo de cinco anos, ao final dos quais a quantia seria devolvida em prestações de 3:000\$000. Ilidro contava ainda com os recursos próprios, advindos dos lucros que obtinha com a produção de café, sua principal lavoura, antes da introdução da cultura do algodão, que não sabemos se chegou a superar a anterior. Sabemos também da sua produção de chá, e das experiências em torno do chá verde e preto, os quais chegaram a ser premiados.

As experiências de campo ocupavam sete alqueires de terreno argilo-silicicosos, de fecundidade média. Não conhecemos os resultados das colheitas, mas sendo conseguidas a custa de trabalho com arado e outras máquinas importadas, e com adubagem, podemos deduzir seu custo. Não podia ser comparado com o das colheitas obtidas sob técnicas empíricas, sem grandes trabalhos de lavoura, nos terrenos virgens de derrubada nas zonas pioneiras.¹²⁹

Em 27 de janeiro de 1861 foi autorizada a entrega dos 15:000\$000 em prestações de três contos de réis, quando houvesse a disponibilidade dos cofres provinciais, mas nunca inferiores a um conto de réis. Para a garantia da dívida, seus 18 escravos foram hipotecados, no, além disso, apresentou fiadores, os quais foram desonerados em 1863, quando foi realizada nova hipoteca dos seus bens.

Com o ofício de 20 do mesmo mês recebi do chefe daquela repartição o contrato por ela celebrado com o procurador do Dr. Carlos Ilidro da Silva, nos termos e com as cláusulas, que a lei estabelecera, sendo garantido o adiantamento e auxílio que dos ditos 15 contos de réis davam aos cofres da província com o estabelecimento agrícola da parte, e com dezoito escravos de sua propriedade no valor de 19 contos de réis, afiançados e recebidos

¹²⁹ CANABRAVA, Alice P. **O Algodão em São Paulo. (1861-1875)**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1984, p. 57.

como hipoteca, e recebida aquela importância em prestações mensais de 3 contos de réis quando permitirem as forças da caixa e em caso contrário nunca menores que 1 conto.¹³⁰

Segundo Canabrava, a primeira prestação do empréstimo somente foi paga a Ilidro em Março de 1861, com muito atraso, pois o tesouro provincial se encontrava em estado precário. A partir de então, o fazendeiro passou a publicar duas vezes por mês, no Correio Paulistano, o seu *Folhetim Agrícola*, dedicado à divulgação de conhecimentos sobre a agricultura, como se estabelecera no contrato.

Antes de iniciar seus trabalhos no Correio Paulistano, Carlos Ilidro já publicava seus ensinamentos no periódico ituano *Agricultor Paulista*, o qual era produzido, segundo ele, com certas dificuldades. Esse jornal dedicava-se exclusivamente às questões agrícolas e suas atividades se encerraram em Janeiro de 1861, ano em que passou a publicar no Correio Paulistano.

Fazia parte do projeto apresentado à Assembléia provincial escrever e publicar sem remuneração, um jornal especializado, por meio do qual se daria a propagação a noções elementares aplicáveis à lavoura na Província. Depois de devidamente aparelhada, a fazenda deveria servir à observação de lavradores e outros interessados, com estágios custeados pelo proprietário. Além disso, havia a obrigação de enviar quatro exemplares impressos de suas publicações, dos quais dois seriam enviados ao presidente da província para que fossem avaliados, visto a aplicação do investimento público.¹³¹

A fundação do periódico *Agricultor Paulista* configurou-se como uma das exigências legais do projeto aprovado pela Província, que previa a concessão do empréstimo. Como garantia, segundo Canabrava, Carlos Ilidro hipotecou a fazenda São Carlos, incluindo as terras, os edifícios, as culturas, o aparelhamento agrícola e tudo o que fosse adicionado, acrescentando, e ainda seus 18 escravos. Percebe-se que as obrigações do agricultor e o alto valor dos bens hipotecados revelam a dificuldade em se obter empréstimos naquele momento. A fazenda e os escravos equivaliam a quatro vezes o valor do empréstimo. Nesse sentido, Canabrava afirma:

Surpreendido pelo falecimento da esposa, obrigado ao inventário de bens para instruir a hipoteca, apresentou como fiador o negociante João Otavio Nebias, residente em Santos, aceito pelo tesouro provincial em Setembro de

¹³⁰ Discurso com que o ilustríssimo e excelentíssimo senhor conselheiro Antonio José Henriques, presidente da província de São Paulo, abriu a Assembléia Legislativa Provincial no ano de 1861. S. Paulo, Typ. Imparcial de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, 1861, p.40.

¹³¹ *Idem*, p. 40

1860, e desonerado em Outubro de 1863, quando o Estado recebeu a hipoteca dos bens do interessado, ou seja, a fazenda São Carlos.¹³²

Ilidro também fez referência a uma publicação anterior, de 1857, a qual não foi localizada. Já o *Agricultor Paulista* reúne 23 números que foram publicados de janeiro de 1860 a dezembro do mesmo ano. Seria, então a sua segunda publicação no interior com objetivo de chamar a atenção sobre suas observações a respeito mau estado da agricultura no país, incitando os fazendeiros a promoverem algum progresso através de noções práticas sobre todos os ramos da agricultura. A instrução como meio de retirar os agricultores da rotina era uma das suas convicções e objeto de sua defesa.

Nas quinhentas páginas que completam a coleção do *Agricultor Paulista*, Carlos Ilidro da Silva empenhou-se em ‘vulgarizar os conhecimentos de manifesta utilidade em geral e, sobretudo, sobre diversas culturas especiais’, ou seja as culturas de exportação. Empenhou-se, com particular interesse, em tornar conhecidas na Província a técnica e a importância do afolhamento, mormente com referência aos pomos da terra; transcreveu os melhores escritos nacionais e estrangeiros sobre o cultivo da cana-de-açúcar, e consagrou a maior atenção ao nosso grande produto de exportação, o café, trazendo ao público observações próprias sobre o seu cultivo, colheita e beneficiamento.¹³³

Podemos concluir que a carga de obrigações a que Ilidro estava sujeito, e a esperança de que a dívida fosse revertida em investimento pelo governo na instrução agrícola, diante do êxito de suas atividades, o levaram a perder a fazenda em 1863. Entretanto, continuou a publicar os folhetins no *Correio Paulistano* até Dezembro de 1864. Não sabemos ao certo a data de sua mudança de Itu, mas em 1867 residia novamente em Araçariguama, ligado ao trabalho da terra.¹³⁴

[...] Em vez de ser auxiliado e animado para realizar tão difíceis e dispendiosos trabalhos, nos quais vão o sacrifício de todo o meu tempo, e o futuro de minha numerosa família, encontrasse tão má vontade da parte do tesouro provincial e tenha ficado entregue aos meus incessantes esforços, sem receber nenhuma animação, que não sendo necessária para impedir o abandono dos trabalhos, fortificaria minha coragem e má vontade, e diminuiria as dificuldades com que luto.¹³⁵

¹³² CANABRAVA, Alice P. Uma fazenda modelo em São Paulo. In: **IX Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. O homem e a técnica.** Vol. 1 - 4. São Paulo: 1979, p. 1179.

¹³³ *Idem*, p. 1177.

¹³⁴ *Ibidem*, p. 1186.

¹³⁵ DA SILVA *apud* CANABRAVA, Alice P. Uma fazenda modelo em São Paulo. In: **IX Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. O homem e a técnica.** Vol. 1 - 4. São Paulo: 1979, p. 1180.

Uma das grandes preocupações de Ilidro, a qual deixava transparecer nas primeiras páginas do *Agricultor Paulista* era referente às Culturas Especiais¹³⁶. Como sugere Alice Canabrava, Ilidro em 1857 já tinha renome como fazendeiro e agrônomo. Seu nome estava entre os maiores produtores de Chá de São Roque. Amostras do chá produzido por Ilidro foram enviadas para a Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1861, onde foram premiadas. Em Londres no mesmo ano as amostras receberam distinção entre as demais. Era o coroamento de 15 anos de experiências realizadas em São Roque.¹³⁷

Carlos Ilidro da Silva sugeriu nessa ocasião que fosse dado prêmio em dinheiro devido ao aprimoramento técnico alcançado e pela extensão de sua lavoura de chá, cuja colheita alcançava duzentas arrobas anuais, argumentando que o rendimento da exposição nacional serviria para estimular a prosperidade da agricultura do país.

Há muitos anos Ilidro já realizava experiências com o objetivo de melhorar os métodos de cultivo e utilizar modernos instrumentos agrícolas. Em 1860, como sugere as últimas edições do *Agricultor Paulista*, ele reunia também um acervo de observações sobre a cultura do café, com a finalidade de aprimorar sua produção.

Nada sabemos sobre a produção da *Fazenda São Carlos* nos anos subsequentes a 1863. Entretanto, apesar do expressivo reconhecimento pelos seus escritos e iniciativas, em 1868 o estabelecimento já estava fechado e Carlos Ilidro havia mudado do município. Segundo dados do período lançados pela Câmara Municipal de Itu nos anos de 1864 e 1865, a fazenda deixara de produzir, pois não possuía recursos suficientes e os seus resultados foram praticamente nulos.¹³⁸

De acordo com Alice Canabrava, em 1863 Ilidro transmitia ao Presidente da Província seu inconformismo e a dificuldade diante do tesouro provincial. Declarava-se impotente para enfrentar as dificuldades inerentes à iniciativa que propunha. Havia tentado desistir do auxílio financeiro e do contrato desde 1860, antes de receber a primeira prestação, reafirmando esse desejo em situações posteriores. Pediu licença para publicar dois manuais em lugar dos artigos, dado o caráter efêmero dessas publicações. Entretanto, sua reivindicação não fora aceita.

Seu grande interesse pelas terras de segunda ordem e abandonadas para poupar as terras virgens, que nortearam em grande medida suas experiências, reforça nosso

¹³⁶ Ilidro se refere às culturas para exportação.

¹³⁷ CANABRAVA, Alice P. Uma fazenda modelo em São Paulo. In: **IX Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. O homem e a técnica**. Vol. 1 - 4. São Paulo: 1979, p. 1174 e 1175.

¹³⁸ CANABRAVA, Alice P. **O Algodão em São Paulo. (1861-1875)**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1984, p.57.

propósito de perceber as alternativas sugeridas pelo agricultor para transformar o sistema de produção agrícola. Além disso, seu esforço em empregar e adaptar máquinas e instrumentos agrícolas aponta para um dos maiores problemas de sua época, a elevação dos preços de escravos e a escassez de mão-de-obra. Ainda assim, a opção pelas máquinas e instrumentos parecia estar associada não só a substituição dos escravos, mas também a um fetiche da maquinaria na modernidade.

Na época em que escrevia Ilidro não havia um órgão autônomo dedicado à agricultura, apenas uma diretoria do Ministério de Agricultura, Comércio e Obras. Os trabalhos de pesquisa e aplicação técnica, relacionados aos processos de cultivo e aparelhamento para trabalhos no solo eram realizados por instituições particulares.¹³⁹

A influência que a Sociedade Auxiliadora da Indústria nacional exerceu em suas iniciativas foi expressiva, pois ela articulava ações no campo da agricultura intermediando as relações entre os agricultores e o ministério.¹⁴⁰

Desse modo, consideramos que as ideias que embasaram o projeto de Ilidro para a fundação da *Fazenda Modelo* evidenciam uma opinião disseminada pelo país entre alguns fazendeiros e autoridades públicas empenhados na modernização dos processos agrícolas. A SAIN, portanto, funcionava como elo entre as ações públicas e as iniciativas particulares dos agricultores.

Segundo Canabrava numerosos artigos em jornais e periódicos daquele período elucidam a emergência de uma conscientização de que a ciência havia possibilitado transformações importantes no campo da agricultura.

Ao mesmo tempo em que se insistia nas vantagens da imigração, reclamava-se a renovação dos métodos de cultivo do solo e o emprego do maquinário agrícola, correlatos com o da produtividade. O ensino da agricultura estava configurado nas Escolas Práticas de Agricultura, Escolas Normais de Agricultura, Institutos Agrícolas, Fazendas-modelo [...] apontadas essas instituições em seus modelos estrangeiros como meio ideal para proporcionar o treinamento e a observação aos proprietários interessados e às novas gerações de agricultores em formação.¹⁴¹

¹³⁹ *Idem.*

¹⁴⁰ Em relação a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Canabrava afirma que em alguns momentos ela esteve estreitamente ligada as ações do ministério, exercendo trabalhos burocráticos e teóricos. Ainda assim, manteve seu caráter particular, exercendo, para além das iniciativas ministeriais, projetos próprios. CANABRAVA, Alice P. **O Algodão em São Paulo. (1861-1875)**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1984, p. 26-29.

¹⁴¹ CANABRAVA, Alice P. Uma fazenda modelo em São Paulo. In: **IX Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. O homem e a técnica**. Vol. 1 - 4. São Paulo: 1979, p.1184.

Entretanto, a falta de uma mobilização abrangente, que fosse capaz de implementar transformações na agricultura, ao contrário do que sugeria Alice Canabrava, talvez tenha sido um dos fatores para a *Fazenda Modelo* não ter logrado êxito duradouro. Como mencionamos anteriormente, não havia um ministério voltado exclusivamente para a agricultura. Além disso, não existia um banco provincial¹⁴² capaz de auxiliar os agricultores que intentassem promover qualquer tipo de transformação, o que dificultava sobremaneira iniciativas pontuais como a do agricultor Carlos Ilidro da Silva, que deveriam recorrer diretamente aos cofres provinciais para a implementação de seus projetos.

Segundo Canabrava, o Presidente da Província de São Paulo em 1858, o Sr. Joaquim José Fernandes Torres procurou promover em seu mandato a difusão dos conhecimentos teóricos e a fundação da *Fazenda Modelo*. Entretanto, findado seu mandato, a situação de Carlos Ilidro se complicava, pois não conseguia receber o empréstimo que lhe havia sido concedido em 1858. Em 1860 eram frequentes as queixas do agricultor à falta de disposição em fundar no país estabelecimentos destinados ao ensino agrícola¹⁴³ e essas tentativas morriam no Parlamento.

[...] acreditamos que o problema da agricultura nacional, nesse sentido, estava em discussão no contexto de uma crise geral das instituições, ou seja, regime de trabalho, métodos rotineiros de cultivo, sistema de crédito e arcaísmo de transportes.¹⁴⁴

Ao refletir sobre a agricultura, Ilidro perpassava todos esses problemas institucionais do Império. Ainda assim, concentrava-se em discorrer sobre o uso da terra, para onde convergiam os demais problemas.

Nesse sentido, a tese de Marcelo L. Mahl¹⁴⁵ parece ser um ponto de partida para o debate proposto. Ainda que ele reflita sobre o final do século XIX e nossa pesquisa se insira entre as décadas de 1850 e 1860, seus apontamentos permitem comparar duas visões distintas a respeito do meio natural presentes entre os agricultores, ainda que uma dessas visões tenha sido majoritária. Para Mahl, ao final do século XIX, a transformação da floresta selvagem em local a ser lavrado era o ideal a ser alcançado para o progresso. Entre a maior

¹⁴² HÖRNER, Erik. A luta já não é hoje a mesma: as articulações políticas no cenário provincial paulista, 1838-1842. **Almanack Braziliense**, n. 5, maio de 2007.

¹⁴³ CANABRAVA, Alice P. Uma fazenda modelo em São Paulo. In: **IX Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. O homem e a técnica**. Vol. 1 - 4. São Paulo: 1979p.1183-1184.

¹⁴⁴ *Idem*, p. 1183.

¹⁴⁵ MAHL, Marcelo Lapuente. **Ecologias em terra paulista (1894-1950): as relações entre o homem e o meio ambiente durante a expansão agrícola do Estado de São Paulo**. Assis: 2007.

parte dos fazendeiros, esse ideal foi buscado em nome da nova ordem econômica, na qual São Paulo destacava-se como centro do crescimento.

Essa concepção do mundo natural como fonte de riqueza, teria potencializado na terra desnudada e lavrada, a marca da transformação do homem sobre o meio e esta marca se materializou, sobretudo nas plantações de café.

As árvores faziam parte dos recursos naturais que o homem achava seu direito e sua posse, e seu olhar sobre a natureza estava totalmente vinculado a tal concepção. Nos vários relatos de viagens rumo ao litoral ou ao interior do estado de São Paulo, as regiões visitadas, muitas vezes pela primeira vez, são apreciadas da perspectiva econômica. Era como se os cronistas elaborassem um inventário para futura exploração.¹⁴⁶

A junção da prática e do discurso utilitarista, que justificava a exploração dos recursos naturais para o progresso resultou na rápida destruição das áreas florestais. Nas estimativas de Mahl, em 1886 a área florestal do estado correspondia a 70,7% do território, em 1920, o número já era de 44,8% e caindo de forma vertiginosa nos anos posteriores, em 1952 chegava a impressionantes 18,2% de cobertura florestal restante, “demonstrando a velocidade espantosa do desmatamento ocorrido em São Paulo”.¹⁴⁷

Acompanhando esse cenário de transformação do mundo natural, foi que muitas espécies de mamíferos, aves e peixes da região entraram na lista de espécies ameaçadas de extinção e um número significativo de espécies pode ter desaparecido antes mesmo de ter chegado ao conhecimento dos pesquisadores.

Após o esgotamento do solo das regiões recentemente apropriadas para a plantação de café, o gado era introduzido, pois necessitava de poucos recursos e mão-de-obra e alimentava-se do pasto plantado após o abandono da lavoura.

É evidente que os recursos naturais foram explorados levando em conta, quase exclusivamente, os interesses imediatos em busca do lucro e riqueza, que vinham acompanhados da destruição do mundo natural.

Entretanto, entre um pequeno contingente da sociedade, aprofundava-se a consciência de que era necessário por fim a gerações de desperdício e de que os recursos do solo e da floresta deveriam ser empregados de maneira mais eficiente e menos dispendiosa.

Nesse sentido, a iniciativa de Carlos Ilidro da Silva reflete o processo de continuidade das reflexões sobre a importância da natureza para a agricultura, que vinham

¹⁴⁶ *Idem*, p. 89.

¹⁴⁷ *Idem*, p. 94.

sendo desenvolvidas no Brasil desde o século XVIII. A partir da segunda metade do século XIX o avanço da agricultura, principalmente das plantações de café, contribuiu significativamente para extinção de grande parte da floresta nativa de São Paulo. Por outro lado, torna-se evidente que o debate acerca dos recursos, dos métodos de trabalho com o solo, das inovações técnicas etc, não desapareceu dos espaços institucionais durante o século XIX. Além desses espaços, iniciativas pontuais como a do agricultor Carlos Ilidro da Silva, com sua revista agrícola, procuravam já em 1860 disseminar entre os agricultores novos métodos de cultivo e trabalho da terra, atrelados ao ensino agrícola.

Além desse manual, Carlos Ilidro publicava semanalmente o jornal *25 de Março*, dedicado a temas de interesse do município, além de folhetos de distribuição gratuita referentes às culturas do chá, da cana, do algodão e outras.¹⁴⁸

Os métodos rotineiros, como a utilização da coivara, o abandono de terras cansadas e a ausência de experimentos agrícolas, continuaram sendo o foco de discussão dos agricultores. Manuel Ribeiro do Val, de Paraíba do Sul, durante o Congresso Agrícola de 1878, destacou o problema ambiental e acrescentou que a decadência da lavoura brasileira estava relacionada a efeitos negativos do sistema de plantação do país. Para ele “A única esperança de reverter esse quadro estava na promoção de um conjunto de transformações tecnológicas que poderiam ser realizadas a partir da combinação da reforma agrária e colonização européia”.¹⁴⁹

Para Ribeiro do Val a crise da lavoura era um problema essencialmente ambiental¹⁵⁰ e derivado de efeitos negativos do sistema de plantação, e não da falta de capital ou de braços, tendo em vista a eminência da abolição definitiva dos escravos no país. Para ele a extensão das plantações e dos trabalhadores empregados em nada favoreceria a produção caso o sistema de exploração continuasse e não houvesse o melhoramento das lavouras por parte dos produtores.

Em 1877, no artigo *Da cultura do café*, Luiz Correa de Azevedo atacou a continuidade das práticas agrícolas predatórias e direcionou seu raciocínio para uma meta política de um padrão superior de progresso em confronto direto com a rotina do atraso. Nesse ponto era necessário renovar os cafezais sem a barbaridade das derrubadas.¹⁵¹

¹⁴⁸ NARDY FILHO, Francisco. A cidade de Itu. v. 1 e v. 5. Itu: Ottoni, 2000, p.36.

¹⁴⁹ PADUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 254.

¹⁵⁰ O termo utilizado por Ribeiro do Val está associado ao regime de chuvas, o aumento das temporadas de seca e o empobrecimento do solo; problemas com os quais se depravam os produtores e que eram efeitos do sistema de predatório da agricultura. *Idem*, p. 251.

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 256 e 257.

Já em Nicolau Moreira, a tese defendida era a de que a grandeza das nações poderia ser resumida na vitalidade do seu solo. Apontava como exemplo o sofrimento dos países costeiros do Mediterrâneo com o esgotamento do solo. Para o autor de *Catecismo da Agricultura*, o mundo urbano-industrial europeu era uma variante indesejável da modernidade para o Brasil.¹⁵²

O Congresso Agrícola de 1878, com a participação de Manuel Ribeiro do Val, bem como as atuações de Correa de Azevedo e Nicolau Moreira são importantes referências de continuidade das reflexões sobre os desafios da agricultura no país, atrelados a uma ideia alternativa de progresso.

3.2 RAZÕES DO MAU ESTADO DA AGRICULTURA NO BRASIL

3.2.1 O Suprimento de Braços para a Lavoura

Em janeiro de 1860 Carlos Ilidro publicava o primeiro número do *Agricultor Paulista* e nele esclarecia seu principal objetivo:

Com o presente jornal nos propomos satisfazer quanto couber em nossas forças as duas primeiras necessidades mencionadas pelo congresso de Bruxelas. 1º instrução elementar da ciência agrícola [...] 2º publicação e venda por preço módico de compêndios e livros de leitura sobre assuntos agrícolas.¹⁵³

A finalidade da publicação, segundo o próprio Ilidro, era estudar e compreender as verdadeiras causas do mal estado da agricultura e substituir processos tradicionais, isto é, aqueles que prescindiam de rigor científico, por princípios fundamentados na ciência, com a introdução do uso de máquinas e instrumentos aratórios.

As primeiras instruções estavam relacionadas ao uso do arado, desconhecido ou pouco utilizado pelos fazendeiros da região e à utilização de estrumes e adubos para a recuperação de terras esgotadas.

Nossas terras de primeira ordem que se acham no maior grau de safamento¹⁵⁴, como exprimem nossos agricultores não estão esgotadas como erradamente se pensa, acham-se apenas endurecidas e por isso

¹⁵² PADUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 258.

¹⁵³ **O Agricultor Paulista**, 1860, nº 1, p. 01.

¹⁵⁴ O autor se refere ao grau de esgotamento das terras.

impermeáveis à umidade e ao calor, que fazem desenvolver os elementos de nutrição dos vegetais que elas contém... Talvez não haja uma só fazenda nos centros de maior produção, onde se não encontre uma área considerável de tais terras reduzidas a pastagens. Devem ser preferidas nesse estado a outras mais novas que não tenham a mesma composição, porque além de prestarem à cultura vantajosamente, oferecem ainda grande facilidade para serem postas nas condições de emprego do arado.¹⁵⁵

O agricultor Carlos Ilidro não apenas se referiu ao arado como meio de recuperar as terras abandonadas, mas também afirmou que deveriam ser preferidas essas áreas a outras mais novas. Esse pensamento representava entre os agricultores uma mentalidade, que dava maior visibilidade para a terra enquanto bem, que ganhava no Brasil importância econômica com a Lei de Terras de 1850.

Para Ilidro, a escravidão era também um elemento a ser superado na agricultura. Se a agricultura se encontrava em estado de atraso¹⁵⁶, era porque a terra havia retribuído com ingratidão aos que não souberam afigurá-la e a entregaram à má vontade do negro, que era a parte mais fraca da colônia. “Todos os ramos do trabalho ficaram sopeados numa terra feita para a agricultura, ocupada por um colono que não era agricultor”.¹⁵⁷

Diante da suspensão do Tráfico de escravos em 1850, Lei Eusébio de Queirós, o agricultor propôs algumas alternativas, dentre as quais a imigração de colonos africanos. O debate do qual participava, entretanto, estava longe de solucionar o problema da mão-de-obra e das dificuldades da imigração.

Primeiramente, discordava dos gastos investidos pelo governo brasileiro na imigração do colono estrangeiro para o Brasil, pois “[...] ninguém se lembra de melhorar a condição de nossos patrícios, atraindo-os por esse meio para os estabelecimentos rurais”.¹⁵⁸

Nesse sentido, ele enfatizava o poder que correspondia aos fazendeiros com grandes extensões de terra, os quais ao invés de optarem por mão de obra estrangeira poderiam reunir numerosas famílias fornecendo-lhes melhores situações e os indispensáveis recursos para se estabelecerem mais comodamente, colhendo seus investimentos com o trabalho das mesmas.¹⁵⁹

O agricultor, portanto, enfatizava a importância do trabalhador nacional naquele contexto de supressão do tráfico de escravos. Comparando o esforço empreendido para promover a imigração estrangeira com o que seria necessário para promover uma

¹⁵⁵ **O Agricultor Paulista**, 1860, nº 1, p. 01.

¹⁵⁶ A ideia de atraso na agricultura era defendida pelo agricultor.

¹⁵⁷ *Idem*, p. 01.

¹⁵⁸ **O 25 de Março**, 1860, nº 3, p. 01.

¹⁵⁹ *Idem*, p. 01.

colonização nacional, Ilidro considerava que seriam menores os esforços da colonização nacional.¹⁶⁰

Ainda assim, caso não houvesse incentivo do governo, não seria possível esperar qualquer coisa da colonização nacional ou estrangeira.

Enquanto o nosso jornaleiro só ver a única vantagem de um alto salário (que apesar disso mal supre as mais urgentes precisões) não milita sobre o futuro de sua suas famílias, e considera preferível sua posição atual, antes que sujeitar-se em um estabelecimento, que traz forçosamente uma cortação na liberdade da escolha do trabalho, e emprego de tempo.¹⁶¹

O agricultor ponderava sobre o fato, afirmando que para fixá-los, seria necessário colocá-los em uma posição na qual pudessem perceber no futuro a isenção de alguns pesados ônus aos quais estavam sujeitos os jornaleiros. Desse modo resolver-se-ia o problema do suprimento de mão-de-obra e criação de novas povoações com “gente laboriosa”.

Após um certo período de trabalho e boa conduta nos estabelecimentos a província poderia distribuir gratuitamente terras devolutas aos patrícios da classe menos favorecida que se mostrassem honestos, laboriosos e pacíficos, e que não puderam adquiri-las por meio de posses anteriores a 1850.¹⁶²

Ilidro tocava numa questão importante e debatida no período, qual seja o recrutamento para a guarda nacional. De fato esse era um grande problema para os homens livres e pobres do Império. Muitas vezes, deixavam suas roças abandonadas por um período de um ano para ingressarem na guarda nacional. Muitos fugiam, outros, procuravam negociar o voto em troca da intervenção para não serem convocados a servir.¹⁶³ A proposta de Ilidro, dessa forma dizia respeito à lei de 1850.

A citada lei de 1850 isenta do serviço militar (recrutamento) e da Guarda Nacional fora do município, o estrangeiro que comprar terras, e nelas se estabelecer ou viver à sua custa, exercer uma indústria qualquer no país, sendo naturalizado [...] Não é justo negar-se o mesmo favor aos nacionais que concorrem espontaneamente para aliviar nossa lavoura dos apuros em

¹⁶⁰ O elemento nacional ao qual se refere Ilidro é o jornaleiro, homem livre, que não possui terras e oferece seus serviços aos agricultores, e se vê impedido de fornecer esses serviços quando é recrutado pelas milícias.

¹⁶¹ **O 25 de Março**, 1860, nº 3, p. 01.

¹⁶² **O 25 de março**, 1860, nº 3, p. 02.

¹⁶³ DIAS, Maria Odila Leite Silva. Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império. 1824-1881. In: DE FREITAS, Marco César. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, s/d, p. 68.

que se acha, sujeitando-se aos trabalhos dos estabelecimentos por tempo indeterminado.¹⁶⁴

Para Ilidro o caminho para a resolução desse impasse, que privilegiava aos estrangeiros, em detrimento dos patrícios, poderia ocorrer através de uma recomendação provisória do Governo Geral ao delegado de província. A colonização nacional, no mesmo sentido, deveria ser amparada por uma lei provincial.

O fazendeiro haveria de promover o interesse superior dos colonos que se empenhassem nesses avanços, isentando-os, por conta do trabalho, de servirem na guarda nacional.

Nesse ponto podemos aventar que Ilidro se utilizava em alguma medida da mão-de-obra livre. Como já mencionamos anteriormente, o agricultor possuía 18 escravos, que provavelmente estavam destinados aos trabalhos mais duros. Ainda assim, deveria servir-se dos trabalhadores livres ou estava realmente pensando na inevitável, mas preferível, ao que parece, extinção do trabalho escravo. Desse modo, o recrutamento dos homens livres pela guarda nacional aparece em seus escritos como uma barreira para a implementação de sua proposta.

Por outro lado, o agricultor revelava seu descrédito em relação a implementação de medidas que pudessem solucionar o problema da mão-de-obra no país.

Vemos perfeitamente que sem o emprego de um meio compulsivo será bem lento o progresso da colonização nacional: nada aventuramos a esse respeito, e lembramos, que aquela razão não deve induzir ao desprezo de qualquer providência, por que a sombra de utilidade só pode ser calculada depois de um ensaio.¹⁶⁵

Na décima sétima edição do *25 de Março*¹⁶⁶ o agricultor retomou a discussão sobre o recrutamento de braços para a agricultura, dando ênfase ao aproveitamento da mão-de-obra nacional. Baseava-se na sessão de 1859, na qual a Câmara dos Deputados submeteu um projeto de lei que tinha a finalidade de “potenciar o trabalho assalariado”. Com a interferência da imprensa, o projeto acabou sendo alterado.

Entretanto, ninguém colocou em dúvida nessa ocasião que existia no país uma superabundância de braços desocupados, os chamados jornaleiros, os quais, para Ilidro, formavam um contingente de braços indispensáveis para a lavoura e estavam sendo perdidos.

¹⁶⁴ **O 25 de março**, 1860, nº 3, p. 02.

¹⁶⁵ **O 25 de março**, 1860, nº 3, p. 03.

¹⁶⁶ *Idem*, nº 17, p. 01.

“Vamos reproduzir um pensamento nosso sem eco, acolhido pelo silêncio e pela indiferença: acreditamos que é possível chamar ao serviço ativo da indústria os braços hoje inúteis pela chaga do vadiismo”.¹⁶⁷

Desse modo, Ilidro continuava:

Há na nossa população proletária que pode fornecer braços à lavoura o pecado original da – preguiça – como em todos os climas, e em todas as sociedades, menos, todavia que em qualquer parte do mundo sendo que, pela transplantação e pela vivificação da virtude de nosso sol e de nosso céu, de nossas instituições, e de nossa organização econômica, estamos muito longe da preguiça, filha dos vícios gerados sob a influência das civilizações velhas, da decrepitude das sociedades ou dos hábitos de servidão e licenciosidade em climas e torrões menos favoráveis da terra.¹⁶⁸

Seus argumentos eram utilizados para defender a necessidade de aproveitamento da mão-de-obra nacional para a lavoura. Para retirar possíveis trabalhadores da indolência, seria necessária certa persuasão, a introdução de uma disciplina de trabalho e a transformação do modelo de apropriação do trabalho.

O que Ilidro pretendia era incorporar o elemento nacional à produção através de um modelo que introduzisse a disciplina do trabalho e a adoção de técnicas para a lavoura. Podemos deduzir que essa seria uma proposta para enfrentar algumas questões que os proprietários passaram a lidar com a reordenação das relações de produção advindas do fechamento do tráfico, quais sejam: a submissão do nacional pobre a uma disciplina de trabalho burguesa, o que significaria o controle do tempo de trabalho, e o arbitro dos governantes, que dificultava a incorporação desse contingente pelos proprietários com o recrutamento para a guarda nacional.

Não é a dureza do trabalho, entre nós e sua mesquinha indenização uma das causas da indolência do braço trabalhador? Suavize o trabalho pelos melhoramentos que ele pede entre nós; torne esse trabalho compatível com as forças do homem; seja ele tão produtivo que possa ser bem remunerado, e a persuasão será fácil, talvez feita e completa [...] Reforme-se o trabalho agrícola; aceite-se primeiramente que tendo a charrua como instrumento aratório único, o trabalhador agrícola deixará de repelir a população pelo desânimo, conduzindo-a a indolência, e à preguiça.¹⁶⁹

¹⁶⁷ *Ibidem*, nº 17, p. 01.

¹⁶⁸ *Ibidem*, nº 17, p. 02.

¹⁶⁹ **O 25 de Março**, 1860, nº 17, p. 03.

É significativo notar que o autor defendia também a imigração africana. O tema foi abordado na décima terceira edição do periódico *25 de Março*.¹⁷⁰ Para sobrepor-se aos perigos decorrentes da aceitação da mão-de-obra africana, cumpria, para Ilidro, que fossem discutidas minuciosamente as medidas a serem previamente tomadas, sem, entretanto, mencionar que medidas seriam essas, afirmando, apenas, que não concebia também que essa realização se desse do mesmo modo como ocorria a imigração européia.

Diante da supressão da escravidão pelos franceses no século XVIII, Ilidro concluía que a repressão ao tráfico no Brasil marcava um período no qual haveria de extinguir-se forçosamente a escravidão.¹⁷¹ Mostrava-se cauteloso em relação a ideia de imigração européia, evidenciando seu posicionamento favorável ao aproveitamento da mão-de-obra nacional. Ainda assim ressaltava que se fosse possível, seria preferível a colonização africana bem regulada a qualquer outro tipo.

Desse modo, no que se refere ao suprimento de braços para a lavoura, enfatizou a necessidade de desenvolvimento de leis, que favorecessem a permanência dos trabalhadores nacionais nas fazendas. A rotatividade dos trabalhadores livres existia devido ao recrutamento forçado. Nesse sentido, os jornaleiros, muito raramente permaneciam num mesmo local, visto a possibilidade de serem recrutados pela Guarda Nacional. Colocando em questão o problema do suprimento de braços para a lavoura, Ilidro destacou que a solução poderia ser encontrada no próprio país, pela colonização nacional e melhoramento do processo de roteamento das terras, máquinas e instrumentos aratórios. O agricultor chamava a atenção para os métodos considerados rotineiros e apontava para esse fato a origem de outros males pelos quais passava o país.

Em nenhum momento o autor defendeu em seus discursos a preferência pelos braços africanos, nem mesmo os coloca como melhores aos braços europeus. Apenas considerava que, diante dos problemas enfrentados para trazer imigrantes europeus para o Brasil, a imigração africana seria uma alternativa, contanto que houvesse a necessária procedência para não se ir além do limite do indispensável.

A grande questão que dificultava, portanto, a implantação do projeto de imigração africana se referia à interferência inglesa nesse assunto. Carlos Ilidro afirmava não concordar com a maneira como fora extinto o tráfico, mas acreditava não haver outra alternativa ao não ser encarar a necessidade da implantação da mão-de-obra livre. Argumentava que, se não houvera mal até aquele momento em receber a “raça africana”, não

¹⁷⁰ *O 25 de Março*, 1860, nº 13, p. 01.

¹⁷¹ *Idem*, p. 02.

haveria problema em recebê-la como mão-de-obra livre. O fato sobre o qual aconselhava outros editores a formarem opinião era a interferência inglesa. “O que cumpre, e para onde deve dirigir todas as suas vistas, é formar a opinião sobre os meios com que nos poderemos libertar da tutela inglesa, e abrir o caminho para aquela imigração e outras convenientes”.¹⁷²

A discussão lançada por Ilidro estava inserida numa análise mais abrangente sobre o revigoreamento da agricultura. Não podemos colocá-lo entre os defensores da abolição, pois essa ideia não foi amplamente defendida por ele, mas percebemos que a escravidão era apontada, mesmo que implicitamente, como um dos males da agricultura brasileira. O agricultor se enquadrava entre aqueles que apontavam o trabalho escravo como menos produtivo que o livre.

Dentre os pensadores que refletiram sobre a associação entre escravidão e o sistema agrícola tradicional destacamos André Rebouças, contemporâneo a Carlos Ilidro da Silva. André Rebouças propunha que a transformação da agricultura deveria passar pela alteração da realidade rural dominada pelo escravismo, pelo latifúndio, atraso tecnológico e destruição da terra. A democracia rural seria o veículo para corrigir os erros da cultura esterilizadora e escravista. Para ele:

A tarefa urgente, portanto, estava em deter a oligarquia estulta que reduziu ‘este país fertilíssimo a um estéril deserto’. Era necessária, sendo essa uma das suas definições para o progresso nacional, a ‘transformação da atual lavoura escravagista, esterilizadora e rotineira em indústria agrícola livre, fertilizadora e progressista’.¹⁷³

Segundo Pádua, existia em seus escritos o tom progressista e o elogio frequente à ocupação da terra pelos pioneiros que ampliavam o assentamento humano pelo país. Ele identificou em certos momentos as matas como obstáculos ao estabelecimento de colonos, o que “pode gerar a falsa impressão de estarmos ao lado de um entusiasta da destruição das florestas¹⁷⁴”. Entretanto, uma visão posterior se dirigiu à proteção das matas: “Poupai o mais possível as vossas florestas. Cada árvore que se corta é um capital crescente que se destrói”.¹⁷⁵

¹⁷² **O 25 de Março**, 1860, nº 13, p. 01.

¹⁷³ REBOUÇAS *apud* PADUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 268.

¹⁷⁴ PADUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 265.

¹⁷⁵ REBOUÇAS *apud* PADUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 265.

De acordo com Pádua, essa contradição entre Progresso e Preservação foi uma característica do contexto histórico e teórico da primeira crítica ambiental brasileira. Nesse sentido, ficou evidente, também no caso de Rebouças, a presença do pensamento utilitarista e progressista, com enaltecimento do domínio do homem sobre a natureza e a ênfase na ideia de terra produtiva e prosperidade da indústria.

Outra referência importante do momento em que escrevia Ilidro, e que também associou a agricultura tradicional à escravidão foi Joaquim Nabuco, intelectual de pensamento marcado pelos ideais abolicionistas também acreditava que o escravismo impedia uma relação saudável entre o homem e a terra. Suas marcas eram a imprevidência, a indiferença pela máquina, a rotina e o desprezo pelo futuro. A grande lavoura escravista não cuidava do meio natural, pois era fruto do imediatismo de uma elite senhorial que desprezava os interesses da coletividade nacional.

Desse modo, ao refletirmos sobre o posicionamento assumido pelo agricultor Carlos Ilidro da Silva a respeito da superação do modelo de agricultura tradicional, consideramos que seu ideário estava marcadamente afinado a uma crítica que estava sendo desenvolvida por alguns dos mais influentes políticos e pensadores da época.

3.2.2 A Instrução Agrícola

Percebemos o acesso de Carlos Ilidro a pesquisas realizadas em outros lugares, inclusive fora do país, pois nos seus escritos era frequente o elogio lançado às instituições agrícolas da França e Inglaterra, onde surgiram as primeiras escolas agrícolas de ensino gratuito. Para ele essas associações representavam a essência da própria vida da agricultura. A agricultura, nesse sentido, era apontada como a mais importante de todas as indústrias e também a mais útil.

Entretanto, defender sua posição foi uma tarefa árdua diante da precariedade das instituições educacionais do Império. Na décima quinta edição do periódico *25 de Março*, o agricultor dirigia sua crítica ao Deputado da Câmara Sr. Octaviano, o qual se opôs à liberação de recursos para a fundação de escolas agrícolas. Para ele a fundação dessas instituições era uma das soluções para o progresso da agricultura no Brasil defendida abertamente por Ilidro. Afirmava ainda que todos viam que era o único ramo dos conhecimentos humanos que não recebia um impulso sério do estado.¹⁷⁶

¹⁷⁶ O 25 de Março, 1860, nº 15, p. 01.

A recusa do citado deputado em abraçar tal projeto era justificada pela falta de dinheiro para aumentar o número de escolas de primeiras letras e de instrução secundária, de forma que não se justificaria a difusão de escolas agrícolas em distritos rurais, nos quais já era difícil o próprio estabelecimento de escolas de instrução primária. Em oposição, Ilidro defendia:

Em primeiro lugar, por que em todos os países, ainda mesmo não sendo essencialmente agrícolas, quando trataram da difusão geral da instrução primária, reconheceram ao mesmo tempo a necessidade da instrução especial que favorecesse aos progressos da agricultura. Em segundo lugar, por isso mesmo que é mais difícil a difusão da instrução rudimentar nos distritos agrícolas, há necessidade de aumentá-la, de multiplicar esforços para que as populações rurais saiam desse atrasamento em que permanecem, e possam habilitar-se com instrumentação rudimentar que abranja sua especialidade [...].¹⁷⁷

Afirmava ainda que se obstar às tentativas de fundar no Brasil escolas agrícolas era o maior desserviço que se podia oferecer ao país, enfatizando que as proposições lançadas pelo Sr. Octaviano na Câmara dos Deputados davam a conseqüência final de que a agricultura deveria continuar no esquecimento e seu progresso abandonado aos esforços individuais e aos únicos recursos dos agricultores.¹⁷⁸

Nessa matéria, Ilidro continuava a realizar sua defesa aos estabelecimentos agrícolas em oposição ao que defendia Octaviano. Percebemos que o tema era assunto essencial para o projeto de Ilidro, que pretendia fundar em Itu uma escola agrícola no mesmo modelo daquelas que existiam na Europa. Para isso criou sua *Fazenda São Carlos*, na qual investiu todos os seus recursos na compra de terras esgotadas e procurou demonstrar que através do revigoramento dos métodos e implantação de máquinas agrícolas, poderia adquirir maior produtividade e economia de braços em comparação aos métodos tradicionais.

Nesse sentido, Ilidro, que via seu projeto emperrado por conta de um atraso no repasse do empréstimo concedido pelo Governo Provincial, procurava defender sua posição e desfazer o que considerava os enganos cometidos pelo Deputado Octaviano. O deputado utilizava como o exemplo o caso francês, sobre o qual afirmava que de nada adiantou tantos investimentos, academias, prêmios, concursos na França, pois ainda achava-se aquela agricultura atrasada.

¹⁷⁷ *Idem*, p.01.

¹⁷⁸ *Idem*, nº 16, p. 01.

Em contrapartida, comparando a França, Inglaterra, Holanda, dentre outros países que faziam progredir a agricultura, Ilidro afirmava que a verdadeira causa pela qual a França não estava no mesmo nível do progresso inglês, era a falta dos benefícios da ordem, paz e progresso industrial que os ingleses sabiam manter. Ainda assim, acreditava que:

Se fosse possível elevar em poucos anos nossa agricultura ao grau de adiantamento e prosperidade em que se acha atualmente a francesa, certamente que poderíamos em pouco tempo disputar com a Inglaterra, com a Holanda e com toda a Alemanha sobre os milagres da nossa produção. Apesar disso, dizia ser utopia pensar que todos os agricultores abandonariam a rotina, pois não podia pretender que todos fossem científicos e habilitados profissionalmente em todos os conhecimentos necessários ao verdadeiro agrônomo.¹⁷⁹

Mais adiante afirmava que para que o argumento do deputado sobre a inutilidade do ensino agrícola procedesse, deveria ter investigado os resultados desse ensino em todos os países em que a agricultura progredia.¹⁸⁰

O Deputado citado, argumentando sobre a Inglaterra, afirmava que o progresso agrícola daquele país proveio da “vontade enérgica” daquele povo e da “influência dos capitais, antes que do ensino”. Desse modo, Ilidro replicava, mencionando uma medida do governo inglês de 1793, na qual mandara coligir pelos condados as mais amplas noções sobre os métodos de cultura agrícola, visitando as melhores herdades, consultando os agricultores, e formando um complexo de noções experimentais a ser divulgado nas escolas de primeiras letras.¹⁸¹

Ao olhar de Ilidro, parecia escárnio comparar o Brasil de 1860 com a Inglaterra de 1793 e receber do governo o conselho de que o Brasil coligisse tudo a sobre os progressos da agricultura inglesa. Lembrava ainda que o país não contava com um só agrônomo notável, não possuía ao menos um estabelecimento modelo, e nem o mais insignificante laboratório de química agrícola, além de desconhecer qualquer sistema de agricultura aperfeiçoada.¹⁸²

Para ele, o argumento do Deputado era incompleto, pois se o ensino agrícola fosse inútil, não haveria motivo para recentemente a Inglaterra tê-lo organizado. Lembrava também que entre os ingleses uma simples questão de estrumes tomava o caráter de uma importante questão, tornando-se objeto de interpelações, obrigando o primeiro ministro, chefe

¹⁷⁹ *Ibidem*, nº 16, p. 01.

¹⁸⁰ *Ibidem*, nº 16, p. 01.

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 01.

¹⁸² *Ibidem*, p. 02.

do gabinete, a ir discutir nas associações agrícolas os meios de se aproveitar *as porcarías* das cidades e suprir o *Guano* que os agricultores ingleses compravam por alto preço.¹⁸³

Concluía afirmando que fazia protesto em nome dos seus interesses, contra a negação do ensino agrícola tão essencial para o progresso da agricultura no Brasil, pedindo para os céus “que nossa débil voz possa ser ouvida por aqueles que podem intervir em tão grave e importante negócio”.¹⁸⁴

3.3 MEIOS PARA SUPERAR O MAU ESTADO DA AGRICULTURA NO BRASIL

Para consolidar seu projeto de criação de uma *Fazenda Modelo*, Ilidro precisou recorrer, dentre vários meios, ao Governo Provincial, do qual adquiriu o empréstimo para a compra de equipamentos a serem utilizados na mesma. Outro fator importante a ser destacado é a relação que o agricultor mantivera com a SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Vale ressaltar que a SAIN era uma sociedade que auxiliava o Ministério de Obras Públicas na divulgação sobre noções fundamentais de certas culturas, como a do algodoeiro. De acordo com Alice Canabrava¹⁸⁵, sempre que existia a necessidade de aplicação técnica, o Ministério utilizava serviços de instituições particulares, organizadas com aquela finalidade. Portanto, grande parte das colaborações que Ilidro recebia eram provenientes dessas instituições, das quais a que mais se evidenciou foi a SAIN.

Patrícia Regina Correa Barreto¹⁸⁶ procurou desenvolver em sua pesquisa um estudo de caso sobre a SAIN, criada no contexto histórico da independência. Para a autora, a criação da SAIN marcou o estabelecimento do pensamento científico no Brasil através de uma associação de caráter privado, cujo objetivo era fomentar descobertas científicas, procedimentos e práticas que favorecessem o progresso brasileiro, o desenvolvimento econômico e conquistas científico-tecnológicas.

Ainda de acordo com Barreto a SAIN era uma sociedade que se propunha ser científica e reunia além de cientistas, homens letrados, políticos e homens de negócios, com o objetivo de explorar a natureza e colocá-la a serviço do progresso do país.

A SAIN surgira como sob a jurisdição do governo e esteve ligada ao Ministério dos Negócios do Império e posteriormente ao Ministério da Agricultura, Comércio

¹⁸³ **O 25 de Março**, 1860, nº 16, p.02.

¹⁸⁴ *Idem*, p. 02.

¹⁸⁵ CANABRAVA, Alice P. **O Algodão em São Paulo. (1861-1875)**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1984, p. 26 e 27.

¹⁸⁶ BARRETO, Patrícia Regina Correa. **SAIN: o templo carioca de Palas Atena**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

e Obras. Em 1860 passou a funcionar como órgão consultivo do Estado, auxiliando e incentivando aos que se dispusessem e desenvolver novas máquinas agrícolas. Mesmo sendo uma sociedade civil de direito privado, possuía enquadramento ministerial, patrocínio do estado e membros encarregados de oferecer privilégios públicos.

A partir da leitura de Barreto notamos que os objetivos da SAIN eram muito próximos daqueles defendidos pelo agricultor Carlos Ilidro da Silva. Coincidentemente, no momento em que a SAIN passou a funcionar como órgão consultivo Ilidro iniciou a publicação do *Agricultor Paulista*. Deduzimos, portanto, que o contato que Ilidro mantinha com os membros da SAIN o tenha impulsionado a iniciar seu projeto.

De acordo com seus primeiros estatutos, objetivava-se adquirir projetos, máquinas, modelos e inventos que pudessem contribuir para “o aumento e a prosperidade da indústria nacional neste Império”. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional esteve voltada, prioritariamente, para transformação de uma agricultura rotineira e esgotadora baseada no machado e na coivara, em uma atividade moderna revigorada por insumos, pelo desenvolvimento e adaptação tecnológica, tropicalização e variedades de culturas, resultando na retomada e expansão agrícola, perfazendo a vocação das terras brasileiras: elemento de grandeza e prosperidade de futuras gerações. Teve como fim a melhoria do processo produtivo através da introdução de inovações técnicas produzidas pelo conhecimento científico.¹⁸⁷

Segundo Barreto também fazia parte dos objetivos da Auxiliadora a criação de escolas Normais e de uma Escola Agrícola. Nesse sentido, em 1838 a Sociedade solicitou ao Governo Imperial a concessão de parte das terras da Lagoa Rodrigo de Freitas para que ali se estabelecesse uma Escola Normal que formasse professores e uma Escola Agrícola para prática laboratorial. Em 1854 houve a proposta de estabelecimento de uma Fazenda Modelo – o Farol Agrícola Industrial – que funcionou por dois anos, mas por falta de investimentos encerrou seus trabalhos pouco tempo depois.

Para André Luis Alípio de Andrade¹⁸⁸ a aquisição de máquinas era também o objetivo principal da SAIN, mas sua finalidade era atender a outras questões ligadas à produção, dentre as quais o problema da substituição da mão-de-obra escrava. Nesse sentido, em várias ocasiões os membros da Auxiliadora procuraram lançar as vantagens que resultariam para a agricultura se houvesse incentivo à introdução de colonos livres no Brasil.

¹⁸⁷ BARRETO, Patrícia Regina Correa. **Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: oficina de homens**. XIII Encontro de História Anpuh-Rio. Rio de Janeiro, s/d, p. 3-4.

¹⁸⁸ DE ANDRADE, André Luis Alípio. **Variações sobre um tema: a SAIN e o debate sobre o fim do tráfico de escravos**. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 2002.

Segundo Andrade, entre os anos de 1835 e 1837 apareceram também no *Auxiliador*¹⁸⁹ muitas matérias abordando o tema da educação como forma de preparação da mão-de-obra nacional para assimilação de conhecimentos úteis para o progresso agrícola. Caberia ao governo promover a riqueza do estado através da agricultura estabelecendo uma Escola Normal de Agricultura teórica e prática.

Apesar dos trabalhos analisados acima não abordarem especificamente a relação entre natureza e agricultura, pudemos perceber em que medida as propostas de Carlos Ilidro, inclusive a de criação de sua Fazenda Modelo, estavam conectadas aos debates e propostas da SAIN.

Além da SAIN, outros importantes órgãos foram criados no século XIX e serviam de apoio aos debates referentes à agricultura e à natureza, bem como dos meios de alterar certos modelos produtivos e prevenir o esgotamento de recursos naturais. O IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1830 ao lado da SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional - 1827, do IIFA – Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e a Revista Agrícola, foram os meios institucionais utilizados pelos pensadores que procuravam associar desenvolvimento e progresso do Brasil à conservação das florestas, dos rios e à introdução de técnicas agrícolas associadas a melhor produtividade.¹⁹⁰

A estreita relação que Carlos Ilidro mantinha com a SAIN ficou evidente no *Agricultor Paulista*, pois reproduziu uma série de artigos editados por essa instituição, a partir dos quais pretendemos refletir sobre nesse capítulo. A relação entre ambos fora mencionada por Alice Canabrava.

Por intermédio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional recebeu este agricultor uma boa porção de sementes de algodoeiro ‘Sea-Island’, importadas diretamente dos Estados Unidos, e outra porção da variedade índica, cultivada na Província do Maranhão, provenientes de sementes importadas dos Estados Unidos. Estas sementes foram plantadas em novembro e dezembro, respectivamente, do ano de 1862. Em Julho de 1863 estava Carlos Ilidro da Silva em pleno trabalho de colheita. As sementes dessa primeira cultura do algodão herbáceo, segundo comunicação daquele fazendeiro, foram gratuitamente distribuídas entre 133 agricultores de dezesseis municípios da Província. Concomitantemente às primeiras sementeiras de 1862, outras se faziam em Itu, por alguns lavradores do

¹⁸⁹ Revista publicada pela SAIN que, segundo Barreto, acompanhou os progressos científicos referentes à Revolução Industrial e cuja circulação extrapolou os limites da Corte. BARRETO, Patrícia Regina Correa. **SAIN: o templo carioca de Palas Atena**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

¹⁹⁰ PADUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 172.

município, os quais haviam conseguido sementes por intermédio de amigos.¹⁹¹

Através dessa Sociedade, Carlos Ilidro manteve contato pessoal com o Sr. Dr. Frederico Leopoldo César Burlamaque, um importante crítico do Brasil oitocentista, que retomara a relação entre o escravismo e atraso econômico e social do país. Herdeiro intelectual de José Bonifácio era Engenheiro de formação e tornou-se, no início de sua carreira intelectual, diretor do Museu Nacional e posteriormente secretário perpétuo da SAIN.¹⁹²

Para Burlamaque, a escravidão fora sempre apresentada como um dos aspectos da ruína nacional e fator de contaminação das faculdades industriais. Para ele a persistência em conservar a escravidão era um dos perigos mais graves, pois além de improdutiva era ambientalmente destruidora. Nesse sentido, a escravidão era apontada como desumana e inútil e contrária aos interesses de todos.¹⁹³

O autor teceu também suas críticas à monocultura, enfatizando a necessidade de diversificação da produção com a finalidade de manter a produtividade da terra, pois a monocultura, ao contrário, provocava enormes desmatamentos e consequentes males ao país. O autor seguia a mesma linha antropocêntrica em relação ao meio natural, que era visto como um recurso a ser explorado para exclusivo benefício humano. Desse modo, ao tratar da necessidade da estrumação, acrescentava que a devastação deveria ser superada pelo aprimoramento técnico e científico.¹⁹⁴

José Augusto Pádua percebeu nos escritos de Burlamaque um componente racista. Na sugestão na qual Burlamaque aconselhava a libertação gradativa dos escravos, também sugeria esses fossem enviados para a África. O autor notou passagens nas quais Burlamaque se referia aos negros como pessoas inaptas para a realização de serviços dos mais simples.

Apontamentos nesses termos também foram percebidos nos escritos de Ilidro. O autor defendia a abolição, mas não concordava com a forma como havia sido implantada a suspensão do tráfico de escravos, ao mesmo tempo em que mantinha em sua fazenda seus 18 escravos. Defendia a adoção da mão-de-obra negra na condição de

¹⁹¹ CANABRAVA, Alice P. **O Algodão em São Paulo. (1861-1875)**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1984, p.50.

¹⁹² PADUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 228.

¹⁹³ *Idem*, p. 229.

¹⁹⁴ *Ibidem*, p. 230-231.

imigrantes, contanto que, ocorresse moderadamente, chegando inclusive a mencionar que os negros retornassem à África depois de determinado período, para do mesmo modo como defendia Burlamaque, recompensar o Continente pelos males causados com a escravidão dos negros. Essa posição é muito próxima da que assumiu Burlamaque e demonstra a influência que este exerceu na composição do periódico de Carlos Ilidro.

No artigo *Mechanica Agrícola*¹⁹⁵ enviado por Burlamaque para a publicação em Itu, a proposta era facilitar o acesso a uma alternativa para a economia de braços e aumento da produção agrícola com o uso de instrumentos mecânicos. O exemplo mencionado do sucesso foi os Estados Unidos:

Não tentaremos aqui, como acima dissemos fazer uma dissertação sobre as inelutáveis vantagens das máquinas agrárias, e daqueles que servem para a preparação dos produtos agrícolas. Citaremos um exemplo, o dos Estados Unidos, que graças à vulgarização do uso de suas máquinas, conseguiu chegar, nestes últimos 12 ou 16 anos a uma inaudita prosperidade agrícola.¹⁹⁶

A vantagem do uso das máquinas agrícolas estava associada ao aumento da produção em um intervalo menor de tempo, sem que houvesse a necessidade de aumentar a área de plantação. Sobre as que deveriam ser utilizadas, fazia menção aos chamados extirpadores e cultivadores, que favoreceriam ao melhor tratamento das plantações, a economia de braços e a capina dos cafezais.

Não obtivemos notícia de um só que tenha adotado os Extirpadores ou cultivadores de uso universal, e cujo emprego produz imensa economia de braços que podem ser aplicados à cultura dos gêneros alimentares, e a qualquer outra adição às fazendas de café [...] Observa-se ainda que o serviço feito pelos cultivadores é mais perfeito, do que aquele que se obtém a mão por meio da enxada ordinária, e com quanto não deixe perfeitamente limpo o pé da planta ou arvoredado, pelo perigo de ser estragado aproximando muito o instrumento, é contudo tão pequeno, o que resta a fazer a mão que não vale a pena mencionar, tomando por base o número que ficou dito, e que todos hão de verificar na prática ser muito superior.¹⁹⁷

Nesse sentido, percebemos que houve o comprometimento de Ilidro em adquirir remessa significativa dos manuais impressos pela SAIN¹⁹⁸ nos quais era possível tomar conhecimento dos mais variados modelos de máquinas agrícolas; e dispor à venda para

¹⁹⁵ **O Agricultor Paulista**, 1860, nº 4.

¹⁹⁶ *Idem*, nº 4, p. 66.

¹⁹⁷ **O Agricultor Paulista**, 1860, nº 7, p. 01.

¹⁹⁸ *Idem*, nº 7, p. 01.

os agricultores da cidade de Itu. O que pretendia com isso era ampliar o acesso dos agricultores à instrução agrícola.

Na mesma edição Carlos Ilidro seguia as orientações de Burlamaque e tornava público o artigo *Culturas Especiais*, em que discorria especificamente sobre a cultura do trigo. O artigo apresentava a preocupação com a diversificação das culturas agrícolas, ideia constante em seus escritos e evidenciava a sua preocupação com a produção de gêneros alimentícios, num momento de crescimento da produção de café.

Foram também dirigidas críticas ao modelo de colonização lançado no Brasil, que sem preparo e sem educação agrícola, impediu o desenvolvimento industrial. Ilidro afirmava que se tivessem existido desde seu ponto de partida, algumas divisões regionais de acordo com as vocações agrícolas, a agricultura seria aproveitada mais vantajosamente a partir de adaptações mais convenientes das culturas ao solo. Entretanto, para ele, a única razão determinante para o estabelecimento das culturas foi a facilidade do cultivo e da exportação, não se aproveitando a aptidão de cada região, o que as tornava menos produtivas.¹⁹⁹

Ainda por intermédio da SAIN ficou evidente o objetivo de ressaltar a iniciativa do órgão de trazer ao Brasil variados tipos de sementes de café que pudessem se adaptar melhor ao solo, relevo e clima locais.²⁰⁰

Entretanto, sua atenção esteve em muitos momentos voltada para prevenir o que ele considerava a muito provável calamidade que abateria futuramente as plantações de café, devido aos métodos empregados no cultivo. Assim, chamava a atenção dos produtores de café para a necessidade de aperfeiçoamento das sementes dessa planta, que até então, não eram as melhores para o clima e solo da região.

[...] Temos robustecido nosso juízo sobre a necessidade de reformar-se a semente, senão para impedir a degeneração ao menos (e é isto da maior importância) para renovar a planta obtendo-se as melhores espécies, e por isso melhor produto que possa concorrer nos mercados estrangeiros com outros que obtém grande preferência. [...] O que é, porém certíssimo é, que não se encontra muita disposição para inovações e bem poucos reconhecem nossa ignorância geral.²⁰¹

¹⁹⁹ *Ibidem*, nº 7, p. 01.

²⁰⁰ **O Agricultor Paulista**, 1860, nº 3, p. 49.

²⁰¹ *Idem*, p. 49.

Nesse sentido, ao tratar do aprimoramento das sementes de café, o agricultor também refletia sobre um problema agrônômico que se instalava na região, qual seja, o esgotamento do solo associado a práticas tradicionais de cultivo.

Sabem os nossos lavradores que a cultura do cafeeiro nos terrenos cansados, exauridos é impossível e pouco produtiva, e durável, como toda a cultura que exige terra vegetal mais ou menos rica de certos princípios químicos. As nossas matas virgens são os terrenos que contempladas as outras condições agrônomas do solo, fornecem ao cafeeiro seio apto para a sua vegetação para a sua frutificação, e vitalidade; e desde que o lavrador não pode dispor dos terrenos de mata virgem para o plantio do cafeeiro, desde que faz o plantio em terrenos de capoeira, ou capinazes, a vegetação é impossível, ou improdutiva, e pouco duradoura. Em única geração o cafeeiro esgota as forças do solo; a geração que lhe sucede deve procurar novo seio, o seio fecundo de outro terreno de mata virgem; desde então a cultura do cafeeiro é repelida de uma região adaptada para outra menos adaptada.²⁰²

O autor tecia sua crítica ao sistema agrícola brasileiro e acrescentava a ela a ideia de um colapso econômico futuro, que estaria associado a um grave problema dos transportes do café e de outros gêneros coloniais. A solução mais salutar, outra vez estava na utilização do arado, que poderia restabelecer as condições gerais da terra vegetal exaurida na primeira geração do cafeeiro e prepará-la para sustentar as futuras gerações.²⁰³

Percebe-se que para o agricultor a solução não passava essencialmente pelo melhoramento dos meios de transporte, uma questão mais delicada e difícil de ser resolvida, como discutiu em edições posteriores. Sua proposta era utilizar adubo e arado para a recuperação de terras ao invés de abandoná-las. Os benefícios do adubo poderiam ser extraídos da própria capina do cafezal e também de alternativas para manter a umidade do solo em épocas de calor intenso. O grande entrave para a implementação desses métodos eram a “rotina e a cegueira” dos agricultores.

Todos os argumentos de Carlos Ilidro revelam o conhecimento que o mesmo possuía das inovações agrícolas. Seguem-se páginas inteiras do periódico com a finalidade de instruir produtores no sentido de aplicarem esses conhecimentos. Podemos afirmar que se tratava de um verdadeiro manual para o agricultor que pretendesse tirar melhores frutos de suas terras, pois nele encontramos detalhes de como deveriam ser retiradas (destocadas) as árvores dos terrenos a serem cultivados, o melhor tipo de arado para as terras da região e o que fazer com aquelas terras em que o relevo não permitisse a agricultura.

²⁰² O Agricultor Paulista, 1860, nº 3, p. 49.

²⁰³ *Idem*, p. 50.

O seu discurso apontava, além disso, a sua crença absoluta no progresso científico, que ficou evidente em alguns artigos relacionados à natureza. Com as áreas de mata virgem que se encontravam em terrenos declinados, aconselhava deixá-las intocadas, pois o progresso científico haveria de mostrar sua utilidade no futuro.

A criação de animais aparecia também como sendo de grande importância econômica, não apenas pela renda oferecida aos seus produtores, mas também pela capacidade de fertilização, através dos estrumes, das terras esgotadas. Nesse sentido, a produção de plantas forrageiras destinadas ao sustendo desses animais também ofereceria elementos indispensáveis para a recuperação de terras esgotadas.

Folhei-se qualquer obra, ou escrito sobre fisiologia agrícola, e há de encontrar-se em toda parte o mesmo seguinte pensamento – não há agricultura sem estrume, nem estrume sem gado, nem gado sem prados: d’aqui nasceu o velho provérbio – quem tem feno tem pão.²⁰⁴

Portanto, o tema da cultura alternada foi amplamente discutido por Ilidro, de modo que, envolvendo a cultura dos prados artificiais, que seria destinada ao sustento dos animais, e a cultura dos cereais, se estabeleceria o equilíbrio necessário para a reposição dos nutrientes retirados do solo pelos anos de cultura sucessiva dos cereais ou de outras produções.

Essas terras safadas que jazem abandonadas, e sem darem fruto algum, produzirão imediatamente uma grande renda, sendo convertidas em prados artificiais, já pelo tratamento dos animais, e já pela venda do feno verde ou seco, e remotamente uma outra de grande valor pela produção dos cereais de legumes a cuja cultura prestar-se-ão, sem a necessidade de estrumes, visto que ficarão suficientemente melhorados, para as culturas a que já não se prestavam pelo esgotamento dos princípios fertilizantes.²⁰⁵

Sua convicção de que seria possível revigorar terras esgotadas sobrepunha-se à própria ideia de que a cultura de certos gêneros deve visar apenas os lucros, como notamos na afirmação seguinte:

Quando a cultura dos prados artificiais não produzisse outro benefício senão aquele do melhoramento das terras safadas, estaria no caso de merecer toda a atenção e cuidados dos fazendeiros, [...] visto ser de primeira intuição,

²⁰⁴ **O Agricultor Paulista**, 1860, nº 8, p. 141.

²⁰⁵ *Idem*, p. 142.

uma vez que tem por fim fazer produzir em terreno inutilizado, obtendo-se imediatamente um fruto, e o melhoramento do solo abandonado [...].²⁰⁶

Além desse fato, acrescentava o autor, os pastos ajudariam a alimentar melhor os animais, que pela pouca oferta de feno, se alimentavam mal, prejudicando o transporte de cargas.

Sobre as terras dos sertões, Carlos Ilídro percebia que pouco adiantaria um forte investimento, pois as dificuldades de transporte não os compensariam. Nesse sentido, mais uma vez retomava a crítica à rotina dos agricultores, que percebendo o desgaste em que se achavam as terras dos centros de produção, insistiam em continuar com os métodos tradicionais, levando suas plantações a regiões cada vez mais distantes dos centros.

[...] Visto o estado em que se acham todas as terras nos centros de produção, e nem pode entrar em cálculo relativamente falando, pela procura de novas terras nos sertões despovoados, porque sabe-se que as grandes distâncias para o transporte ao mercados, inutilizam completamente o valor venal da produção agrícola cuja industria em tais circunstancias não pode prosperar.²⁰⁷

Na nona edição do *Agricultor Paulista*, Ilidro continuou a discorrer sobre os benefícios do sistema de afolhamentos ou cultura alternada. Citando escritores antigos como Varrão, escrevia sobre a existência de propriedades fertilizantes nas plantas leguminosas, e enfatizava que a produção desse gênero deveria estar associada a outras produções, que por seus princípios naturais esgotavam mais rapidamente o solo.

Assim os bons agricultores da antiguidade admitiam certas plantas para ocupar o terreno no ano de descanso, sem prejuízo da subsequente cultura do trigo. Conheciam as plantas que fertilizavam, e as que esgotavam o terreno. E desse modo já tinham modificado a prática dos gregos de afolhamento bienal que consistia em cultivar o terreno com trigo um ano, e deixar em descanso outro ano.²⁰⁸

Desse modo, Ilidro concluía que alternar culturas poderia ser muito mais vantajoso para a recuperação do solo do que deixá-lo abandonado durante um ou dois anos.

²⁰⁶ **O Agricultor Paulista**, 1860, nº 8, p. 142.

²⁰⁷ *Idem*, nº 9, p. 162.

²⁰⁸ *Ibidem*, nº 10, p. 181.

Apontava também, estudos da época realizados entre os europeus que revelariam que as plantas forrageiras beneficiavam melhor os terrenos esgotados do que as leguminosas.

O princípio de Tarello realizou empiricamente, tornou-se uma teoria, e formou a regra – giros de plantas variadas para obter-se diversos produtos do mesmo solo, segundo certas e determinadas circunstâncias. Era necessário apreciar perfeitamente as exigências e necessidades relativas dos vegetais, para poder fazer-se uma escolha judiciosa, e por isso era indispensável obter-se dados exatos. [...] Se desta observação descermos ao estado em que se acha em nossa terra, é forçoso confessar que nosso espírito se constringe, e os esforços que fazemos, quanto permitem nossas forças, vão quebrar-se no desânimo que produz a quase certeza da inutilidade.²⁰⁹

O tema da cultura alternada, tantas vezes repetido, fora novamente ressaltado na décima segunda edição do *Agricultor Paulista* enquanto meio eficaz para impedir a diminuição dos elementos químicos necessários para determinadas plantas. Dessa forma, ao conhecer a quantidade desses elementos, o agricultor, através da alternância das culturas, poderia impedir o esgotamento do solo, como fora mencionado anteriormente.

Está perfeitamente verificado que a diminuição progressiva das colheitas, pela cultura não interrompida duma espécie no terreno procede do esgotamento da fertilidade, o qual não é todo repentino e sim gradual. O trigo extrai da terra 29 centésimos da terra azotada existente no solo, e por isso chega ao termo do esgotamento, quando as parcelas de fertilidade esgotadas pelas diversas colheitas são igual a que é transmitida pela atmosfera para a alimentação da planta.²¹⁰

Por outro lado, o autor insistia na ideia de que a rotina era o principal fator que impedia os agricultores brasileiros de implementarem novos métodos agrícolas, os quais eram apontados como alternativa importante para a falta de braços e para a crise alimentícia.

Se uma parte dos nossos leitores aprecia devidamente a importância do serviço que procuro prestar com tanto sacrifício, e utilizam nossos trabalhos, sabemos com dor, que bom número repete incessantemente a esmagadora frase é tempo perdido. Temos dito e repetido muitas vezes que não é possível e nem conveniente fazer-se uma inovação repentina no imperfeitíssimo processo de roteamento de nossas terras, e sim que devemos sem demora ir saindo do pesado domínio da cega e estúpida rotina, adotando gradualmente sistemas de cultura e processos racionais,

²⁰⁹ *Ibidem*, p. 183 e 184.

²¹⁰ **O Agricultor Paulista**, 1860, nº 12, p. 221.

sobretudo para remover-se a crise alimentícia, e prover sobre o escasseamento de braços. [...] Não cessaremos com tudo de gritar aos nossos agricultores que reflitam um momento sobre o tenebroso futuro de nossa lavoura, façam esforços singulares, e nada esperem dos governos.²¹¹

Na décima primeira publicação do *Agricultor Paulista* Ilidro retomava a importância da SAIN para os agricultores, especialmente para os do Rio de Janeiro, manifestando sua insatisfação diante da baixa adesão às suas ideias por parte de alguns agricultores de São Paulo. Ao contrário do que observava em sua Província, o Rio de Janeiro contava, além da SAIN, com um significativo número de associações locais e específicas.

Lastimamos profundamente tamanha inércia, e não podemos compreender como é que uma classe tão numerosa, e importante desconheça a tal ponto suas necessidades, e dedique-se de lançar mão de meios tão simples, pouco dispendiosos, e até necessário para suavizar a monotonia da vida rural.²¹²

Ao que demonstrava nessa publicação, Ilidro não recebia apoio expressivo dos seus companheiros agricultores. Às suas iniciativas, o que ouvia era apenas “o silêncio tumular que desarmava a sua coragem”.²¹³

Os estrumes também entravam na pauta das soluções para a recuperação dos solos desgastados. Em artigo publicado na sua décima segunda edição do *Agricultor Paulista* o autor mencionou experiências realizadas pelos agrônomos M Macaire, Bracornot, M. Chatiu, Bonssingault, Pietel, Rozier, Gazzeri, Taddei, os quais discorreram sobre experiências na aplicação dos estrumes líquidos.

As primeiras aplicações importantes dos estrumes líquidos na fecundação da terra foram feitas na Inglaterra e datam do ano de 1846 [...] Procurando-se evitar todo o desperdício da matéria útil nos estrumes foi que se chegou a condensar, sob forma líquida, a maior soma de matérias azotadas e carbônicas do esterco ou dos estrumes artificiais [...] para recolher as águas estrumadas em cisternas especiais, misturando-lhe as urinas e as matérias fecais colhidas nas casas, e enfim a completá-los por todo gênero de adições de matérias animais e vegetais que possam servir de alimento à vegetação.²¹⁴

²¹¹ *Idem*, nº 10, p. 184.

²¹² **O Agricultor Paulista**, 1860, nº 11, p. 201.

²¹³ *Idem*, p. 202.

²¹⁴ *Idem*, nº 12, p. 239.

O conhecimento sobre os nutrientes exigidos pelos vegetais era condição necessária para o progresso da agricultura. Por isso, as escolas agrícolas deveriam dar especial atenção à química e aos experimentos em laboratório para verificar a quantidade de estrumes a ser empregado em cada tipo de produção. Nesse sentido, afirmava:

Ainda ninguém se deu ao trabalho de fazer em nosso país a análise das plantas que cultivamos, como é indispensável embora exista em outros países [...] Sendo este o modo por que procedem nos países adiantados onde se fizeram análises completas de muitos vegetais calcula-se a extensão de nosso atrasamento, uma vez que não possuímos análises completas de um só vegetal porque não consta que exista no país o mais insignificante trabalho a semelhante respeito.²¹⁵

Mencionava ainda que os estrumes deveriam ser empregados de acordo com suas substâncias nutritivas, e pelas quantidades, que deveria necessariamente se conhecer o mais aproximadamente possível, por que para ele: “A agricultura, bem como toda a indústria em geral é uma ciência de fatos exatos, que devem ser submetidos ao cálculo; aqueles que desprezam começam por duvidar da ciência, e acabam renunciando à arte que engana; nada podem conseguir”.²¹⁶

Em seus escritos, Ilidro apresentou especial atenção à necessidade de um melhor aproveitamento das matérias orgânicas para adubar a terra e para serem utilizadas na fabricação de produtos de uso doméstico. Dessa forma, utilizando-se de um artigo de José Mariano da Conceição Velloso, enviado pelo Sr. Dr. F. L. C. Burlamaque - *Fabricação da Potassa, soda e salitre* - procurou descrever os melhores meios para aproveitar essas matérias. Fazia referência, assim, às obras *Allographia dos Álcalis Fixos* e *Flora Fluminense*²¹⁷, ambas de José Mariano da Conceição Velloso.

Nas várias citações de Velloso de que se serviu Ilidro para compor seu artigo, o objetivo foi chamar a atenção dos agricultores para o desperdício da multidão de vegetais, resultante da limpeza das plantações cultivadas. Ilidro mais uma vez apontava para o valor econômico de certas substâncias encontradas na matéria vegetal, as quais eram desprezadas pelos agricultores, mas poderiam ser úteis nas mais variadas indústrias.

²¹⁵ *Ibidem*, nº 15, p. 281 e 282.

²¹⁶ **O Agricultor Paulista**, 1860, nº 15, p. 282.

²¹⁷ Essa obra – *Flora fluminense* – fora apenas mencionada pelo autor, mas sobre ela não foram lançados apontamentos.

Os que não se dão à leitura das estatísticas comerciais, ou não conhecem os importantes empregos, que a indústria dá a certas matérias primas da mais modesta aparência, ficarão certamente espantados se lhes disserem que, tendo em conta os riscos, as despesas, e mesmo a moralidade, se os nossos lavradores tivessem feito o que fazem os dos estados Unidos, da Rússia, Suécia, etc., a fabricação da potassa equivaleria a quase todo o ouro que se tem colhido em Minas.²¹⁸

O agricultor não tardou em justificar a comparação. Utilizando o exemplo dos estados Unidos, lançou um olhar crítico à valorização excessiva que ocorria no Brasil em relação ao ouro.

Para convencer os incrédulos basta apresentar o exemplo dos Estados Unidos. Além do grande consumo interno, esta república tem exportando anualmente, termo médio, três milhões de cruzados em potassa fabricada pelos agricultores e nas povoações. Assim em 40 anos tem os agricultores tem exportado o valor de 120 milhões de cruzados, produto de uma substância, que nós desprezamos. Esta quantia, sem exageração, pode ser elevada a 200 milhões, adicionando-lhe o valor da potassa consumida pelos próprios lavradores, e nas cidades, quer no estado bruto, quer nos compostos desta substância, que tem uma infinidade de usos na indústria. E o ouro extraído em Minas, e mesmo em todo o Brasil, valerá 200 milhões em igual período? Mas supondo que vale, perguntarei: onde está o ouro? Qual foi o vestígio de riqueza que ele deixou nos lugares onde foi colhido, ou mesmo no país em geral? [...] O ouro aflui para os lugares onde existe indústria; e a nação que cuida mais em arrecadá-lo do que em emprega-lo na verdadeira indústria, por mais que colha terá sempre a bolsa vazia, como o tonel dos Danaides.²¹⁹

Em relação às utilidades da potassa, vulgarmente conhecida como salitre, destacou seu emprego na fabricação do sabão de uso doméstico, preparação do vidro e na farmácia. No que tange à matéria prima da qual se obtém a substância, Ilidro fez referência aos países ricos em floresta, como Brasil, Suécia, Rússia, Polônia e América do Norte, os quais fabricam a potassa aproveitando para isto as árvores que a necessidade da cultura obrigavam a derrubar.

De fato, a necessidade da cultura obrigava a derrubada de florestas, como mencionou Ilidro. Entretanto, ao contrário do que ocorria no Brasil:

O cultivador americano, quando tem de fazer derrubadas, não deixa apodrecer as madeiras, como fazem os nossos lavradores: ele sabe aproveitar as folhas e os ramos pouco grossos para a extração da potassa; os

²¹⁸ *Idem*, nº 19, p. 372.

²¹⁹ *Ibidem*, p. 372 e 373.

troncos são convertidos em carvão e ainda depois do emprego deste carvão, as cinzas são aproveitadas para a fabricação da potassa.²²⁰

A finalidade do artigo era refletir sobre o aproveitamento de matérias vegetais perdidas, das quais destacou inicialmente as provenientes das limpezas de plantações, afirmando que: “Os arbustos produzem maior quantidade de cinzas do que as árvores; as folhas, mais do que os ramos; os ramos mais do que os troncos”.²²¹

Desse modo, para se fabricar o sabão com maior concentração de salitre e de melhor qualidade, bastava aos agricultores dar preferência às folhas das árvores do que aos troncos. Mais do que isso, eles poderiam aproveitar o capim retirado das plantações, uma vez que:

Todos os vegetais que o vulgo denomina capim dão excelente potassa. Pode-se calcular a grande quantidade desse álcali que se obteria, queimando as ervas que duas ou três vezes por ano os cultivadores são obrigados a arrancar para capinar ou limpar suas plantações.²²²

Do mesmo modo, citando Velloso, a samambaia, da qual queixavam-se os agricultores, assim como o bagaço de cana e as cascas de feijão poderiam tornar-se úteis na produção da potassa.

Nesse sentido, Ilidro deixava transparecer em seus escritos o conhecimento dos debates existentes no Brasil a respeito dos meios mais apropriados para aproveitar os elementos naturais úteis à agricultura.

Alguns resultados obtidos em sua *Fazenda Modelo* foram apresentados no sétimo mês de publicação. Mais uma vez refletindo sobre as terras esgotadas, Ilidro demonstrou como suas ideias poderiam gerar benefícios para a agricultura. Em sua plantação de feijão, empregando dois métodos – o uso do arado em terras esgotadas e o rotineiro – obteve os seguintes resultados:

O feijão exige necessariamente terreno fresco e bem profundamente lavrado, isto é, mole e bem dividido, e contendo em suficiente quantidade o princípio alimentário que procura de preferência. E todas as nossas terras de primeira qualidade, embora muito safadas²²³, contém na camada endurecida

²²⁰ *Idem*, nº 19, p. 374.

²²¹ **O Agricultor Paulista**, 1860, nº 19, p. 373.

²²² *Idem*.

²²³ O autor se refere a terras esgotadas.

e por isso sepultada, suficiente alimento para a nutrição do feijão, uma vez que sejam aradas profundamente e fiquem bem destorradadas; acabamos de fazer uma experiência decisiva nesta última plantação chamada vulgarmente – yevura- ou feijão da seca. Primeiro lembramos que essa colheita foi geralmente miserável no centro em que nos achamos, por causa da intempérie e que fomos o único no distrito em que residimos que obtivemos vantagem. Cultivamos uma área que ocupou nove quartas de semente de feijão; todo o terreno achava-se na mesma exposição, e sua primitiva composição era igual – terra siliciosa de primeira ordem – 2 partes do terreno estava em capoeira, e uma parte achava-se muito safada, e esterilizada (supostamente) pelas continuadas culturas antecedentes [...] Trataremos aquelas partes cobertas de capoeira com o maior esmero que a rotina emprega, roçando o mato e queimando [...]; a outra parte muito safada, fizemos arar profundamente, destorrear e gradar, e de propósito não mandamos ao menos adicionar cinza – ficou perfeitamente crua (como dizem os nossos lavradores). Semeou-se o feijão em todo o terreno no mesmo dia, empregando-se o método de covas tanto na parte arada como nas outras, e para confirmar o que já publiquei sobre as vantagens que oferece o cultivo das espécies pretas dividimos as duas partes não aradas em porções iguais, fazendo semear em uma três quartas de semente de feijão branco (chamado carioca) e em outra igual porção de preto. A parte arada recebeu duas quartas da mesma semente de preto. Sofreu a plantação toda a seca que prejudicou geralmente e colocou a experiência em condições pouco favoráveis, assim mesmo deu um resultado magnífico, comparativamente a outras plantações da mesma época em terras folgadas. Feita recentemente a colheita obtive do feijão branco fruto na razão de 20 por um alqueire de semente; do feijão preto semeado no terreno pelo método rotineiro na razão de 32 por um de semente e daquele semeado na terra arada, muito safada, e sem adição de cinza, na razão de 44 por um de semente!! Notou-se que a vegetação da planta no terreno arado foi mais lenta do que a outra, porém, tornou-se progressivamente mais vigorosa, e chegou a ser luxuriante, e se não fosse a intempérie, produziria extraordinariamente.²²⁴

Afirmava na última edição do *Agricultor Paulista*, que seus artigos tiveram aceitação em muitos municípios, levando muitos agricultores a os procurarem com o desejo de orientação. Entretanto, frente ao grande sacrifício que empreendia para realizá-los e diante da indiferença de grandes fazendeiros, suspendeu a publicação do periódico para continuar apenas com as publicações de colunas no jornal da capital.

Para o agricultor o caminho fundamental para a o rompimento da barreira da rotina estaria na criação de Companhias Agrícolas e nas associações de agricultores, que longe de serem tentativas isoladas, seriam um meio de revolucionar a agricultura.

Como indivíduo, vos asseguro, ninguém ou quase ninguém se importará de andar um passo além da rotina, paralíticos que somos todos pelo temor do risco, que sempre se atribui ao novo e desconhecido. Conhecendo mesmo os

²²⁴ *O Agricultor Paulista*, 1860, nº 13, p. 246.

erros e defeitos de nossos sistemas e processos isolados, seremos sempre a eles aferrados, salvo raras exceções, que se perdem no grande pego das indiferenças e do estacionarismo.²²⁵

A proposta de Ilidro para a fundação de uma Companhia Agrícola era pensada com esmero e para ela propunha uma organização por meio de ações, das quais se extrairia capital suficiente para a criação de uma eficiente diretoria, a qual teria como primeira tarefa a compra de um local para a cultura de gêneros alimentícios, que fosse o mais próximo possível da cidade, no qual se cuidaria de melhorar os processos da lavoura desses gêneros para depois passar à dos gêneros de exportação.²²⁶ O passo seguinte seria obter as máquinas, cujo emprego fosse julgado mais adaptado, como arados, charruas, grades, semeadores, extirpadores, cortador de palha e capim, não se esquecendo de aplicar todos os esforços para envolver peritos para fazerem regularmente todas as plantações em terreno arado e bem revolvido, com aplicação de estrume onde fosse necessário, mediante boas experiências sobre os melhores agentes fertilizadores, afim de que fosse gradual e prudentemente substituída a rotina pela boa cultura, conseguindo com os recursos desta reparar os estragos daquela, cuja produção nunca correspondeu à devastação que deixara.²²⁷

Nessa passagem percebemos o quanto, apesar dos percalços apontados Ilidro, ele persistiu no projeto de substituição de uma cultura tradicional, por outra, considerada renovadora e capaz de superar os estragos causados pela “rotina e ignorância”. O agricultor deixava explícita sua ideia ao utilizar o vocábulo devastação. Desse modo, afirmamos que ao associar a técnica à agricultura, numa tentativa de superar os métodos tradicionais e com eles todo um “conservadorismo”, Ilidro reiterava uma preocupação de manter áreas de floresta, como mencionaremos adiante.

Nas quase 500 páginas que formam um verdadeiro manual não encontramos evidências que contrariem a afirmação acima, de modo que, por mais sucintas que tenham sido suas palavras a respeito da manutenção dessas áreas de florestas e dos recursos naturais, encontramos em todas as referências ao modelo de agricultura que ele pretendia implantar, a ideia de devastação causada pelo método rotineiro.

Ainda assim, ao finalizar o periódico, o autor chamava atenção para a necessidade de apoio por parte do governo e dos agricultores, uma vez que:

²²⁵ *Idem*, nº 21, p. 412.

²²⁶ *Idem*, p. 413.

²²⁷ *Ibidem*, p. 413.

Não há quem conteste a necessidade urgente que temos de melhorar nosso sistema de lavoura, entendendo que só falta para isto o querer ou vontade séria. Mas esta condição essencial, como já disse, não é possível dar-se proficuamente em indivíduos isolados, pelo receio, que tem cada um, de sofrer só as desagradáveis contingências do risco a correr.²²⁸

Nesse sentido, Ilidro enfatizava mais uma vez a importância de se formar Associações e Escolas Agrícolas, com o objetivo de aprimorar, através da técnica, a produtividade agrícola. Alertava para o fato de que pela indústria não produziria mais do que um particular de igual importância produziria pela rotina, e haveria lucros, mas também dividendos a repartir. A Escola Agrícola de que tratava seria o centro de operações de uma nova era para a lavoura; um local onde se poderia reconhecer as vantagens da indústria inteligente sobre o método grosseiro da rotina em que tanto vegetaram os agricultores.²²⁹

Ilidro reconhecia entre seus pares um bom número de pessoas capaz de prestar seu dinheiro a fins meritórios, contentando-se em não perdê-lo. Enfatizava, em relação à escola, que seria uma tentativa importante para a verificação dos sistemas europeus de lavoura e dos benefícios do aumento de produção dos gêneros alimentícios, com consequente diminuição de preços e menor penúria dos pobres.²³⁰

Ainda assim, devemos considerar que esse argumento não atraía a grande parte dos fazendeiros, que como ele mesmo afirmava, pois estariam presos à rotina e não empenhariam cem ou duzentos contos de réis nessa tentativa experimental.

O que faltava para que se saísse da mesquinha rotina, para ele, era a união de esforços em associações práticas e operantes e não em reuniões com vistas às votações e nomeações. A proposta era, de acordo com suas palavras, fundar empresas agrícolas:

[...] por meio de ações dispendo de fundos e pessoal para praticar a nobre arte da lavoura industriosa e inteligente, que pronto fará qualquer arruinadora rotina, vencida pela evidência da eloqüente experiência, como as trevas, quando espancadas pelos irresistíveis raios do majestoso dia. Então, e só então poderemos ufanos dizer: - Dissipou-se a nossa barbárie; somos enfim civilizados!²³¹

Na última edição do *25 de Março*, pronunciando seus agradecimentos finais, indicava que a finalidade teria sido despertar interesse pelos ramos da agricultura, incitando

²²⁸ O Agricultor Paulista, 1860, nº 21, p. 413 e 414.

²²⁹ *Idem*, p. 414.

²³⁰ *Ibidem*, p. 414.

²³¹ O Agricultor Paulista, 1860, nº 21, p. 414.

os agricultores a realizar algum progresso. Com certa satisfação proferia que sua expectativa não fora iludida, pois recebeu inúmeros pedidos sobre diversas culturas, modo de adquirir instrumentos aratórios, bem como modo de usá-los. Continuava afirmando que tinha certeza de que o jornal encontrara muitas adesões e fora lido com interesse nos distritos novos e de pequena produção.²³²

Entretanto, acreditava que nos distritos de grande produção de gêneros de exportação, a rotina firmara “seu império absoluto”. Assim, deixava claro o quanto seria difícil influir para se desenvolver a criação de associações agrícolas nesses centros.

Para Ilidro, diante do sacrifício de um ano que fizera para publicar o *Agricultor Paulista* e dos resultados favoráveis obtidos, não haveria motivo para continuar uma publicação tão dispendiosa, revelando que um certo abatimento recaía sobre ele.

Desde que vimos acolher-se com gelo da indiferença a ideia sobre que tanto insistimos, da fundação de comícios ou qualquer outra associação agrícola, ficamos convencidos que os fazendeiros abastados e prestigiosos, nenhuma importância ligavam à vulgarização dos indispensáveis conhecimentos em agricultura, não se moviam, e de modo algum concorreriam para que se dê um passo.²³³

Para ele, a rotina da agricultura se devia especialmente ao fato de que os que poderiam introduzir as reformas e melhoramentos não os queriam fazer, e os que desejavam não tinham recursos para tal.

Como se enquadrava no grupo dos pequenos produtores, ponderava sobre os gastos adquiridos com a publicação da folha quinzenal e acrescentava que, escrevendo nas folhas da capital, esse trabalho seria suavizado. Entretanto, afirmava que daria outra dimensão a estes trabalhos e recomendava aos assinantes e leitores atenção às matérias tratadas no *Agricultor Paulista*, particularmente aos tratados sobre afolhamentos e cultura alterna, conhecimentos indispensáveis para uma agricultura renovada.

A respeito do sentido dos seus esforços, enfatizava na última edição do *Agricultor Paulista* a certeza de que não obtivera o reconhecimento esperado, uma vez que o empréstimo concedido pelo governo Provincial achava-se há nove meses preso pelo Procurador Fiscal Provincial.

²³² O 25 de Março, 1860, nº 24, p. 01.

²³³ *Idem.*

Sabe-se que tentamos a fundação d'um estabelecimento modelo nesse sentido e para a qual a Assembléia Provincial decretou um modesto auxílio há 16 meses, e não tem siso possível recebermos, por que o Procurador Fiscal Provincial, que se diz Paulista, estorva há nove meses, e nos tem forçado a desistir se a administração da Província não fizer termo ao inqualificável procedimento daquele funcionário.²³⁴

3.4 A PRESERVAÇÃO

Algumas das considerações de Ilidro pautaram-se na importância das florestas para a agricultura. Ao nosso olhar essas reflexões completam o conjunto do seu ideário sobre a agricultura, o problema do escasseamento da mão de obra e o da necessidade de aumento da produtividade diante do progresso técnico. No que se refere aos recursos florestais, o agricultor afirmava que as matas dos terrenos pedregosos ou inclinados deveriam ser preservadas.

É porque já ouvimos alguns perguntarem o que hão de fazer de grande porção de terras pedregosas e montes alcantilados que possuem em suas fazendas, julgamos conveniente antecipar uma simples resposta que mais tarde desenvolveremos, é que devem destinar a criação das matas que espontaneamente fornecem um grande produto pelo corte das madeiras para construções, e que já vai se sentindo necessidade, e sobretudo pela salubridade do clima agrícola, porque as matas absorvem e entretém a umidade [...] e purificam o ar e o ambiente de que todos precisamos, e que já não é o que foi em nossa província pela desastrosa extinção das matas, o pior dos malefícios da cega rotina.²³⁵

Sua preocupação com a destruição das florestas, que já evidenciava alterações do clima estava, sobretudo, ligada aos malefícios que trazia à agricultura. Ainda assim, deixava transparecer que já era perceptível a escassez das madeiras devido à existência dos hábitos rotineiros entre os agricultores. Seu conselho era de que as áreas não aráveis deveriam ser preservadas para o corte da madeira e para manutenção da salubridade climática e do ar. Para ele, esses terrenos abandonados à criação das matas teriam um dia um imenso valor e aplicações que o progresso da agricultura indicaria no futuro. Portanto, na falta de maiores utilidades, o autor sugeria que se mantivessem essas áreas em função do progresso agrícola.

Em oposição ao machado e ao fogo, Carlos Ilidro prometia grandes benefícios a partir do uso do arado. Afirmava que se a superabundância da vegetação era uma

²³⁴ **O Agricultor Paulista**, 1860, nº 21, p. 412.

²³⁵ *Idem*, nº 02, p. 25.

grande fonte de estrume, maiores fontes poderiam ser os currais e chiqueiros. Não era preciso, portanto, queimar as florestas para obter-se boa qualidade de produção.²³⁶

Também percebemos em relação às matas nativas, a instrução de afastá-las dos terreiros, pois, por maior que fosse o benefício ao ar atmosférico, com o frescor e o orvalho que temperam os grandes calores, era uma má vizinhança, pela umidade excessiva que detinha na terra. Ao redor do terreiro, portanto, o conselho do agricultor paulista era de converter as matas em jardins, pomares e prados artificiais. No entanto, não aconselhava deixar o terreiro totalmente descoberto de algumas árvores, pois elas seriam responsáveis por temperar os rigores da insolação e favorecer a reparação do princípio respirável do ar.²³⁷

Sua preocupação com o progresso da agricultura o levou a refletir sobre a salubridade do clima e sobre os fenômenos naturais prejudiciais à agricultura causados pela destruição das matas. No artigo: *Saneamento de um país se faz pela plantação de árvores*, o autor descreveu estudos sobre a fisiologia vegetal e os benefícios que a preservação e o replantio de árvores poderiam trazer para a vida e para a agricultura.

Os que tem estudado a fisiologia vegetal sabem que as árvores absorvem a água por meio de suas folhas. Destas duas faculdades de absorção e evaporação, resulta, que possuem os grandes vegetais, que em todos os lugares onde existem muitas árvores não existem pântanos e vice-versa. Concebe-se bem isto refletindo-se no duplo modo de funcionar das árvores, que absorvem pelas suas raízes a umidade contida na terra e a restituem à atmosfera por uma espécie de transpiração insensível de suas folhas: essa água, incessantemente dissolvida na atmosfera, é levada pelos ventos. Compreende-se, portanto facilmente que o melhor meio de dessecar um terreno é plantá-lo com árvore.²³⁸

Continuando sua reflexão sobre a importância das árvores para o clima, o autor apontou os benefícios que a preservação das florestas poderiam trazer para a humanidade. Além disso, se preocupou em descrever os fenômenos naturais prejudiciais existentes em decorrência do desmatamento. O clima e a salubridade do ar apareceram em suas reflexões associados ao problema do desmatamento. As consequências dessa prática eram a explicação para as constantes chuvas torrenciais e para os períodos de estiagem prolongada, ambos prejudiciais à agricultura.

²³⁶ *Idem*, p. 25.

²³⁷ *Ibidem*, p. 25.

²³⁸ **O Agricultor Paulista**, nº 11, p. 210.

Regularização das chuvas. – Durante a estação chuvosa, e em intervalos mais ou menos próximos, as chuvas torrenciais caem sobre a terra, a diluem demasiadamente e fazem muitas vezes apodrecer as sementes; essas chuvas fazem igualmente engrossar as torrentes que descem das montanhas, inundam as planícies e dão lugar a formação de pântanos, que secando mais tarde pela ação do calor solar deixam escapar esses eflúvios tão perigosos que resultam dos materiais vegetais adjacentes [...] Durante a estação seca, os campos ficam secos e as culturas sofrem muito, se não existem meios de fazer irrigações artificiais permanentes, ou por meio de reservatórios subterrâneos, tais como poços etc.²³⁹

A solução para esses fenômenos estava associada à conservação das florestas, pois a umidade condensada em torno das árvores formaria nuvens, das quais cairiam chuvas regulares, que seriam em seguida absorvidas pelas árvores. Lentamente as planícies receberiam os detritos fertilizadores, sem que houvesse os prejuízos das chuvas torrenciais.

Deixando de parte a muito importante questão da produção das madeiras de construção e da lenha, a plantação das árvores, ou a não destruição dos bosques e floresta, ao menos no cimo das montanhas e colinas, é da mais notória utilidade; porque elas saneiam a terra e a preservam de ficar arruinada pelas torrentes, diminuem a violência dos ventos, e, finalmente tornam mais salubre o ar de todo o país, decompondo os gases carbonados paludeanos (hidrogênio carbonado, ácido carbônico etc.), que misturados ao ar constituem uma poderosa causa de insalubridade.²⁴⁰

Percebemos que a questão não era essencialmente econômica, pois, apesar de identificarmos que em sua reflexão estão os benefícios que a conservação de áreas florestais poderiam trazer para a agricultura, também notamos a presença da ideia de preservar para a salubridade. A natureza, nesse sentido, foi apontada por ele como sendo de importância vital para os homens, o que demonstra a existência de uma sensibilidade em relação ao mundo natural. Quando o foco era o problema da escassez de lenha, o autor procurou citar exemplos de como resolvê-lo. O exemplo veio dos países europeus, que solucionaram a falta de lenha com o replantio de árvores.

O agrônomo Lavergne é de parecer que a destruição das florestas têm inconvenientes pouco graves nos países frios, mas que é extremamente nociva nos países quentes, que faz menos mal nas planícies que nas montanhas. Em toda parte, diz ele, quer o clima seja frio, quer quente, são desastrosos os efeitos que resultam em desguarnecer de árvores as montanhas, e mesmo as colinas e as inclinações escarpadas. Os lugares

²³⁹ *Idem.*

²⁴⁰ **O Agricultor Paulista**, nº 11, p. 210. *Grifo meu.*

onde outrora floresceram muitas nações estão hoje reduzidos a desertos inóspitos pelo simples fato do derrubamento das florestas. A falta de madeiras tem obrigado a formar florestas artificiais, e pode-se dizer que a Europa replanta árvores: e essa cultura, que forma hoje um ramo particular da agricultura, começou pelos países mais frios do norte da Europa, que atualmente fazem um ativíssimo comércio com a florestas artificiais, plantadas e replantadas, e cuidadosamente tratadas.²⁴¹

Nenhuma região estaria isenta dos danos causados pelo desmatamento. Até mesmo a Europa, que segundo alguns, por ser de clima frio não sofreria os efeitos da derrubada de árvores, para Ilidro não esteve isenta de sofrer essas consequências. Prova disso foi que esse continente iniciou a cultura do replantio das árvores, depois chamada silvicultura, criada pelos europeus. O autor se aproximava de uma ideia lançada por José Bonifácio e tantas vezes retomada, o qual ao mencionar os países do Oriente Médio, afirmava que antes de se tornarem desertos, estiveram repletos de florestas, fato que poderia se repetir no Brasil caso continuasse com o ritmo de devastação.

É importante ressaltarmos, todavia, que o pensamento do agricultor não se distanciava dos seus contemporâneos, que se preocupavam em refletir o estado da agricultura, os métodos agrícolas em relação à natureza. A natureza para ele era também um recurso a ser explorado para exclusivo benefício humano, como observamos na passagem que segue: “[...] Devemos procurar tirar partido das grandes vantagens, que nossa brilhante natureza nos oferece, e obter lucros extraordinários que nossa incúria tem feito abandonar”.²⁴²

Por outro lado, não podemos deixar de mencionar o quanto o agricultor estava afinado com ideias que estavam sendo discutidas no Brasil referentes aos recursos naturais e sua importância para a agricultura e para a vida.

O agricultor retomou o tema dois anos mais tarde, quando escrevia para o *Correio Paulistano*. Suas reflexões continuaram, sobretudo, pautadas nas consequências que a destruição das matas poderiam trazer para a agricultura. No artigo intitulado *Saneamento dos terrenos agrícolas em referência ao mal dos cafezais*, o agricultor procurou verificar as causas dos males que assolavam os cafezais da Província do Rio de Janeiro, com o intuito de enfatizar medidas preventivas para a Província de São Paulo. Dentre essas medidas, o destaque foi para a conservação das matas nos arredores dos cafezais e nas montanhas.

Queremos hoje falar do devastamento das matas virgens nos centros cultivados, sobre o que há muito tempo, que nós e outros temos chamado,

²⁴¹ *Idem*, p. 211.

²⁴² **O Agricultor Paulista**, 1860, nº 8, p. 141.

lembrado aos lavradores as funestas consequências de semelhante fatalismo e imprevidência.²⁴³

O agricultor evidenciou os efeitos sentidos no Rio de Janeiro pela extinção das matas, que já fazia sentir o aparecimento da praga dos cafezais, prenunciando a ruína dessa cultura. Para tanto, apontou como causa essencial a extinção das matas dos arredores das plantações e das áreas montanhosas.

Infelizmente vemos que os fazendeiros de café em nossa província vão procedendo com a mesma imprevidência daqueles do Rio de Janeiro, e consiste principalmente na ligação dos cafezais novos com os velhos e conseqüente descortinamento dos altos e colinas, e por isso no devastamento geral das matas. E se continuarem obstinadamente em semelhante sistema teremos de lamentar sem remédio, grandes reveses nesta importante cultura em época mais ou menos próxima [...].²⁴⁴

Baseado nas observações de agrônomos, Ilidro enfatizou a significância das matas para o saneamento dos países. O papel fundamental exercido pelas matas estava associado fenômenos meteorológicos, pois, para ele, as árvores eram capazes de absorver a água e de a expelirem por meio de suas folhas. A dupla função das árvores era responsável, portanto, pelo seu duplo resultado: absorvendo por meio das raízes a umidade da terra, a restituía à atmosfera, possibilitando a regularização das chuvas.

Considerando os efeitos principais da existência das matas, Ilidro retomava a ideia de que a devastação das matas diminuía a qualidade das águas correntes, devido à diminuição das chuvas e a evaporação mais rápida das águas pluviais, ao passo que as florestas opunham um obstáculo à evaporação, regularizando as correntes.

O problema das chuvas torrenciais, em decorrência da extinção das matas, novamente foi abordado pelo agricultor, que associou a existência de matas nos altos das colinas à condensação atmosférica em torno das árvores e a liberação de chuva benéfica. Sem as matas no alto dos morros, as chuvas torrenciais provocavam o engrossamento das planícies, deixando-as cobertas de pedras e areia, ocasionando a diminuição da fertilidade do solo.

A existência, portanto, das matas exerce decidida influência na localidades, por que saneiam a terra, preservando-a de ruínas pelas torrentes, diminuem a violência dos ventos, e finalmente tornam mais salubre o ar de todo o país,

²⁴³ **Correio Paulistano**, ano IX, 24/01/1862, p.01.

²⁴⁴ *Idem*, p. 01.

decompondo os gases carbonados paludaneos, que misturados com o ar constituem a poderosa causa de insalubridade.²⁴⁵

Para o agricultor, a ruína das florestas dos altos destruía também a esperança do cultivador. O papel importante representado pelas montanhas podia ser sentido a grandes distâncias e poderia ser desastroso, na medida em que ocasionava destruição em lugares escarpados de sua vegetação.

Das montanhas cobertas de matas é que nascem as fontes e os rios que orvalham e vivificam os campos. Eles moderam e vivificam os campos. Eles moderam a violência dos ventos, atraem e suspendem as nuvens, as quais condensando-se resolvem-se em chuvas.²⁴⁶

Reafirmava que a consequência imediata da destruição das matas das montanhas provocaria torrentes devastadoras, esterilizando as terras, diminuindo as vertentes e alternado o clima e o regime de chuvas benéficas.

Concordava plenamente com a ideia de que a extensão das matas alterava profundamente o clima agrônômico. Acrescentava a isso o problema da cultura contínua dos cafezais, que sem a alternância conjunta a outros gêneros, somado à devastação das matas, eram as causas do mal que assolava a província do Rio de Janeiro. Em época mais ou menos próxima, o agricultor considerava que o mesmo mal poderia assolar a Província de São Paulo, caso não adotassem os agricultores medidas preventivas.

Aconselha-se aos fazendeiros de café a necessidade de irem isolando as novas plantações de café, intercalando entre elas, e os velhos cafezais divisões largas das matas virgens ou capoeirões de modo que uma área cultivada com café fique sempre rodeada de matas com suficiente largura. E finalmente que não despovoem inteiramente as colinas ou encostas das matas que as cobrirem.²⁴⁷

A conclusão a que chegamos, desse modo, é a de que a preocupação de Carlos Ilidro da Silva com o revigoramento da agricultura refletia, em certa medida, uma sensibilidade em relação à natureza, visível desde o início do século XIX.²⁴⁸ Ilidro, portanto, continuava uma crítica que estava sendo desenvolvida no Brasil desde aquele momento, como já tratamos no primeiro capítulo. Dessa maneira, existia em seus escritos algum tipo de

²⁴⁵ *Ibidem*, p.01.

²⁴⁶ **Correio Paulistano**, ano IX, 24/01/1862, p. 02.

²⁴⁷ *Idem*, p. 02.

²⁴⁸ THOMAZ, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

preocupação e de consciência sobre os danos causados ao meio ambiente por uma agricultura tradicional, revelando a continuação de um pensamento defendido por outros agricultores e intelectuais, como sugere José Augusto Pádua.²⁴⁹

O agricultor procurou em suas reflexões perceber as causas do mal estado da agricultura e propor medidas para sua superação. Em muitos dos seus escritos ele associou a questão agrária à questão florestal. Desse modo, com as ideias selecionadas para compor esse capítulo, procuramos ressaltar essa preocupação.

Em outro artigo que tratava dos trabalhos da SAIN, Ilídio se propôs a enumerar as causas desse mal estado da agricultura no Brasil e lançar algumas reflexões. Com o título *Juízo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – sobre o estado da agricultura do país* – transcreveu o relatório dos trabalhos daquela sociedade no ano antecedente, e lançou suas considerações.

As culturas industriais, nas quais o país compreende a cultura do cafezeiro, a da cana de açúcar, a do tabaco e a do algodoeiro, existem todas como nos anos anteriores – em estado de perfeito atraso [...] E não fora a abundância de terras virgens de que dispõem ainda nossos fazendeiros, o sistema que seguem de derrubadas e queimadas das matas, e o grande número de braços que deles empregam na obtenção de magras produções, comparativamente à que obteriam com os mesmos braços se servissem dos meios aperfeiçoados, o atraso se manifestaria evidentemente e sem dependência de qualquer exame.²⁵⁰

Sobre a cultura do café, novamente afirmava que a ignorância preexistia a todos os fatores.

A maior parte dos agricultores do país não tem o conhecimento prático mais rudimentar da composição agrológica do terreno em que plantam; não sabe quais os corpos fertilizantes que introduzidos na terra restituem-lhe a força produtiva exaurida pelos cafezeiros, e na ignorância acerca deles, não reconhece para esse fim o emprego maquinal dos estrumes líquidos, ignora quais as condições práticas de umidade e calor indispensáveis à vegetação desse arbusto até o amadurecimento do café, e desconhece o emprego do arado e da charrua no plantio e limpa. Sabe, porém que o cafezeiro no fim de tantos anos não produz mais, mas nunca fez uma experiência com o fim

²⁴⁹ “Existiu um campo de reflexão, no entanto, onde o pensamento brasileiro foi capaz de desenvolver um clara postura crítica a partir da década de 1830, inclusive enveredando para críticas mais diretas ao escravismo. Foi no interior da literatura agrícola, aspecto crucial do debate econômico no Brasil oitocentista, que reapareceram os elementos de uma aproximação entre os problemas da destruição ambiental e do trabalho servil”. PADUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 233 e 234.

²⁵⁰ **O Agricultor Paulista**, 1860, nº 8, p.144.

de verificar se esse fato provém do exaurimento da terra, em cujo caso morre a planta a mingua, ou se de período certo de vida que comporta sua individualidade ou se ambas estas causas: em conclusão, ela não sabe colher o café. O que sabe, pois ela? A cultura nômade, e que não tem por si nem vislumbre no futuro?²⁵¹

No mesmo quadro se encontravam as culturas dos cereais e de outros gêneros especiais. O autor não poupava críticas às estatísticas, que afirmavam que a produção de café entre os anos de 1844 e 1857 teria aumentado. Acrescentava ainda, que os dados tratavam apenas de uma estatística comercial e não mencionavam o estado real da agricultura no país.

Se esses números representam um aumento real de produção, eles devem ter resultado da comparação das colheitas destes produtos nos quinquênios desse período, reduzida a mesma área de cultura, aos mesmos meios empregados, ou dos seus equivalentes, no caso de serem diversos, ao mesmo número de braços e ao mesmo capital de custeio: é assim que a estatística agrícola compara a produção.²⁵²

Afirmava que muito maior seria o aumento dos produtos das lavouras se tivessem sido empregados o ensino agrícola e o uso de novos processos e máquinas. Além disso, ao passar sem retificação os dados de uma estatística comercial incorria-se no perigo de sustentar-se a rotina.

A atenção que Ilidro deu a cultura do café também ficou evidente nos últimos números do periódico. O agricultor justificou a demora em escrever um artigo específico sobre o assunto devido ao trabalho que já estava sendo desenvolvido pela SAIN, a qual no início de 1860 já havia publicado três artigos sobre o assunto.

Tínhamos em vista organizar um trabalho completo sobre a cultura do cafezeiro e preparação de seu produto; e quando a isso nos dispúnhamos, tivemos notícia que já estava no prelo o terceiro manual agrícola, mandado organizar pela Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, por seu ilustre secretário perpétuo redator do Auxiliador o Sr. Dr. F. L. C. Burlamaque, e cujo manual contém a monografia do café e da cana de açúcar.²⁵³

A respeito do cultivo do café, Ilidro argumentou sobre a escolha da terra e do clima para se efetivar o plantio, considerando que o cuidado na escolha do clima deveria

²⁵¹ Idem, p. 145.

²⁵² **O Agricultor Paulista**, 1860, nº 8, p. 145.

²⁵³ **O Agricultor Paulista**, nº 20, p. 381.

ser maior do que o da terra. Ainda assim, como já havia esboçado em artigos anteriores, a terra de primeira ordem e virgens, não eram as mais adequadas para o cultivo, por conterem em excesso as substâncias nutritivas ou algum elemento prejudicial à vida desse vegetal.

Será por isso boa cautela não cultivar o cafezeiro nas terras virgens de primeira ordem, e sim depois que estiverem em capoeiras [...] E nestas terras de primeira ordem que estiverem muito safadas, pode-se [?] empreender a cultura de cafezais, havendo somente mais alguns cuidados na plantação e tratamento. A prova disso fornece o cafezal, que de propósito cultivamos em terras de primeira ordem muito esgotadas, o qual além de prosperar apresenta uma vegetação luxuriante, igual a das melhores terras descansadas, e promete longa duração²⁵⁴.

Para enfrentar a dificuldade das repetidas carpas que exigem essas terras esgotadas, Ilidro mais uma vez chamava a atenção para o uso do arado e da técnica.

[...] Esta dificuldade desaparece tendo-se o cuidado de escolher terrenos não muito inclinados, e previamente prepará-los nivelando e deslocando, a fim de poder empregar-se nas carpas os cultivadores ou extirpadores puxados por animais desde o princípio da cultura, e durante ela ter-se o cuidado de revolver a terra amolecendo-a progressivamente e o que consegue com suma facilidade empregando arados, quando se tenha previamente destocado o terreno, e seja ele isento de pedras.²⁵⁵

Em relação às florestas, o fato de o café não ter predileção por terras muito ricas em húmus, já seria o suficiente para os agricultores não devastarem as matas virgens. Esse argumento demonstrava, apesar de não exemplificar, a importância atribuída por Ilidro às florestas, como já mencionamos anteriormente. Ainda assim, o fato para o qual o agricultor chamava a atenção era para a dificuldade que encontrariam os produtores para utilizarem as árvores abatidas.

Já vimos que o cafezeiro, se não rejeita absolutamente, pelo menos não tem predileção pelas terras muito ricas em húmus, esta razão seria suficiente para reduzir nossos lavradores a não devastarem as matas virgens nas terras de primeira ordem para a sua cultura porque estamos convencidos (e assim pensam muitos agricultores entendidos) que a única vantagem de ser mais suave o amanho das plantações (carpas) nos dois primeiros anos, e a colheita abundante dos gêneros alimentícios que cultivam no mesmo terreno das plantações, não compensa o prejuízo real da distinção das matas

²⁵⁴ *Idem*, p. 382.

²⁵⁵ *Ibidem*, p. 383.

virgens e torna muito mais penoso o trabalho nos cafezais nos seguintes anos.²⁵⁶

Desse modo, Ilidro acrescentava que, além da destruição das matas, o tratamento das ervas nocivas e parasitas, somando ainda as frequentes capinas nos terrenos virgens, seria muito maior do que em terrenos desembaraçados e destocados desde o princípio da cultura, concluindo que:

Portanto, é nossa primeira observação que em geral deve preferir-se as terras de primeira ordem já muito cultivadas e por isso desembaraçadas dos troncos de madeiras fixas, aptas em suma para serem com facilidade roteadas por instrumentos aratórios. Temos sustentado em nossos escritos e verificado pela prática, que as nossas terras de primeira ordem – safadíssimas tornam-se melhores para a produção quando são revolvidas pela charrua, do que as ordinárias ainda mesmo virgens.²⁵⁷

Nesse sentido, o autor argumentava que ao se preparar previamente a terra para o emprego dos instrumentos puxados por animais, se economizaria em braços, o que permitiria ao agricultor empregar recursos em estrumes e dobrar a cultura em relação aos braços empregados tradicionalmente. No mesmo artigo acrescentava que o desmatamento das serras poderia ser evitado se os agricultores percebessem o benefício advindo do emprego do arado.

É lamentável que muitos tenham entendido serem prejudiciais as capinas frequentes, porque a terra fica desnatada pelas chuvas e endurece. Acreditamos que assim seja pelo péssimo método das carpas, e pelo descuido em beneficiar os terrenos de forte declive. E tudo isto é naturalmente removido quando se pode empregar o arado e grades mecânicas, e escolher somente os terrenos pouco inclinados visto não ser preciso devastar léguas de serras.²⁵⁸

Como já era de conhecimento na época, Ilidro esclarecia que os terrenos com fortes declives não eram próprios para nenhum tipo de cultura, uma vez que as chuvas arrastavam o húmus da terra.

²⁵⁶ **O Agricultor Paulista**, 1860, nº 20, p. 384 e 385.

²⁵⁷ *Idem*, nº 20, p. 374.

²⁵⁸ *Ibidem*, p. 374.

Sobre o estrume a ser empregado de dois em dois anos, o melhor seria a utilização da própria cinza de polpa de café misturado com outros que contivessem outras substâncias, evitando o desperdício de matérias orgânicas.

A ideia de Ilidro no sentido de incentivar os agricultores ao abandono das práticas antigas e rotineiras foi fator essencial desse periódico de curta duração. Ainda assim, ao esboçar que seus esforços tinham o sentido de esclarecer os espíritos sobre a verdadeira lavoura, esperava que eles fossem suficientes para que tivesse aparecido em maior escala indícios de que tais esforços não estavam sendo perdidos.

Desse modo, ao terminar sua publicação para iniciar seu trabalho no Correio Paulistano, Ilidro não percebia recompensa pela iniciativa de criar no município uma *Fazenda Modelo* que serviria como escola prática no emprego dos meios mais adequados do arado, adubo e no tratamento do solo.

Nada, porém ainda consta que se tenha tentado nos grandes centros, no sentido de ir substituindo a rotina pelo emprego de processos mais racionais, mediante a importantíssima introdução das máquinas mais adaptáveis às nossas circunstâncias, e conseqüentemente recurso aos diversos agentes fertilizadores. E, entretanto, em consciência, ninguém dirá que andamos bem na marcha em que vamos, ao cabo do qual, e não longe, pressentem-se todo o esgotamento do que do pouco que resta de fertilidade natural às nossas terras.²⁵⁹

Para Ilidro a ignorância não era mais desculpa para a continuação do sistema tradicional de lavoura, pois existiam muitos esforços dos espíritos de elite, da qual ele fazia parte, que com a pena, a palavra e a imprensa intentavam penetrar entre todas as camadas de agricultores, ricos e pobres.

Desse modo, diante do abandono no qual continuavam os agricultores, não haveria outro futuro senão “preparar para nossos filhos uma herança que lhes fará com razão dizer: - Nossos pais acharam a riqueza natural, a herança de Deus, e esbanjando-a, legaram-nos a miséria artificial, a herança de seus erros”.²⁶⁰

²⁵⁹ *Idem*, nº 21, p. 410.

²⁶⁰ *Ibidem*, p. 411.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho procuramos demonstrar uma possibilidade de trabalho da história ambiental, ou seja buscamos através de uma história local analisar a amplitude de uma corrente de pensamento de uma determinada época. Desse modo, acreditamos que em certa medida contribuímos para que uma fragilidade desse domínio histórico tenha sido superada, qual seja, aquela que personifica a natureza e conclui que na equação que envolve homem e natureza, há sempre algum grau de impacto.

Percebemos que, ao longo do século XIX, foram várias as representações que existiram a respeito do mundo natural. Notamos, além disso, que houve o crescimento de uma sensibilidade em relação à natureza entre a intelectualidade brasileira. Nesse sentido, pudemos compreender o contexto no qual surgiram as aspirações de Carlos Ilidro da Silva. Se de algum modo o agricultor refletia sobre os avanços científicos e os benefícios que eles poderiam trazer para a agricultura, de outro considerava que a técnica e o progresso não poderiam superar a ideia de que os recursos naturais deveriam ser preservados e melhor utilizados para que de fato ocorressem tais avanços. As ideias de aproveitamento de matérias orgânicas e de conservação das matas, associadas às iniciativas em relação ao revigoramento do solo, através do uso de arados, de adubos e alternância de cultura, entre tantas outras ideias defendidas pelo agricultor, demonstram que para uma parcela dos agricultores, o progresso não foi buscado a qualquer custo.

Entretanto, não podemos deixar de mencionar que, por mais que as ideias de Ilidro tenham sido colocadas em prática por um grupo de agricultores, elas não impediram a continuação dos métodos tradicionais e a prática da destruição do dossel primitivo.

No que se refere ao período estudado pudemos notar que através dos arranjos institucionais que se estruturaram ao longo do século XIX, a proposta de que os recursos da natureza poderiam e deveriam ser melhor utilizados não se fixou exclusivamente na Corte. A SAIN possibilitou a ampliação desse debate para a província de São Paulo através do *Agricultor Paulista*. Apesar do foco ambiental ter sido minoritário, ele convergiu para o problema agrícola sobre o qual discorreu Carlos Ilidro da Silva.

Houve, portanto, a ampliação das discussões que ocorriam nos espaços institucionais do Brasil Imperial. Nesse sentido, os trabalhos realizados por Ilidro, que incluem a escola prática de agricultura, os periódicos *Agricultor Paulista* e *25 de Março*, e os artigos do *Correio Paulistano*, deixam transparecer a amplitude das reflexões e da

sensibilidade em relação ao mundo natural, que por vezes, ultrapassaram os limites da Corte e atingiram o interior do país.

Outra questão importante diz respeito à agricultura racionalizada. Por algum tempo se convencionou aceitar que a implantação de uma agricultura racionalizada, adotada em decorrência do problema da mão-de-obra e do fetiche da modernização tenha sido uma dos fatores que permitiram acelerar a exploração dos recursos naturais. Notamos que havia no Brasil um pequeno grupo de agricultores que não partilhava dessa ideia, e procurou associar a técnica à preservação e ao melhor aproveitamento dos recursos naturais. Dentre eles está o agricultor Carlos Ilidro da Silva, que através de seu periódico, publicou alternativas para o revigoreamento da agricultura no país.

No contexto de superação da herança romântica em torno da natureza, uma geração de pensadores de 1870 tendeu a reverter a ideia paradisíaca que a representava. A natureza passou a representar para a intelectualidade do final do século XIX um recurso para impedir ou promover o progresso, ao mesmo tempo em que era associada a um passado nostálgico. Parte dessa geração encontrou na natureza a fonte da singularidade nacional, ao passo que outros a enxergaram como supressora das qualidades humanas. Sem a pretensão de discorrer sobre a formulação de uma nacionalidade, Ilidro percebeu ainda em 1860, a natureza como um recurso para o progresso agrícola do país. Ainda assim, acreditava que na ausência de qualquer utilidade imediata que ela pudesse oferecer, ficasse a mesma intocada e protegida de ações devastadoras.

A presença do pensamento utilitarista e progressista, com enaltecimento do domínio do homem sobre a natureza e a ênfase na ideia de terra produtiva, apesar da presença de uma sensibilidade em relação ao mundo natural predominou nos seus discursos.

Concluimos, desta feita, que o ideário de Carlos Ilidro da Silva não pode ser dissociado dos vínculos mantidos por ele com instituições da época que tiveram como objetivo promover o que consideravam o progresso da agricultura no Brasil. Do mesmo modo, evidenciamos que suas ideias, juntamente a de toda uma geração, ávida pelas transformações geradas pela modernidade, percebiam a natureza como mais um elemento do progresso, o que não implica em desconsiderar a existência de sensibilidades em relação ao mundo natural ou notar em seus escritos a ideia de que a natureza era um obstáculo a ser superado em nome do progresso.

REFERÊNCIAS

Fontes

Periódicos

O Agricultor Paulista, Itu, 1860.

O 25 de Março, Itu: 1860.

Correio Paulistano, São Paulo: 1862.

Relatórios

Discurso com que o ilustríssimo e excelentíssimo senhor conselheiro Antonio José Henriques, presidente da província de São Paulo, abriu a Assembléia Legislativa Provincial no ano de 1861. S. Paulo, Typ. Imparcial de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, 1861.

Relatos de viajantes

FLORENCE, Hercules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas pelas províncias brasileiras de São Paulo, Mato Grosso e Grão Pará**. (1825-1829). São Paulo: Museu de arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 1977.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de São Paulo**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976.

ZALUAR, Augusto Emílio. **Peregrinação pela Província de São Paulo. (1860-1861)**. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954.

Bibliografia

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões**. Bauru: Edusc, 2000

BARRETO, Patrícia Regina Correa. **Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: oficina de homens**. XIII Encontro de História Anpuh-Rio. Rio de Janeiro, s/d, p. 3-4.

_____. **SAIN: o templo carioca de Palas Atena**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CANABRAVA, Alice P. **Desenvolvimento do algodão na província de São Paulo. 1861-1875**. Tese para provimento de cátedra. São Paulo: 1951.

CANABRAVA, Alice P. **O Algodão em São Paulo. (1861-1875)**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1984.

CANABRAVA, Alice P. Uma fazenda modelo em São Paulo. In: IX SIMPÓSIO Nacional dos Professores Universitários de História. O homem e a técnica. v. 1-4. São Paulo: 1979.

Congresso agrícola de 1878. Rio de Janeiro: Fundação casa Rui Barbosa, 1988.

CORREA, Dora S. **Paisagens sobrepostas.** Índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723 – 1930). Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 1993.

DA COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República.** Momentos decisivos. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo.** São Paulo: Cia das letras, 1998.

DIAS, Maria Odila Leite Silva. Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império. 1824-1881. In: DE FREITAS, Marco César. **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto, s/d.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental; temas, fontes e linhas de pesquisas. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v.4, n. 8, p.177-197, 1991.

EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos.** Campinas: Ed. da Unicamp, 1989.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Básico da Língua Portuguesa.** São Paulo: Ed. Nova Fronteira, 1995, p. 24.

FRANCO, José Luiz de Andrade. **Proteção à Natureza e Identidade Nacional: 1930-1940.** Brasília: 2002.

FROEHLICH, J. M. Gilberto Freyre, a história ambiental e a rurbanização. História, Ciências, Saúde, Manguinhos, v. 7, n. 2, jul./out. 2000.

GALLINI, Stefania. Invitación a la historia ambiental. **Cuadernos Digitales,** Universidad de Costa Rica, v. 6 n. 18, 2002.

GIRIO, Carlos Rubens. **Paisagens de Itu e sua história.** Itu: Ottoni, s/d.

GODOY, Silvana Alves. **Itu e Ararituaba na rota das Monções.** 2002. Dissertação (Mestrado) – Campinas, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 2004.

_____. **Caminhos e Fronteiras.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HÖRNER, Erik. A luta já não é hoje a mesma: as articulações políticas no cenário provincial paulista, 1838-1842. **Almanack Braziliense,** n. 5, maio 2007.

IANNI, Octavio. **Uma cidade antiga.** São Paulo: Ed. Da Unicamp, 1988.

MAHL, Marcelo Lapuente. **Ecologias em terra paulista (1894-1950):** as relações entre o homem e o meio ambiente durante a expansão agrícola do Estado de São Paulo. Assis, 2007.

- MARTINS, Marcos Lobato. **História e Meio Ambiente**. São Paulo: Annablume, 2007.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Huitec, 1998.
- MONTEIRO, John. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MURARI, Luciana. **Tudo mais é paisagem**. Representações da Natureza na cultura brasileira. 2002. Tese (Doutorado) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- NARDY FILHO, Francisco. **A cidade de Itu**. v. 1 e v. 5. Itu: Ottoni, 2000.
- PADUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- PADUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, n. 24, 2010.
- PETRONE, Maria Thereza S. **Lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765 – 1851)**. São Paulo: Difel, 1968.
- SADER, Maria Regina C. de Toledo. **Evolução da paisagem rural de Itu num espaço de 100 anos**. Dissertação de Mestrado, s/d.
- SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada**. São Paulo: Huitec, 1986.
- SEVCENKO, Nicolau. Astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando. **História da vida privada no Brasil, v. 3**. p. 07-27. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- TAUNAY, Afonso de E. **História do café no Brasil**. v.1-15. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do café, 1939.
- THOMAZ, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- TRINDADE, Jaelson; TOSCANO, João Walter. **Diagnóstico Geral da Cidade de Itu para a implantação de um programa de ação cultural**. v. 2. São Paulo: CONDEPHAAT, s/d.
- WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- WORSTER, Donald, Para Fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.